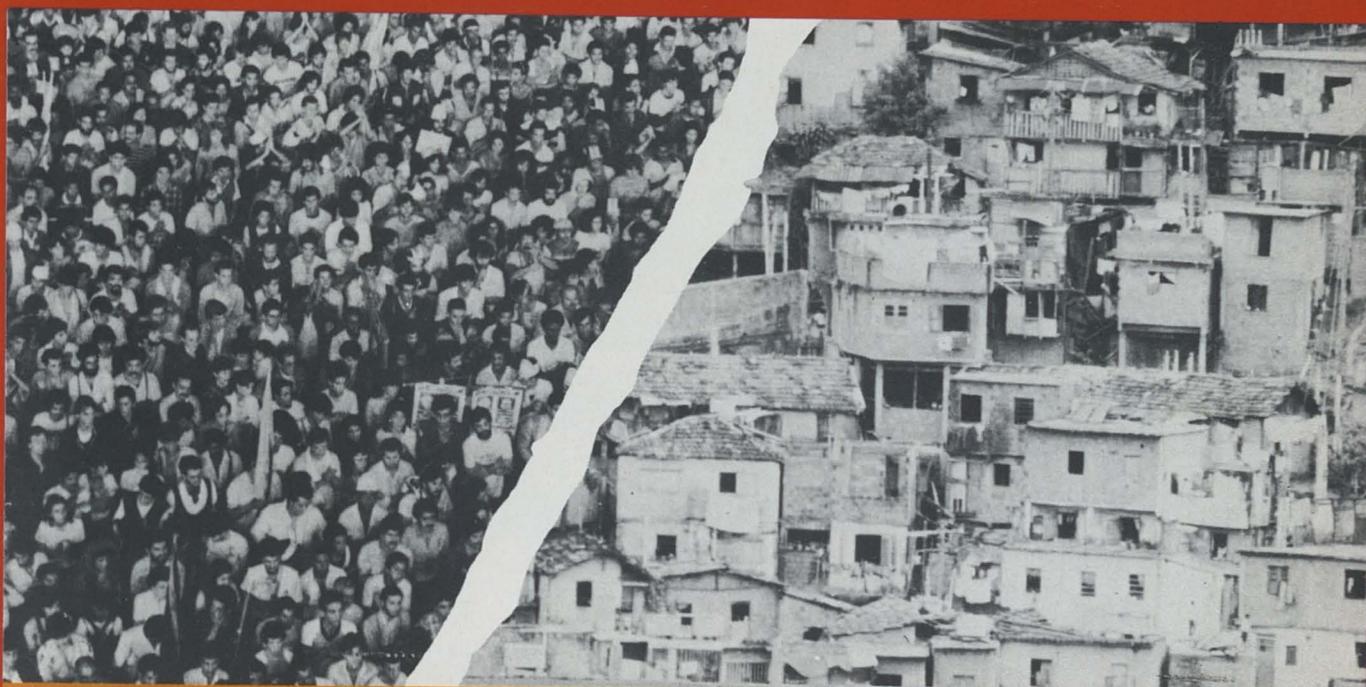


CADERNOS DO

terceiro mundo

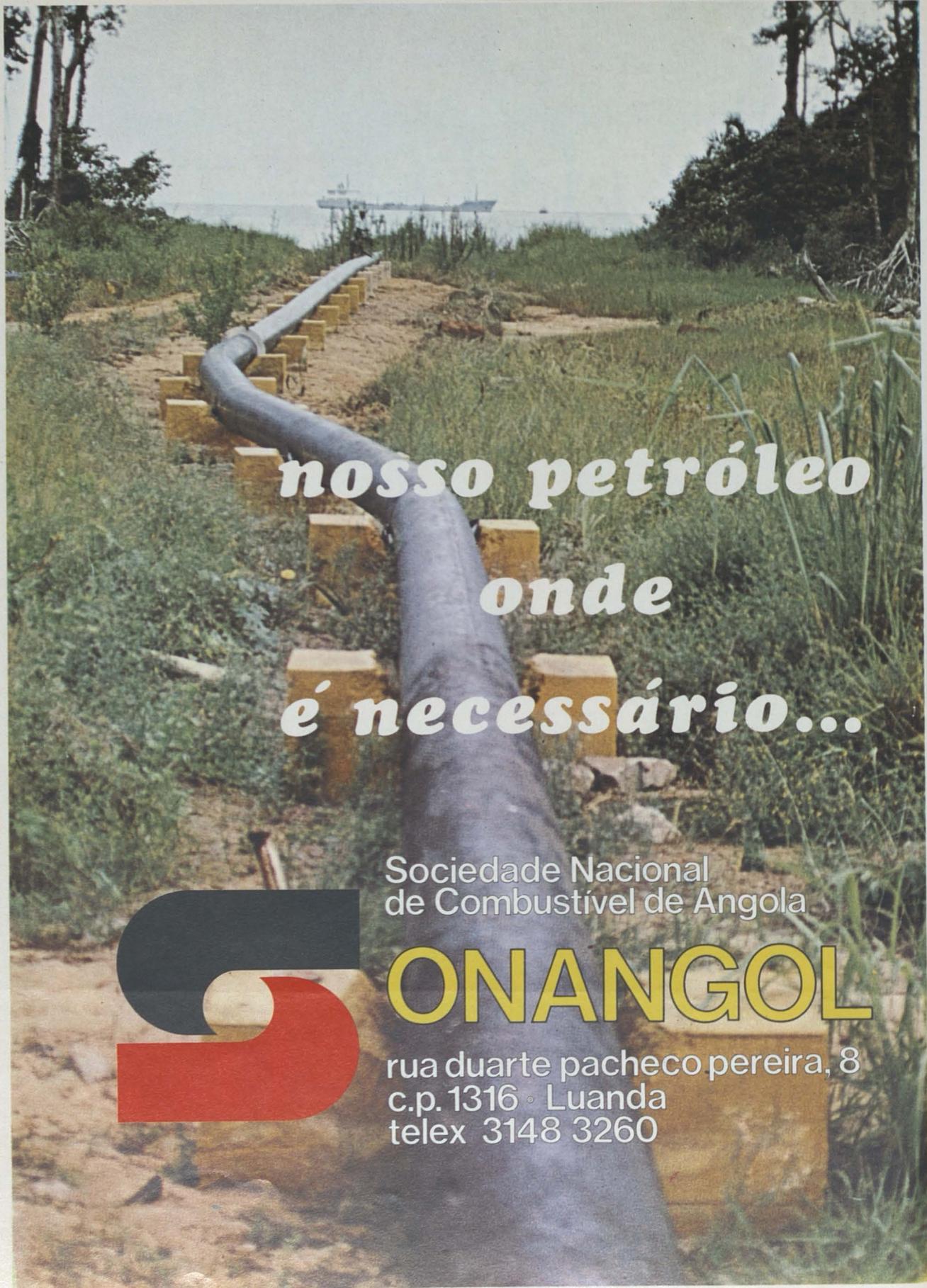
Peru
O fim dos
bancos
privados



A EXPLOÇÃO DAS CIDADES

No campo a crise

EDITORA MANGALHÃES - NÚMERO 102 - R. VILA VERDE, 102 - VILA VERDE, SÃO PAULO - SP - 05000-000



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Ao leitor

Ventos democratizantes na Ásia

A luta dos sul-coreanos contra uma das piores tiranias contemporâneas é um exemplo de coragem, persistência e eficácia. O núcleo dinamizador da grande sublevação popular está na juventude, de onde saíram não apenas os ativistas e os organizadores mas, também, os mártires. O sepultamento do estudante Lee Ham-Yol reuniu mais de um milhão de pessoas sem que o governo tivesse condições de reprimir a manifestação.

A insurreição popular teve efeitos decisivos no governo do general Chun Doo Hwan que, questionado por seu próprio partido, teve de ceder à pressão democratizante das ruas. Foi além e está forçando as fragmentadas forças de esquerda a unirem-se, deixando de lado os seus sectarismos e intolerâncias. Se esse acordo projetar-se em uma candidatura de unidade nas próximas eleições, os setores democráticos poderão vencer e forjar um movimento popular capaz de vencer as resistências das forças armadas. Um bom resultado eleitoral poderá ser a base futura de uma negociação para a reunificação do país, hoje dividido em duas Coreias, que também é uma aspiração do povo da República Popular da Coreia (do Norte). Mas não é só de Seul que chegam boas notícias da Ásia. Na própria Taiwan (Formosa), onde um governo dominado

pelos norte-americanos e alimentado por ilusões revanchistas transformou a ilha numa imensa prisão, o surgimento de novas forças democráticas está obrigando o envelhecido regime a fazer concessões. Vai ser editado um novo Estatuto dos Partidos que, com o ranço antidemocrático dominante, já é um tímido passo à frente. O estado de emergência vigente há 38 anos foi amenizado, embora esteja longe de ser uma real garantia para os cidadãos.

As novas gerações de Formosa estão cansadas do autoritarismo e da utopia dos seus generais de viverem cercados de mordomia à custa do sonho de derrotar a China Popular.

Se as forças democráticas tiverem condições de avançar – agora que o engenho das “plataformas exportadoras” começa a deteriorar-se – a meta final é a mesma da Coreia do Sul: terminar com a aventura de manter em Formosa uma “ilha da fantasia” desintegrada da pátria comum que é a China.

A outra boa notícia da Ásia vem da ação dessa mulher desassombrada e coerente que é Corazón Aquino. A presidente das Filipinas está desafiando o mais intolerante dos “animais sagrados” das oligarquias, que é o latifúndio. Seu projeto de Reforma

Agrária, adotado por decreto mas sujeito à discussão no Congresso, reduz o tamanho máximo da propriedade – produtiva ou não – a sete hectares, assegurando a distribuição de terras a mais de dois milhões de famílias camponesas. Ela disse aos congressistas que devem renunciar, se não são capazes de entender e aprovar esse projeto revolucionário.

Durante séculos, a Ásia foi o palco privilegiado da rapinagem do capitalismo ocidental. De lá vieram exemplos históricos de resistência e mudanças. A China e o Vietnã são exemplos de profundas transformações ali ocorridas. A luta de hoje de outros povos é a continuação de um anseio generalizado de independência, democracia e justiça social.

No suplemento Brasil, o leitor verá os elementos daquilo que pode vir a ser a grandeza do país ou o agravamento de seus percalços: a explosão urbana e seu reverso, a crise agrária, empurraram o Brasil para um momento de decisão entre um futuro organizado – se as demandas sociais merecerem a prioridade a que têm direito – ou a permanência de tensões cada vez mais insuportáveis, se faltar sabedoria aos homens públicos. São dados que lançamos à reflexão do leitor.

terceiro mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Juan Somavía

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

REDAÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):

Departamento Comercial: Maria Neiva. **Depto. de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes.

Endereço: Rua da Lapa, 180, 11º andar / salas 1104-1107

Tel.: 252-7440

Departamento de Arte: Luís Eduardo Carvalho, Léo Malina, Miguel Efe, Pedro Toste, Reginaldo Caxias. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabeth Mesquita, Leila Maria C. Pinto, Isabel Falcão, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia, Aldaci Machado Pereira. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro - Tel.: 222-1370/242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:

● **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira

Suplemento Brasil:

Editor: Procópio Mineiro.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clovis Sena e Memélia Moreira (Brasília).

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20.241

Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957/ Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sucursal de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

● **Edição em Espanhol**

Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul

Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Impressão: Impressora Polo Ltda. Garibaldi 2579 Tel.: 802420 - Montevideo

Representante na Argentina: Ruben Montes de Oca

Distribuição na Argentina (em livrarias): Punto Sur Editores - Av. Pte. Julio A. Roca 751 - 4º C - Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires - Argentina

Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal

● **Edição em Inglês (bimestral):**

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20.241 - Rio de Janeiro/Brasil

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quintocot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique.)

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Mariani, Alice Nicolau, Ana María Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailby, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Guiomar Belo Marques, Gregorio Selser, Gridvia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Botaró, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luís Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arrúda, Mark Fried, Mario de Cautín, Maurício Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Maríñez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Raul Gonçalves, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Let-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Circulação em 70 países

Capa: Luís E. Carvalho

Revista mensal nº 102 - Agosto - 1987

SOLIDARIEDADE AFRO-LATINO-AMERICANA

Temos a honra de convidar a equipe de **terceiro mundo** a se integrar às entidades, personalidades e aos grupos que participam do Conselho de Entidades Afro-Latino-Americanas. Esse Conselho tem por objetivo promover a união e o desenvolvimento econômico, social e político dos povos de origem africana que vivem no continente latino-americano. Também aspira a estabelecer uma estreita solidariedade entre a África e seus descendentes na diáspora latino-americana.

Atalito Batista - Salvador, Bahia - Brasil

A DÍVIDA EXTERNA

Como leitor de **terceiro mundo**, desejo colocar uma inquietação minha. Grande parte dos países do Terceiro Mundo está sufocada pelas astronômicas somas da sua dívida externa.

Será possível pagar essa dívida? Os países industrializados credores, que nos impõem regras leoninas para o pagamento da dívida são os mesmos que bloqueiam nosso desenvolvimento econômico, destroem nossa infra-estrutura, usurpam nossas matérias-primas, fazem *dumping* contra nossos produtos. Assim, o fosso que separa o Norte industrializado dos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo vai ser cada vez maior.

Sebastião Balate Epuá - Chokwe - Moçambique

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Foi com grande emoção que encontrei nas livrarias de Lima o **Guia do Terceiro Mundo**, pois há vários anos havia perdido o contato com as publicações editadas por vocês. Espero que junto com o **Guia** também nos comece a chegar a revista, que preencheria um vazio nas nossas livrarias, que nenhuma publicação local pode suprir.

José Luis González Quispe - Lima - Peru

Cartas

AGORA, A "MODA" DO HERÓI DO VIETNÃ



Nem todos os norte-americanos têm Oliver North, o "mocinho", como modelo a ser copiado

Os norte-americanos que se deixam levar pelas imagens douradas da televisão já têm seu novo herói, de quem copiaram até o corte de cabelo: Oliver North, "o mocinho do filme", herói pré-fabricado por um mecanismo de divulgação de sonhos que o apresenta perante a opinião pública como o defensor ferrenho da Pátria contra o perigo sandinista da Nicarágua.

Por sorte, ainda restam neste país homens e mulheres que pensam e se questionam, que têm presente – ou melhor, muito presente – a guerra do Vietnã e suas trágicas repercussões em nossa sociedade e no mundo, e que – ao contrário de Oliver North, que se orgulha de arrecadar a todo custo dinheiro para os "contras" – pensam que já é hora de entender que na Nicarágua há um governo legítimo que os Estados Unidos têm que respeitar. Por mais que isso custe a Reagan.

John W. Hall – Nova Iorque – EUA

POUCO DESTAQUE AO URUGUAI

Não penso que o Uruguai é o centro do Terceiro Mundo, mas acho que merece mais atenção e espaço do que vocês lhe dedicam habitualmente. Em nosso país, a grande imprensa está fechada para temas de real interesse popular e esse vazio informativo, em parte, é ocupado pelos semanários, mas eles têm a limitação de pertencer, em geral, a tendências partidárias definidas. Isso nos leva a querer outro tipo de enfoque para os problemas de nosso país, que talvez a equipe de vocês possa nos oferecer.

Crítica-se muito o Partido Colorado e o presidente Sanguinetti por sua política econômica. Eu também não a apoio, porque corta para os jovens qualquer possibilidade de desenvolvimento intelectual e nos leva à frustração ou ao auto-exílio, mas quem propõe algo de concreto? Quais são as soluções?

E em relação aos militares, com ou sem plebiscito, o tema que nos deve preocupar é que tarefas devem desem-

penhar as forças armadas em um país como o nosso, dentro de um quadro institucional?

E sobre as forças produtivas: que regras de jogo adotar para os industriais, para os pequenos proprietários rurais, que orientação lhes dar para estimular a produção e criar fontes de trabalho?

Enfim, talvez sejam algumas dessas perguntas que **terceiro mundo** poderia ajudar a responder pelo tipo de jornalismo que vocês fazem, propondo um estudo profundo da situação que atravessamos.

Juan Carlos Montañez – Montevideu – Uruguai

LEITOR PRECOCE

Espero que através de vocês possa receber muitas cartas de todo o mundo. Me chamo Norberto Martinho, tenho 12 anos, leio **terceiro mundo** e espero manter correspondência com muitos amigos, pois tenho muitas coisas para contar sobre meu país.

Norberto Martinho – C.P. 1729 – Benguela – Angola

DE SIDNEY

Eu li, aqui em Sidney (Austrália), a revista **Third World** (a edição em inglês de **terceiro mundo**), que é vendida nas livrarias da cidade. Gostei muito do enfoque e da seleção dos assuntos. Sou brasileiro, resido na Austrália há muitos anos. Fiquei gratamente surpreso com o nível dessa revista, editada no meu país.

Oscar Almeida – Sidney – Austrália

UM EQUÍVOCO

Sinceramente, gostaria de expressar minha gratidão pela publicação de uma sugestão minha nessa conceituada revista. Mantenho minha opinião de que os meios de comunicação de massa dirigidos pelo sistema capitalista dão uma imagem consideravelmente deformada da realidade política no Terceiro Mundo. Portanto, as verdadeiras causas da miséria (que infelizmente são a origem da prosperidade de nossos povos do Norte) ficam escondidas e invisíveis.

A opinião pública do Ocidente ignora o que acontece no Terceiro Mundo por-

que os jornais, a televisão, a rádio, as revistas, os jornalistas, não lhe servem como fonte de informação adequada. Da minha parte, procuro convencer meus amigos políticos, aqui na Holanda, a que recorram a outros meios de informação quando se tratar do problema Norte/Sul. Cabe mencionar que entre os melhores meios informativos que conheço figura, sem dúvida alguma, **terceiro mundo**. Espero que no futuro vocês voltem a me oferecer a oportunidade de expressar minhas opiniões sobre esse e outros assuntos a ele relacionados.

Para minha surpresa, a partir da publicação da minha sugestão, chegou-me uma grande quantidade de cartas de leitores de **terceiro mundo**. Lamentavelmente, trata-se de um equívoco: parece que na edição em língua portuguesa meu nome saiu na seção "Intercâmbio".

Henck Mac Donald - Amsterdã - Holanda

O FECHAMENTO DE "AFRIQUE-ASIE"

Há três meses, deixou de circular a revista pioneira na divulgação das lutas do Terceiro Mundo pela independência, autodeterminação, justiça social: *Afrique-Asie*. Deixou um grande vazio, que esperamos seja transitório, em todos os leitores que há muitos anos vínhamos acompanhando o seu trabalho, seus artigos e comentários. Pelo espaço que tinha conquistado, essa revista editada em Paris teria que ressurgir. Confiamos em que assim será.

Mas essa carta, que representa o sentimento de vários leitores, é para incentivar vocês, da equipe de **terceiro mundo**, na tarefa jornalística que empreenderam, para exortá-los a se esforçar para ampliar cada vez mais a circulação e a penetração da revista, que agora vai ficando como um dos últimos baluartes das iniciativas que surgiram na década de 70, à luz das reivindicações dos países do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Informativa Internacional, que pusesse um freio ao monopólio das grandes agências transnacio-

nais de notícias.

terceiro mundo tem muito que dizer e fazer por um mundo mais equilibrado em todos os campos, começando pelo da informação.

Dalila H. Bonnet - Barcelona - Espanha

UM POEMA

Remeto-lhes este pequeno poema, como contribuição de um leitor assíduo:

Por que não lutar?
 Por que ter medo?
 Por que não defender o que é nosso?
 Homem, onde está tua bravura?
 onde está tua coragem?
 É hora de fazer justiça
 De defender o que nos pertence
 Por que morrer de fome
 se podemos lutar
 contra a injustiça
 para que a todos seja dado
 o que lhes corresponde?
 Sem isso, nem a natureza, nem
 o meio ambiente,
 nem a própria vida tem sentido.
 Estaríamos completamente
 liquidados.

Junior Cavalcante - Goiás - Brasil

INTERCÂMBIO

- **Polyana Achcar Frigo**
a/c C.P. 73036
Angra dos Reis-RJ - CEP 23900
Brasil
- **Ludmila Nascimento Rodrigues Campos**
C.P. 73036
Angra dos Reis-RJ - CEP 23900
Brasil
- **Maria Helena Amado da Fonseca (Lenita)**
C.P. 342 - E.A.T.M.B.
Nampula - Moçambique
- **Edson Cerqueira "Pape"**
R. I, 9 - 3ª Etapa - Castelo Branco
Salvador-BA - CEP 40000
Brasil
- **Victor Cipriano**
C.P. 980
Benguela - Angola

- **Sebastião Barros de Araujo**
C.P. 1199
Benguela - Angola
- **Thóyvo Fernandes**
C.P. 1302
Luanda - Angola
- **Destino Pedro (Gugu)**
C.P. 3976
Luanda - Angola
- **Rosalina Ângela**
C.P. 81
Benguela - Angola
- **Francisco Beneiro**
C.P. 1367
Benguela - Angola
- **Amarindo Ambrósio Victoriano**
C.P. 5914
Luanda - Angola
- **Monteiro Ferraz Carlos**
C.P. 1572, I.C.E., Prena
Luanda - Angola
- **Eduardo Joaquim**
C.P. 1626
Benguela - Angola
- **Erivaldo Cavalcanti S. Filho**
C.P. 6215
São Paulo-SP - CEP 01051
Brasil
- **Joaquim Dimas dos Santos**
C.P. 97
Benguela - Rep. Popular de Angola
- **Avelino António**
Comando da T.G.F.A.
C.P. 505
Bela Vista
Lobito - Rep. Popular de Angola
- **Miguel João Lourenço**
D.A.A. - Div. Mercado Estrangeiro
C.P. 834 - Aeroporto 4 de Fevereiro
Luanda - Rep. Popular de Angola
- **José David Mama**
C.P. 1708
Benguela - Rep. Popular de Angola
- **Manuel Miguel Neto**
R. da Cela, casa 93, bl. 36
Luanda - Rep. Popular de Angola
- **João Domingos Franco**
C.P. 5914
Luanda - Rep. Popular de Angola
- **Jornal Universo**
R. Venezuela 212/402
Espinheiro
Recife-PE - CEP 52020
Brasil

CADERNOS DO terceiro mundo postal

CONVITE
Quando vier ao centro do Rio, visite
nosso setor de livros. Você vai gostar
e "descontar".
Rua da Lapa, 180 / 1105

O REEMBOLSO CULTURAL QUE CRESCE JUNTO COM VOCÊ.

MILITARES: PENSAMENTO E AÇÃO POLITICA

ELIEZER RIZZO DE OLIVEIRA



MILITARES: PENSAMENTO E AÇÃO POLITICA

Org.: Eliezer Rizzo de Oliveira

Os autores estão ligados ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. O livro inaugura a coleção "Forças Armadas e Sociedade", dedicada à publicação de análises da presença política dos militares na vida brasileira.

Esta obra é leitura indispensável para quem deseja acompanhar a evolução do pensamento e ação dos militares. Estão no livro, dentre outros: René Armand Dreyfuss, Alain Rouquié, Geraldo Lesbat Cavnagari F^o, Luciano Coutinho, Clóvis Brigagão, Alexandre Barros, Roberto Godoy, Roberto Pereira, Jorge Boaventura e Eliezer Rizzo de Oliveira. 195 pág.
E-106 Cz\$ 385,00



NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS

De: Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.
E-073 Cz\$ 125,00

A CRIANÇA DA FAVELA E SUA VISÃO DO MUNDO: Uma contribuição para o re- pensar da escola

De: Lígia de Medeiros

A autora conviveu por dois anos com as crianças da favela da Rocinha, em uma de suas áreas mais pobres - a Rua Um. O que começou com um objetivo acadêmico, transformou-se em um trabalho cujos frutos extrapolam sua intenção puramente formal. 122 pág.
E-103 Cz\$ 132,00

SAÚDE E REVOLUÇÃO: CUBA



SAÚDE E REVOLUÇÃO: CUBA

Antologia de autores cubanos

Não é mais um livro sobre Cuba e sim um documento importantíssimo. A experiência cubana na erradicação de doenças infecto-contagiosas; a reorganização do atendimento médico em zonas rurais e urbanas com o apoio da população; o sucesso alcançado pelos programas de saúde, apesar da grande emigração de mão-de-obra qualificada após a Revolução, são alguns dos aspectos discutidos neste livro. 344 pág.
E-079 Cz\$ 250,00

PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO

De: Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O temário do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatra do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos. 107 pág.
E-083 Cz\$ 100,00



A INSURREIÇÃO ANARQUISTA NO RIO DE JANEIRO

De: Carlos Augusto Addor

Resgatando uma conjuntura particular do movimento operário e sindical brasileiro na Primeira República - conjuntura de ascenso do movimento e de ameaça à ordem burguesa dominante - a obra torna-se, como afirma Evaristo de Moraes Filho nas "Breves Palavras" que apresentam o livro, "fonte de pesquisa e de estudo, de inspiração e de ensinamento". 219 pág.
E-101 Cz\$ 230,00



MULHERES, ADÚLTEROS E PADRES

Org: Lana Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letrados portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apóia em fontes legais, discursos morais, processos eclesiais. 101 pág.
E-109 Cz\$ 120,00

A QUESTÃO JUDAICA

De: Karl Marx

Obra importante da juventude de Marx onde ele inaugura, nos trabalhos aqui reunidos, a perspectiva do socialismo e do homem
E-097 Cz\$ 75,00



NICARÁGUA, NICARÁGUITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA

De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaráguita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro". (Frei Betto). 156 pág.
E-144 Cz\$ 250,00

ANARQUISMO OU MARXISMO: UMA OPÇÃO POLITICA

De: Gilbert Green

A revolta e a agitação juvenis, com a radicalização inerente à rebelião em massa da juventude, são estudadas dentro de uma perspectiva histórica. O autor vai fundo em suas colocações, levantando pontos cruciais como: liberdade/sociedade, o problema da autoridade e a crise do liberalismo, a lição da Comuna de Paris, os anarquistas e a guerra civil espanhola. 200 pág.
E-94 Cz\$ 160,00

VIRE. TEM MAIS LIVROS E O CUPOM NO VERSO.



8 PANORAMA TRICONTINENTAL

AMÉRICA LATINA

- 13 **México:** O desafio democratizador
- 15 **Honduras:** Na mira do Pentágono, *Medea Benjamín*
- 20 **Chile:** Um grande acordo nacional, *entrevista com Germán Correa, dirigente do MDP*

ÁFRICA

- 23 **Argélia:** Uma revolução vitoriosa, *Beatriz Bissio*
- 30 **Ceuta e Melilla:** Os acessos ao Mediterrâneo

ORIENTE MÉDIO

- 31 **Israel:** A face oculta, *Adam Keller*

ÁSIA

- 36 **Coréia do Sul:** A rebelião popular, *Carlos Pinto Santos*

ECONOMIA

- 40 **Matérias-primas em baixa,** *Chakravarthi Raghavan*
- 42 **Uma corrida de obstáculos,** *Pablo Piacentini*

COMUNICAÇÃO

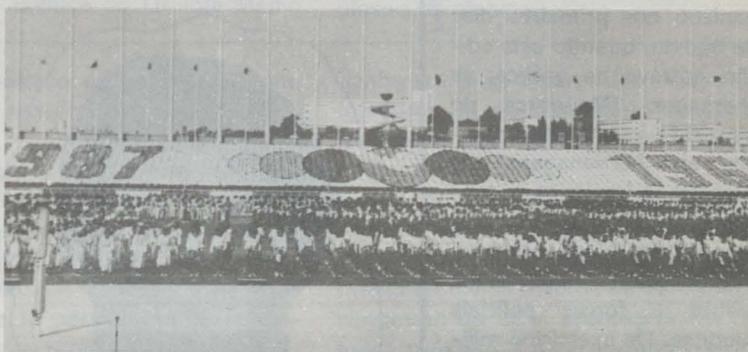
- 44 **Bolívia:** Um futuro incerto, *Gridvia Kúncar*
- 46 **Peru:** Abertura sui generis nos meios de comunicação, *César Arias Quincot*

49 SUPLEMENTO BRASIL

- 50 **Matéria de Capa:** Um futuro de crises, *Procópio Mineiro*
- 55 **O confronto do campo,** *Claudia Neiva*
- 60 **Cultura:** A fita que o Brasil faz
- 61 **Pagode,** *Rodolfo de Bonis*
- 63 **Mulher:** A vida na rua, *Nereida Daudt*
- 65 **Economia:** O drama de ser pequeno, *Randolpho de Souza*
- 67 **Constituinte:** O que diz a Bíblia, *Clóvis Sena*
- 69 **O compromisso social,** *Alejandro Tumayán*
- 70 **D. Mauro Morelli:** O povo faz a história
- 72 **Opinião:** Peru – Um tiro na mosca, *Neiva Moreira*



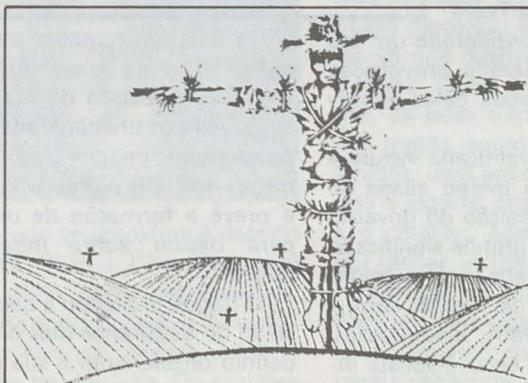
A base norte-americana de Palmerola, em Honduras, agora transformada em peão do Pentágono



A Argélia festeja o 25º aniversário de sua independência



Coréia do Sul: o povo nas ruas pela democracia



A crise do campo reflete a modernização do Brasil, que também enfrenta nova realidade urbana: dois decisivos desafios políticos nacionais

Panorama Tricontinental

Golfo Árabe: O estopim aceso

□ Com a decisão do Irã de impor um bloqueio a todos os navios e aviões estrangeiros, civis e militares, no golfo Árabe, no estreito de Ormuz e no golfo de Omã, a tensão na região voltou a aumentar e fez subir o preço dos principais metais e do petróleo, que superou a marca dos 22 dólares o barril.

O governo de Teerã organizou nos primeiros dias de agosto, quando esta edição entrava na gráfica, as chamadas "Manobras do Martírio", assim denominadas em homenagem aos peregrinos iranianos que tinham morrido na semana anterior em Meca, em confrontos com muçulmanos árabes e forças policiais sauditas. Os exercícios militares conjuntos de unidades de terra, mar e ar, destinavam-se, segundo afirmou a Rádio Teerã, a "mostrar o poderio da marinha revolucionária e a rapidez de deslocamento dos candidatos a mártires na luta contra o Grande Satã (os Estados Unidos)".

Enquanto o regime do aiatolá Komeini incrementava sua presença militar no Golfo e ameaçava a livre navegação na área, crescia, também, o seu isolamento internacional. Após o massacre de Meca, o Mundo Árabe, à exceção da Líbia, condenou o regime de Teerã

por aquilo que foi considerado um ato de fanatismo e deliberada provocação dos iranianos, insuflados pelas autoridades de Teerã.

A condenação foi ratificada inclusive pela Síria, até pouco tempo aliada do Irã. A mudança de posição do governo de Damasco tem um grande significado dentro do Mundo Árabe, pois o coloca alinhado ao regime de Bagdá, com o qual os sírios tinham divergências. Agora, a Síria afirma estar disposta inclusive a ir à guerra contra o Irã. Nessa

decisão, tiveram significativa influência a radicalização dos xiitas no Líbano e o integrismo islâmico do aiatolá Komeini, considerados agora como uma verdadeira ameaça pelos governos árabes.

Por sua vez, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU iniciaram consultas sobre as me-

solução da ONU.

A Casa Branca, apesar das manobras iranianas, optou por não mudar a decisão de oferecer escolta com navios norte-americanos aos petroleiros kuaitianos.

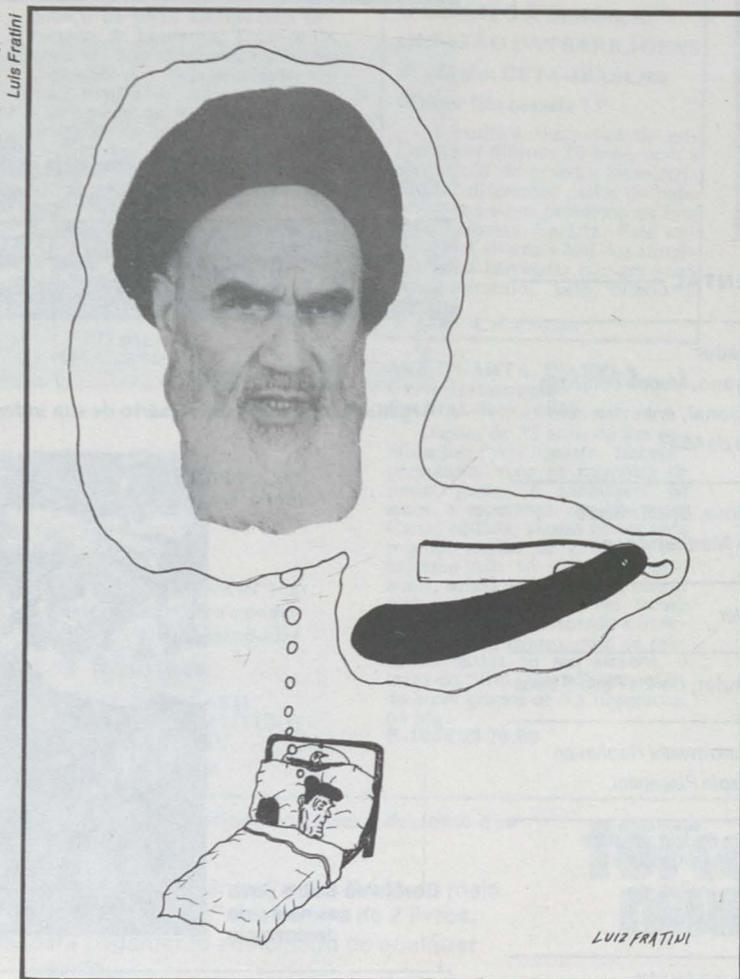
No dia do início das manobras iranianas, Washington divulgou informações dos seus serviços secretos sobre ataques suicidas que Teerã prepararia no contexto do estágio atual da guerra, contra alvos dos Estados Unidos no Golfo. Ao todo, 11 petroleiros kuaitianos são escoltados por barcos norte-americanos e outros dois se deslocam sob bandeira soviética.

Pelo golfo Árabe é escoado, todos os dias, um total de 8,5 milhões de barris de petróleo, representando cerca de 14% da produção mundial (dados de 1987). Essa cifra já fora bastante superior mas a guerra Irã-Iraque reduziu o tráfego de petroleiros na região e, além disso, o Iraque desviou os seus oleodutos, escoando a sua produção através do território da Turquia.

Washington sabe muito bem que qualquer passo em falso pode levar a uma internacionalização do conflito e, por sua vez, a uma situação que lembre a crise do petróleo dos anos 70, quando a partir da interrupção do

fornecimento de óleo cru do Golfo, começou a guerra de preços cujas consequências se sentiram ao longo de vários anos.

No entanto, foram os Estados Unidos que levaram a tensão ao seu clímax, com a decisão de incrementar a sua presença militar no Golfo, que já conta com pelo menos 15 navios de guerra norte-americanos escoltados por 50 aviões caças F-4, Awaks e até um Boeing-707 adaptado com equipamentos de escuta eletrônicos. Reagan tam-



didadas a serem tomadas caso as partes beligerantes na guerra Irã-Iraque não atendam à decisão do dia 20 de julho, aprovada por unanimidade, que exige o cessar-fogo imediato, o retorno das tropas dos dois países às suas fronteiras e prevê a formação de uma comissão para decidir sobre indenizações de guerra.

O Iraque já aceitou a decisão do Conselho de Segurança mas o Irã ainda não definiu oficialmente a sua posição, embora tenha criticado publicamente a re-

bém está se isolando no contexto mundial, uma vez que os seus aliados europeus, apesar de não se recusarem totalmente a incrementar a sua frota militar na região, também não cederam às primeiras pressões nesse sentido exercidas pela administração republicana.

Como a origem da tensão no Golfo está no conflito bélico que envolve os regimes de Bagdá e de Teerã e já dura mais de oito anos, os aliados europeus de Reagan e a comunidade internacional em geral aspiram a verem os Estados Unidos no papel de negociador da paz e não colocando mais lenha na fogueira. A decisão de Reagan de escoltar os petroleiros kuaitianos – que foi muito

questionada nos Estados Unidos tanto por dirigentes democratas como republicanos, entre eles Henry Kissinger e Daniel P. Moynihan, este último membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado – aparentemente visava a atingir dois objetivos da Casa Branca: agradar alguns dos seus aliados árabes que estavam chocados com as revelações da venda secreta de armas ao Irã e neutralizar a presença soviética no Golfo, que a pedido do próprio Kuwait, já estava escoltando dois dos seus petroleiros.

No entanto, na imprensa dos Estados Unidos foram publicados artigos de analistas da política do Oriente Médio

que qualificaram de muito arriscada a decisão do presidente de incrementar a presença militar no Golfo.

Lembravam eles que os Estados Unidos se colocaram no centro da tempestade, montando o cenário para a internacionalização do conflito.

Os países ribeirinhos do Golfo, em particular a Arábia Saudita, primeiro produtor mundial de petróleo e aliado de Washington, estão apreensivos. Os incidentes da cidade de Meca e as tensões no Golfo indicam que só uma negociação urgente poderá desativar a bomba de tempo que está montada na região, transformada assim na mais explosiva do planeta.

SUAZILÂNDIA

Morre dirigente do ANC

Cassius Make, um dos comandantes militares do Congresso Nacional Africano (ANC), foi assassinado em julho passado em Mbabane, a capital da Suazilândia. Make, juntamente com Paul Dikeledi e a moçambicana Elizabete Augusta, foram metralhados por tres homens que detiveram o taxi que os conduzia do aeroporto para o centro da cidade.

Joseph Modise, comandante do *Umkhonto-we Sizwe*, o braço armado do ANC, prometeu vingar a morte daquele que era o membro mais jovem do Comitê Executivo Nacional do ANC. Make, de 42 anos de idade, era também diretor executivo do Conselho Revolucionário da organização, que se encarrega das operações do movimento dentro do território sul-africano.

O ANC, que tem sua sede administrativa em Lusaka (Zâmbia), acusou o governo sul-africano de ser responsável pela morte de Make.

ANGOLA/BRASIL

Cooperação

O ministro de estado angolano para Esfera Produtiva, Pedro de Castro Van-Dunem (Loy) declarou que a sua visita ao Brasil "ultrapassou as expectativas".

Van-Dunem afirmou ter encontrado por parte do governo brasileiro uma

grande disposição para dar um "salto qualitativo" nas relações entre os dois países.

Ele confirmou a concessão pelo Brasil de uma linha de crédito de 100 milhões de dólares (50 milhões imediatamente e o restante mais tarde), em troca da duplicação das vendas de petróleo angolano de 10 para 20 mil barris diários. O ministro acrescentou que os empresários brasileiros estão desejosos de participar em numerosos projetos de desenvolvimento em Angola.

Atualmente, os dois maiores projetos angolano-brasileiros são o da barragem de Kapanda, no qual participa a Construtora Norberto Odebrecht, e o da reabilitação e montagem de viaturas a cargo da Engesa.

TANZÂNIA

Nyerere volta?



À medida que se aproxima a data do congresso do Chama Cha Mapinduzi (CCM), o partido oficial da Tanzânia, crescem os rumores de que o ex-presidente Julius Nyerere poderá voltar a ocupar cargos no governo. Os rumores

ganharam força a partir das críticas sistemáticas do ex-mandatário ao Fundo Monetário Internacional e aos credores do Terceiro Mundo.

No ano passado, o sucessor de Nyerere, Ali Hassan Mwinyi, fez um acordo com o FMI para reescalonar o pagamento da dívida externa da Tanzânia. O congresso do CCM acontecerá em outubro próximo e parece muito possível que o partido desautorize o acordo com o Fundo e exija mudanças profundas na economia, especialmente na lei que permite aos investidores estrangeiros manter reservas em dólares.

FILIPINAS

Cigarros, não

O feitiço pode virar contra o feiticeiro. Em Quenzón, Filipinas, cinco famílias entraram com uma ação judicial conjunta no Tribunal de Justiça, exigindo que as duas empresas norte-americanas de cigarros instaladas no país – a R.J. Reynolds e a Philip Morris – contínuem gastando fortunas em publicidade, só que mostrando os prejuízos que o fumo causa à saúde. Exigem ainda que as duas transnacionais imprimam nos maços, como acontece nos Estados Unidos, uma advertência quanto ao mal que o cigarro provoca para os pulmões e o coração, podendo causar a morte por câncer, inclusive.

As famílias, que entraram com essa ação em nome de todas as crianças filipinas, esperam que o governo desperte para o problema.

Paquistão: Escalada de violência

□ Sangrentos ataques com carros-bomba provocaram em Karachi a morte de 73 pessoas no centro da principal cidade paquistanesa, em julho passado. Em Lahore, cidade situada a 300km ao sul de Islamabad, a capital do país, três bombas mataram sete pessoas. Três outras morreram num choque armado ocorrido em Karachi entre



Zia ul-Haq: impotência diante dos conflitos

refugiados iranianos, seguidores do aiatolá Komeini.

Só este ano já morreram mais de 130 pessoas em atos de violência, o que mostra a impotência do Paquistão para evitar que os conflitos em países vizinhos se estendam às suas cidades. Funcionários paquistaneses vincularam os recentes ataques à situação na fronteira com o Afeganistão e à luta de facções

entre os refugiados que fogem da guerra entre o Irã e o Iraque.

O presidente do Paquistão, Mohammed Zia ul-Haq, sugeriu que o país poderia proibir a entrada de refugiados das nações vizinhas. "Teremos que examinar a extensão da nossa hospitalidade", afirmou aos jornalistas, depois de visitar o lugar onde ocorreram as explosões em Karachi.

Segundo fontes oficiais, no Paquistão vivem três milhões de refugiados afegãos. Islamabad se nega a reconhecer o governo de Cabul e a negociar com ele. É através da fronteira com o Paquistão que entram no Afeganistão as armas fornecidas pelos Estados Unidos e outros países aos grupos contra-revolucionários afegãos que operam em território paquistanês. Segundo informações da imprensa ocidental, a Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos destinou um orçamento para operações no Afeganistão de 650 milhões de dólares este ano.

De acordo com a versão do governo de Islamabad, os recentes atentados nas principais cidades do país teriam sido executados por "sabotadores" treinados e infiltrados a partir do Afeganistão, com o objetivo de desestabilizar o regime de Zia ul-Haq.

Por outro lado, o recente confronto armado entre grupos rivais iranianos em Karachi atraiu a atenção para outros refugiados que vivem no país.

Observadores políticos de Islamabad opinam que os recentes atos de violência poderiam levar o governo do Paquistão a adotar decisões drásticas contra os refugiados, embora as relações cordiais com o Irã não devam ser afetadas.

O general Zia ul-Haq, que se mantém no poder graças à sua política repressiva e ao aniquilamento da oposição, teme que as tensões derivadas dos problemas geopolíticos tenham consequências na situação interna do país, incentivando e fortalecendo as forças democráticas que há anos procuram se organizar para derrubá-lo.

LÍBANO

Filósofo morre assassinado

Autor de numerosas obras filosóficas que são livros de texto tanto no seu país natal, o Líbano, quanto em universidades européias, Hassan Hamdane (ou Mehdi Amel, pseudônimo com que assinava sua obra) foi assassinado na capital libanesa em fins de maio passado. Três homens armados e encapuçados esperavam por ele em frente à porta de sua residência, em Beirute ocidental. Metralhado, Hamdane faleceu a caminho do hospital. Esse intelectual libanês de renome internacional nasceu em 1936, de uma família xiita do sul do Líbano, tinha estudado em Lyon (França) e, posteriormente, viveu na Argélia, onde foi professor. Voltou ao seu país para se integrar ao corpo docente da Faculdade de Ciências Sociais, onde era professor de Filosofia.

Em fevereiro deste ano, tinha sido eleito para o Comitê Central do Partido Comunista Libanês, ao qual pertencia desde 1960. Hamdane é uma das inúmeras vítimas de atentados contra militantes e dirigentes da esquerda libanesa ocorridos nos últimos meses. Para fazer o discurso de homenagem por ocasião do seu enterro, foi escolhido o escritor e filósofo Hussein M'Roué, de 79 anos, que poucos dias mais tarde caía assassinado num atentado muito semelhante ao que custou a vida de Hamdane.

A morte dos dois intelectuais causou consternação nos círculos culturais libaneses. Os alunos de Hamdane na universidade convocaram uma greve de protesto contra a violência que está ameaçando os pensadores e dirigentes progressistas. O Comitê Central do PCL publicou um comunicado no qual denuncia que o assassinato "desse combatente, pensador, escritor e poeta é obra de assassinos a soldo, que agem a serviço dos defensores do obscurantismo, dos que se opõem ao progresso e ao Humanismo, dos adversários da unidade e do caráter árabe do Líbano, dos inimigos da religião que usam a fé para exacerbar os conflitos religiosos e o despotismo".

Moçambique: O maior massacre da Renamo

□ O massacre de Homoine cometido pelos bandos da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) – o grupo contra-revolucionário financiado pela África do Sul –, na madrugada de 18 de julho passado, entrará para a história de Moçambique como uma das maiores chacinas jamais ocorridas, emparelhando com o massacre de Wiriamu, na região do Tete, quando o exército colonial português assassinou 500 pessoas, e com os 600 mortos de Vanduzi, na região de Manica, vítimas das tropas rodesianas de Ian Smith.

Pelo menos 387 pessoas foram chacinadas pelos terroristas em Homoine, povoação localizada a 60km da cidade costeira de Inhambane e que dista 400km de Maputo, a capital. Foi o maior massacre cometido pela Renamo na já longa história sangrenta dessa organização criada pelos racistas rodesianos e que, após a independência do Zimbábue, é dirigida, armada e financiada pelo regime do *apartheid* contra República Popular de Moçambique.

Em comunicado dirigido à comunidade internacional, dias depois do massacre, o governo moçambicano revelou que os bandos armados da Renamo raptaram dezenas de pessoas que foram sendo assassinadas na retirada, encontrando-se entre as vítimas inúmeras crianças, mulheres grávidas e velhos. Todos os doentes internados no hospital dessa povoação de cinco mil habitantes foram mortos com arma branca.

Segundo depoimentos recolhidos pelo correspondente da agência noticiosa portuguesa Lusa, Augusto de Carvalho, o fotógrafo da Agência de Informação de Moçambique (AIM), Sérgio Santimano – o primeiro jornalista a chegar ao local após a tragédia –, disse que “os bandidos mataram no hospital, pelo menos, 80 pessoas, a maioria mulheres e crianças de colo”. “Disseram-me – acrescentou Santimano – que, depois do massacre, fora do hospital, estava uma mulher morta e uma criança tentando mamar nos seios da mãe”.

O engenheiro agrônomo norte-ame-

ricano Mark van Koeving, que trabalha num projeto de produção de sementes em Homoine, presenciou parte do ataque da Renamo, até conseguir se



Vítimas da chacina de Homoine: o terrorismo não poupa nem crianças

esconder com outras pessoas numa dependência do hotel onde residia.

Para essa testemunha ocular, citada pelo jornalista da Lusa, os terroristas dispunham de equipamentos novos, o que vem corroborar as recentes denúncias do governo moçambicano, segundo

as quais os pára-quadras de carga capturados nas últimas semanas na província de Inhambane serviram para lançamentos de material de guerra enviado à Renamo pelos sul-africanos. As autoridades de Maputo também tinham assinalado infiltrações maciças de bandos da Renamo, vindos diretamente do país vizinho e que penetraram em Moçambique através da província de Gaza, região que separa o território sul-africano da província de Inhambane.

Refutando as afirmações do ministro

das Relações Exteriores sul-africano, Roeff “Pik” Botha, que negou qualquer envolvimento do seu governo na operação terrorista, o presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi categórico: “Nós não ‘achamos’, sabemos quem fez: foram os sul-africanos”.

Ajuda de emergência

□ Em abril passado, foram doados 200 milhões de dólares em ajuda de emergência para mais de quatro milhões de moçambicanos afetados por duas grandes calamidades: a seca, que se prolonga desde 1980, e a guerra de agressão por parte do grupo contra-revolucionário Renamo.

As sabotagens às estradas e ferrovias tornam difícil a chegada da ajuda às áreas mais castigadas pelas tragédias naturais. E os alvos prediletos dos mercenários treinados e orientados pela África do Sul são os projetos de desenvolvimento e os flagelados.

Desde 1982 foram destruídos um de cada quatro postos de saúde, 300 mil crianças ficaram sem escola e calcula-se que 320 mil menores de cinco anos morreram em circunstâncias que pode-

riam ter sido evitadas se não fosse a guerra. O conflito e a seca obrigaram 250 mil moçambicanos a procurar refúgio fora do país, várias centenas de milhares se deslocaram pelo interior do país e quase cinco milhões perderam suas casas, seus meios de subsistência ou ambos.

A reunião de Genebra de agências das Nações Unidas e organizações não-governamentais demonstrou a eficácia de uma ação conjunta do governo, da ONU e do chamado “terceiro sistema” de organismos voluntários, entre os quais se destacam a Cruz Vermelha Internacional, o Care, os Médicos sem Fronteiras (da Bélgica e França), Oxfam, Conselho Mundial de Igrejas, Caritas e a Fundação Eduardo Mondlane.

ISRAEL

Irregularidades nos processos



Cisjordânia: ocupação e repressão

Reuter

Quatro cidadãos foram recentemente processados em Israel por terem se reunido em novembro do ano passado com uma delegação da OLP na Romênia. Os quatro acusados (Iael Lotan, Latif Dori, Eliezer Failer e Ruben Kaminer) foram submetidos ao estatuto colonial britânico que vigora desde 1940 e que tinha sido atualizado há poucos anos pelo governo de Israel, com a promulgação de várias emendas que proibem "qualquer contato com uma organização declarada comunista".

O Comitê de Apoio aos Processados pela Lei Antiterrorista, com sede em Telavive, informa que a entrevista dos cidadãos israelenses processados e de outros 21 militantes com a delegação da OLP se enquadra num conjunto de medidas de protesto "contra essa lei antidemocrática que procura calar os setores que em Israel lutam por uma paz com os palestinos". Noam Sela, porta-voz do Comitê, afirmou que em junho passado outra delegação, encabeçada pelo deputado Charlie Bitton, manteve um encontro semelhante na Hungria.

O tribunal que instrui o processo cometeu várias irregularidades, como aceitar a designação de testemunhas de acusação anônimas, depoimentos secretos etc.

O julgamento acontece num momento em que setores progressistas israelenses realizam uma grande campanha contra a ocupação dos territórios palestinos da Cisjordânia e Gaza e a favor de uma paz israelense-palestina. O ponto culminante foi a manifestação

que ocorreu a 6 de junho passado em Telavive. Era o 20º aniversário da "Guerra dos Seis Dias" e da ocupação desses territórios. Milhares de manifestantes fizeram um chamado à paz entre o governo de Israel e os representantes legítimos do povo palestino, ao reconhecimento da OLP por parte das autoridades israelenses e à criação de um Estado palestino independente nos territórios ocupados.

AMÉRICA LATINA

Reunião palestina

"O II Congresso da Confederação de Comunidades Palestinas da América Latina e Caribe representou um passo importante para a aproximação entre as comunidades palestinas da América Latina e as do Mundo Árabe", declarou em Lima Farouk Kaddoumi, chefe do departamento político da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Ao avaliar o encontro realizado recentemente na capital peruana, o chefe da diplomacia palestina afirmou: "Devemos estimular os esforços da comunidade de origem árabe na América Latina e no Caribe. Esta defende nosso direito à autodeterminação, à independência e a regressar à nossa pátria para construir um Estado independente".

A comunidade palestina na América Latina se compõe de cerca de 500 mil pessoas, em torno de 10% do total da população palestina.

VENEZUELA

Corte liberta terrorista

Um tribunal superior venezuelano decretou, no início deste mês, a libertação do cubano Orlando Bosch, acusado de ser colaborador imediato da explosão do avião da empresa Cubana de Aviação, em outubro de 1976. O avião explodiu em pleno ar, provocando a morte dos seus 73 passageiros, dez minutos depois de ter decolado de Havana. (ver matéria "Duzentos dólares pelo Mengele cubano", *terceiro mundo* nº 83, outubro - 1985.)

Na mesma decisão, a corte confirmou a condenação a 20 anos de prisão dos terroristas venezuelanos Freddy Lugo e Hernán Ricardo Lozano, que havia sido promulgada em primeira instância pelo juiz Alberto Pérez Marcano. Os condenados são os autores materiais do homicídio qualificado dos passageiros do avião cubano.

EL SALVADOR

Ofensiva da FMLN

Em meio à radicalização dos movimentos sindicais em aberto conflito com o governo de Napoleón Duarte, a guerra de mais de sete anos recrudescceu em El Salvador, quando no final de julho passado os choques entre o exército e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) deixaram cerca de 200 baixas, segundo fontes oficiais e dos rebeldes.

O Comitê de Imprensa da Força Armada (Coprefa) informou que os guerrilheiros da FMLN tinham sofrido 70 baixas em suas fileiras, que corresponderiam a 25 mortos e 45 feridos. Por sua vez, a Rádio "Venceremos", a voz oficial da FMLN, garantiu que as tropas governamentais sofreram 129 baixas.

Grande parte delas - disse a rádio rebelde - foi produto de emboscadas dentro da estratégia de desgaste à "economia de guerra" governamental e de "guerra popular prolongada".

FILIPINAS

Sem açúcar

As transnacionais Coca-Cola e Pepsi podem ficar sem o açúcar filipino para adoçar seus refrigerantes. Motivo: a grave crise de desemprego gerada pela queda drástica da cota de importação do açúcar desse país por parte dos Estados Unidos, que resolveu "adoçar artificialmente" seus refrigerantes com o mel de trigo. O boicote, proposto pelos trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar, tem como principal objetivo chamar a atenção das duas empresas, exigindo de imediato que destinem suas verbas publicitárias aos trabalhadores que em abril último completaram cinco meses de inatividade.

México

Com o lançamento do filho do ex-presidente Cárdenas como pré-candidato, a "Corrente Democratizadora" enfrenta o PRI

O desafio democratizador

Depois de várias semanas de tensão entre a Corrente Democratizadora e a cúpula do Partido Revolucionário Institucional (PRI), nos primeiros dias de julho passado, Cuauhtémoc Cárdenas – filho do legendário presidente Lázaro Cárdenas, venerado em todo o México por ter nacionalizado o petróleo na década de 40 – concordou em sair como pré-candidato à presidência da República, representando os setores contestadores do partido oficial. Cuauhtémoc, em poucos dias, recebeu o apoio de quase toda a oposição do país e de importantes organizações de massas.

O desafio à cúpula do PRI que esse gesto implica questiona diretamente o uso do *dedazo*¹, que concede ao presidente do México o direito de escolher o candidato do PRI à sua sucessão. Como nos últimos 58 anos o PRI não perdeu nenhuma eleição presidencial, nem a nível de governadores ou senadores, a indicação do candidato oficial equivale, na prática, à designação do futuro presidente.

Há um ano, começaram a se tornar públicas as críticas de alguns dirigentes priistas à falta de democracia interna, à atual política econômica do governo mexicano e, muito particularmente, ao método do *dedazo*.

As duas principais figuras desse grupo, que passou a se chamar de Corrente Democratizadora (ver *terceiro mundo* nº 100), são dirigentes de peso do PRI: Cuauhtémoc Cárdenas (53 anos), que acaba de cumprir seu mandato como governador do estado de Michoacán, e Porfirio Muñoz Ledo, também de 53 anos, que tem uma longa carreira no PRI e que inclusive foi secretário (ministro) dos governos dos ex-presidentes

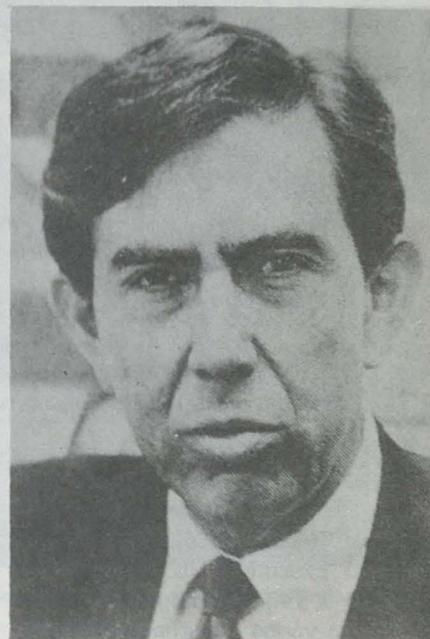
Luis Echeverría e José López Portillo, além de presidente do partido e embaixador do México na ONU. Alguns analistas acham que ele também fazia parte da lista dos aspirantes à designação presidencial em 1975.

Concretamente, Cárdenas e Muñoz Ledo começaram a reivindicar que, como estabelece o estatuto do partido, a cúpula do PRI inicie o registro eleitoral para que os candidatos se apresentem e se possa começar a desenvolver as campanhas internas de proselitismo, com vistas à eleição do candidato oficial, numa convenção aberta do partido, onde se possa discutir o programa de governo de cada postulante.

A reação do PRI

A candidatura de Cuauhtémoc Cárdenas foi recebida com piadas pela cúpula do PRI, que procurou desde o primeiro momento não lhe dar importância e mostrá-la à opinião pública como carente de apoio popular. Nesse sentido, as declarações mais incisivas partiram do velho dirigente Fidel Velásquez, líder da organização sindical mais importante do país, a Confederação dos Trabalhadores do México (CTM). Velásquez, em todos os momentos, se manifestou a favor da expulsão de Cárdenas e de Muñoz Ledo das fileiras do PRI.

A reação mais concreta ocorreu a 22 de junho passado, quando a Comissão Nacional de Coordenação Política do PRI divulgou um comunicado no qual praticamente marginaliza os membros da Corrente Democratizadora da vida partidária. O comunicado da direção priista, publicado na maioria dos jornais de maior circulação nacional, acusa a Corrente de utilizar foros alheios ao



Cuauhtémoc Cárdenas

partido e ao país para "insistir em propostas contrárias às da maioria partidária".

"Toda a campanha ideológica implementada pela Corrente Democratizadora – acrescenta o comunicado – foi elaborada para gerar manobras divisionistas que atentam contra a unidade programática do partido e fazem o jogo da reação e das forças que de dentro e de fora do país tentam liquidar com o projeto da revolução mexicana". Com esse pano de fundo, a cúpula do PRI adotou quatro resoluções:

1) Condenar e declarar como contrárias às propostas do partido as declarações de Cárdenas e de Muñoz Ledo.

2) Comunicar à opinião pública de toda a República que as atividades que os ex-funcionários do Estado realizam são a título pessoal, fora do organismo político e sem representação partidária.

3) Informar também que, para a realização de suas atividades, Muñoz Ledo e Cuauhtémoc Cárdenas não poderão utilizar as instalações do partido nem usar o emblema da organização. E

4) Reiterar que aqueles que se colocarem contra as normas estatutárias do PRI têm as portas abertas para agir on-



Reuter

As propostas da "Corrente Democratizadora" encontram apoio popular

de melhor convenha aos seus interesses pessoais.

Durante uma viagem por vários estados da República, o presidente do Conselho Executivo Nacional do PRI, Jorge de la Vega Domínguez, colheu a opinião de vários governadores, deputados, senadores e personalidades da vida política nacional sobre as propostas defendidas pela Corrente Democratizadora do PRI. Em geral, a esse nível, as opiniões foram de apoio incondicional ao Conselho Executivo do PRI e, por outro lado, de repúdio à Corrente Democratizadora.

A resposta de Cuauhtémoc

A resposta de Cuauhtémoc Cárdenas e dos demais membros dissidentes do PRI não se fez esperar. No dia seguinte ao da divulgação do comunicado, Cárdenas disse, usando os meios nacionais de comunicação, que a resolução da cúpula do PRI tinha sido adotada à margem dos estatutos e que tinha sido promovida por aqueles que desejam fazer prevalecer a antidemocracia no país.

Por sua vez, Muñoz Ledo garantiu que foi um grave erro da direção priista se negar a aceitar a autocrítica, pois assim viu-se obrigada a adotar medidas repressivas contra os setores mais progressistas do partido.

No entanto, a resposta mais contundente foi conhecida mais tarde. Na primeira semana de julho último, Cuauhtémoc Cárdenas foi lançado publicamente como candidato à presidência

pela Corrente Democratizadora. As primeiras demonstrações de apoio começaram a aparecer imediatamente. Na cidade de Tampico (estado de Tamaulipas), realizou-se a primeira manifestação popular a favor da sua candidatura. Os trabalhadores do metrô da capital, por sua vez, entregaram uma alta quantidade para apoiar a campanha do pré-candidato da CD.

Diversas organizações da oposição, como o Partido Mexicano Socialista (PMS), que foi criado recentemente com a unificação de vários partidos de esquerda, declararam seu apoio incondicional às colocações da CD, da mesma forma que o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e o Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM).

Diante da deterioração demonstrada pela legitimidade do sistema político mexicano, as propostas da CD encontraram grande acolhida porque, como define Muñoz Ledo, "através delas aspiramos à recuperação dos princípios da revolução mexicana e da capacidade decisória das majorias do PRI, dos operários e dos camponeses".

Para esse dirigente, trata-se de mudar a correlação de forças interna no PRI. "Aqueles que exigem que tudo continue como está - afirma - são os credores, Washington, as cúpulas empresariais dedicadas à especulação e os setores que esperam se beneficiar da mudança industrial". Por isso, para Muñoz Ledo, é um erro afirmar que no

México o PRI está no governo. "Se entendermos por PRI os setores populares organizados, disse ele, o PRI não está no governo já que a política atual é contrária às bases do PRI".

Até onde será possível chegar?

Nessa disputa entre a Corrente Democratizadora e a cúpula do PRI, fica difícil prever uma vitória dos renovadores. Para o historiador Lorenzo Meyer, a Corrente Democratizadora se colocou uma meta que desperta simpatias mas é impossível: fazer do PRI um verdadeiro partido... e torná-lo democrático. No México, no entanto, poucos duvidam de que a decisão de postular Cuauhtémoc Cárdenas como pré-candidato à presidência terá consequências. O momento é propício a uma candidatura de base popular, porque a deterioração do poder aquisitivo dos salários e o crescente desemprego estão tensionando a atmosfera política do país. E isso seguramente influenciará a decisão do presidente Miguel Ángel de la Madrid, quando for aplicar o tradicional *dedazo*: dificilmente poderá optar por um candidato conservador e sem carisma.

Nem o presidente nem os aspirantes à designação presidencial (os chamados *tapados*, ou seja, "escondidos", por fazerem parte da lista mantida em segredo dos prováveis pré-candidatos) se manifestaram publicamente sobre a candidatura de Cárdenas. Mas, desde que a mesma foi divulgada, houve uma mudança qualitativa na vida política mexicana. Como reconheceu o próprio Jorge de la Vega Domínguez, expulsar do PRI o filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas seria impossível pelo impacto que teria sobre a opinião pública e porque uma medida estatutária como essa deveria ser adotada num congresso nacional do partido, onde dificilmente contaria com a maioria.

No mínimo, o *dedazo* foi questionado e, mesmo que possivelmente não seja desta vez que os renovadores consigam acabar com essa prática antidemocrática, como afirma Muñoz Ledo, "o candidato nomeado a dedo ficará em má situação se optar por ignorar todas as exigências da Corrente Democratizadora".

¹ Assim é chamada popularmente a indicação arbitrária ("a dedo") do candidato do partido à sucessão presidencial.



A base aérea norte-americana de Palmerola, em território hondurenho, é uma amostra da ocupação militar cada vez maior por parte dos EUA

Honduras

Na mira do Pentágono

Apesar da pobreza, essa nação centro-americana vivia num clima relativamente tranquilo até que aí se instalou a máquina de guerra dos Estados Unidos

Medea Benjamín*

Na década de 80, Honduras, outrora um lago de águas mansas na América Central, se tornou de repente o centro nevrálgico da política norte-americana na região. Com os sandinistas no governo da Nicarágua e o crescente fortalecimento da guerrilha salvadorenha, a administração norte-americana considera Honduras um país chave para os interesses geopolíticos na região.

Entre 1979 e 1985, a ajuda militar e econômica dos Estados Unidos a Honduras aumentou de 31 milhões para 282

milhões de dólares. O maior aumento pertence à área militar, que se multiplicou por 28 em comparação com as cifras de 1979. Em compensação, Honduras aceitou se transformar no centro de operações para 15 mil "contras" nicaraguenses, participar junto com as tropas norte-americanas em manobras conjuntas orientadas no sentido de intimidar os sandinistas e fornecer apoio logístico e de inteligência aos militares salvadorenhos em sua guerra contra a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Para estar em condições de cumprir seu novo papel, Honduras foi convertida num acampamento militar. Desde 1980, os militares norte-americanos cons-

truíram ou adaptaram 11 aeroportos, duas sofisticadas estações de radar, vários campos de treinamento, estações de reabastecimento para helicópteros de combate e um centro logístico e de comando na base aérea de Palmerola. A antiga reputação desse país como "república bananeira", se viu reforçada por um novo apelido: a República do Pentágono. Que significado tem para os hondurenhos a maciça militarização do seu país?

História de uma luta violenta

Depois do Haiti, Honduras é o país mais pobre do hemisfério ocidental. Mais de 70% da população vivem na in-

digência e 72% das crianças hondure-nhas estão subalimentadas. As taxas de mortalidade infantil são as mais altas da América Central: 78 para cada mil nascidos vivos. Mais da metade da população carece de água potável e 43% não sabem ler nem escrever.

O caso de Honduras prova a tese de que a pobreza por si só não é suficiente para provocar uma rebelião. Salvo alguns focos isolados de atividades guerrilheiras, Honduras vinha se mantendo relativamente à margem dos conflitos armados.

Como esse país conseguiu se ver livre dos violentos choques que envolveram os seus vizinhos Nicarágua, Guatemala e El Salvador?

Para um povo que experimenta a pobreza em si próprio, e vê que seus vizinhos também são indigentes, a miséria é mais atribuída ao desgnio de Deus do que à mão do homem. A Guatemala, a Nicarágua e El Salvador são países nos quais a extrema pobreza anda de mãos dadas com a extrema riqueza. Em Honduras, no entanto, a maior parte das riquezas da nação é propriedade de empresas estrangeiras – United Fruit, Rosario Mining Company – e os lucros acabam invariavelmente na conta de algum banco norte-americano.

Honduras não tem um ditador como Somoza, que era proprietário de 20% das terras da Nicarágua, além de fábricas e negócios vários. Carece do equivalente das "14 famílias" que constituem a infame oligarquia guatemalteca. Os hondurenhos, com ironia, dizem que seu país é tão pobre que jamais poderia manter uma oligarquia. Isso não significa que a riqueza – ou, melhor, a pobreza – tenha sido distribuída equitativamente em Honduras. Um relatório de 1979 revela que 20% da camada mais pobre da população recebem 3,5% da receita nacional, enquanto 20% do setor mais rico se apropriam de 56% dessa receita.

Historicamente, no entanto, as desigualdades sociais em Honduras têm sido sempre menos flagrantes que nos países vizinhos.

A organização sindical

Existe outra razão que poderia explicar por que o povo hondurenho não recorreu à luta armada. Durante anos, ganhou importantes concessões dos diversos governos através de métodos de



Soldados sandinistas com equipamentos capturados aos "contras" que atacam de Honduras

luta não-violentos. A greve de 1954 contra a United Fruit Company levou à vitória de 35 mil trabalhadores das plantações e da estiva e obrigou o governo a reconhecer a organização sindical, a negociação coletiva e o direito de greve.

Em consequência desse conflito, a organização dos operários e camponeses cresceu a ponto de chegar a ser a melhor estruturada da América Central. Sua força coletiva os transformou em importantes atores da política nacional e obrigou vários governos a atender suas exigências de terras e melhores condições de trabalho.

As duas reformas mais importantes foram realizadas pelo governo de Ramón Villeda Morales (1958-1963) e pelo regime militar de Walter López Arellano (1972-1975). Essas reformas puseram em vigência um código trabalhista, um sistema de segurança social e – o que é mais importante para a maioria camponesa – uma reforma agrária.

Entretanto, essas reformas ficaram no papel. Na prática, foi feito muito pouco. Por exemplo, a reforma agrária de 1975 tinha como objetivo distribuir 600 mil hectares de terra entre 120 mil famílias camponesas num prazo de cinco anos. Um estudo realizado em 1980 revelou que, no ritmo em que as terras estavam sendo realmente distribuídas, se precisaria de 103 anos para atingir o objetivo proposto. E mais, o fato de as parcelas não estarem sendo distribuídas se devia à pressão dos camponeses pobres, os quais, diante da inércia do governo, começaram a se apossar das

terras por seus próprios meios.

Essas reformas foram estabelecidas por leis, o que alterou drasticamente as relações entre o governo e a classe mais pobre. Os trabalhadores hondurenhos não lutam para derrubar o governo, e sim para conseguir que este cumpra suas próprias leis.

Talvez o fator mais crítico para se determinar se o povo hondurenho pegará em armas seja a resposta que o poder militar dê aos métodos não-violentos utilizados. Em Honduras, os militares têm sido mais tolerantes do que seus vizinhos no tratamento com seus opositores políticos.

Isso não significa negar a cumplicidade das forças armadas em fatos tão aberrantes como o massacre ocorrido em Olancho, em 1975, quando 14 camponeses e militantes foram brutalmente torturados e assassinados. Mas, tais atrocidades criaram um escândalo nacional em Honduras, onde não se supõe que os militares sejam inimigos do povo. Muito tempo depois que os povos da Guatemala, Nicarágua e El Salvador começaram a olhar os militares com desconfiança e temor, os hondurenhos ainda conservam uma certa fé em suas forças armadas.

Os acontecimentos da década de 80, entretanto, começaram a minar a estabilidade nacional, levando paulatinamente Honduras a uma situação semelhante à dos seus conflituados vizinhos.

A ajuda militar dos Estados Unidos a Honduras foi aumentada drasticamente durante a atual década, alcançando um teto de 282 milhões de dólares em 1985.

A concessão de empréstimos dos Estados Unidos também mudou drasticamente de assistência ao desenvolvimento para assistência à segurança. Em 1980, a assistência para o desenvolvimento ocupava 81% do total; em 1985, tinha baixado para 6%. A assistência para a segurança se tornou prioritária, absorvendo 80% do total da ajuda norte-americana.

Graças à generosidade dos Estados Unidos, as forças armadas hondurenhas dobraram de tamanho entre 1980 e 1985. Honduras se transformou numa base dos Estados Unidos para manobras militares sem precedentes na história da América Latina. Em maio passado, cerca de 80 mil homens do exército norte-americano tinham participado de exercícios de treinamento em Honduras e, atualmente, os Estados Unidos mantêm uma presença regular de 1.200 homens na base de Palmerola.

A primeira baixa desse processo de militarização foi a incipiente democratização do país. A política dos Estados Unidos se orientava inicialmente no sentido de transformar Honduras numa democracia para ser exibida na América Central. Depois de cerca de 18 anos de governo militar, os Estados Unidos pressionaram as forças armadas para que convocassem eleições em 1981. Mas, embora as eleições tenham sido relativamente livres, a democracia não chegou a Honduras, porque os militares continuaram mantendo um firme domínio do poder.

Antes das eleições, os dois principais candidatos se reuniram com os chefes militares e concordaram em dar às forças armadas o poder de veto sobre todas as designações ministeriais e o pleno controle de todos os aspectos de segurança.

O ativista de direitos humanos, dr. Ramón Custodio, afirmou: "Os militares se retiraram do primeiro plano por razões protocolares. Mas no que se refere ao poder político real, eles estão e continuarão no mesmo lugar".

O fortalecimento das forças armadas em Honduras trouxe como contrapartida uma maior debilidade do poder civil. Assim como afirmou o tenente coronel John Buchanan, do Centro de Política para o Desenvolvimento, no seu depoimento perante o Congresso dos Estados Unidos, "a ajuda militar norte-americana fortaleceu as possibilidades

daqueles que são mais capazes para acabar com o governo democrático daquele país". O processo eleitoral, ao invés de diminuir o poder dos militares, permitiu-lhes agir com maior impunidade já que agora contam com a fachada de um governo civil.

Violação dos direitos humanos

O sinal mais trágico da militarização da sociedade hondurenha foi o crescimento alarmante dos casos de violação dos direitos humanos. Enquanto antes de 1980 não existia uma política sistemática de repressão, de 1981 a 1984 ocorreram 214 assassinatos políticos, houve 110 desaparecidos e 1.947 prisões ilegais. A tortura de prisioneiros políticos tornou-se uma rotina e, desde 1983, Honduras figura na lista das Nações Unidas de países que "executam arbitrariamente os seus cidadãos".

Com os 15 mil "contras" armados que Honduras tem dentro do seu território, as denúncias de roubo, assaltos e extorsões são muitas. A presença dos "contras" levou à destruição do meio de vida de dois mil plantadores de café hondurenhas na linha de fronteira e obrigou 16 mil pessoas a abandonarem seus lares.

Qualquer protesto pela presença dos "contras" ou pelo crescimento da militarização do país é tratado como heresia. O chefe das forças armadas hondurenhas em 1986, general Regalado Hernández, acusou os que difamam os "contras", protestam pela presença de tropas norte-americanas ou denunciam o desaparecimento de pessoas de serem integrantes de uma conspiração comunista.

Alguns dos opositoristas mais destacados, como Rolando Vindel, do sindicato de trabalhadores da empresa de energia, foram sequestrados e estão desaparecidos, enquanto outros foram atacados abertamente. Cristóbal Pérez, da Federação dos Trabalhadores Hondurenhas, foi baleado e o jornalista Rodrigo Wong Arévalo, um crítico da política externa hondurenha, salvou sua vida milagrosamente quando uma bomba explodiu em seu automóvel. As residências de Custodio, diretor do Comitê Hondurenho de Direitos Humanos (Cohdeh), e de Leonor Meza, dirigente sindical e militante pacifista também foram atacadas com bombas.

O fluxo dos dólares norte-americanos que acompanhou o processo de militarização criou uma atmosfera de assaltos que agravou a corrupção endêmica



Os pertences das tropas hondurenhas passam por revista de brigadas antidrogas dos EUA

ca e as lutas internas nas forças armadas hondurenhas. Um estudo realizado em 1986 pelo governo dos Estados Unidos revelou que, entre novembro de 1985 e janeiro de 1986, mais de um milhão de dólares dos fundos do Congresso norte-americano concedidos para ajuda aos "contras" foram desviados para os militares hondurenhas.

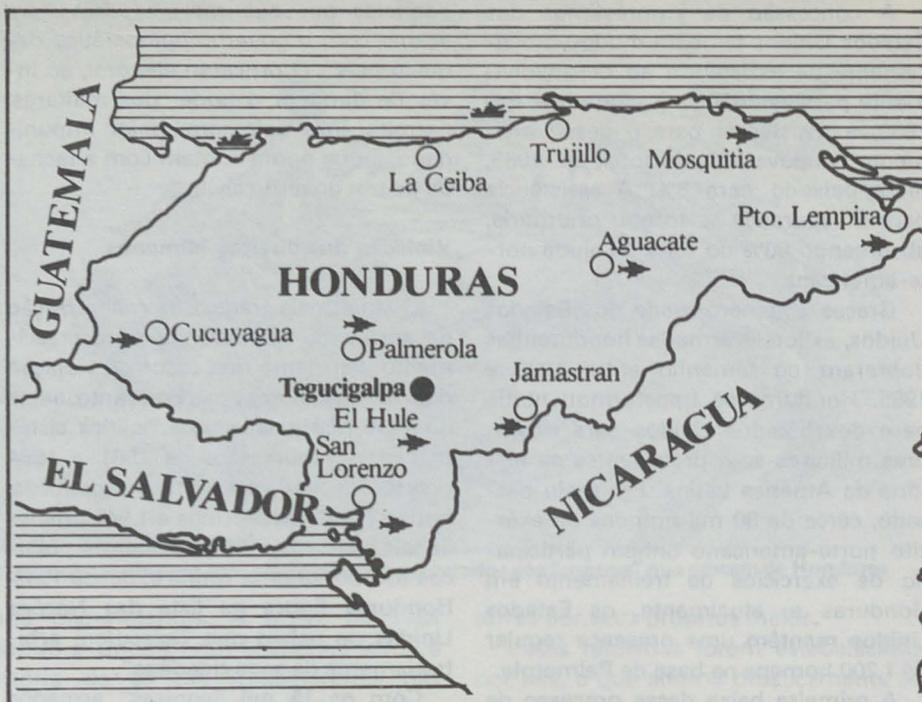
Em outubro de 1986, houve um escândalo nas forças armadas que resultou na reforma de 30 oficiais de alta patente. Essa "limpeza" esteve relacionada com a manipulação do dinheiro norte-americano destinado aos "contras". Um diplomata ocidental comentou: "Com todo esse dinheiro, a posição de cada um na estrutura do comando tem um valor estratégico maior quando se trata de encher os bolsos".

Na mesma medida em que os chefes militares e os dirigentes políticos se enriqueciam com a ajuda norte-americana, a maioria do povo hondurenho se empobreceu por causa da severa crise econômica que assola o país nesta década. A queda dos preços dos produtos primários hondurenhas no mercado mundial – banana, café, algodão e açúcar – reduziu as receitas por exportações. Os pagamentos da crescente dívida externa absorvem uma porção cada vez mais importante do orçamento nacional. A crise regional levou a uma virtual paralisação do investimento privado e o desemprego alcançou o incrível índice de 41%.

O único setor próspero foi o militar. Num momento em que as despesas do Estado em gastos de assistência social eram mais importantes do que nunca para amortecer o impacto da crise econômica sobre as camadas mais pobres do país, o gigantesco orçamento militar comeu os recursos para a segurança social.

Entre 1986 e 1987, o escasso orçamento para a saúde pública foi reduzido de 130 milhões para 97 milhões de dólares. O ex-ministro da Economia, Manuel Acosta, criticou os efeitos negativos que o crescimento militar impõe à população. "Os cortes orçamentários", lamentava-se o ex-ministro, "estão levando o povo ao desespero. Me preocupa que estejamos provocando, de fato, uma situação de violência e rebeldia interna ao nos negarmos a atender às necessidades mais primárias da população".

A ironia mais cruel, produto da polí-



No mapa, as instalações do exército, da marinha e da aeronáutica norte-americanas

Capital: Tegucigalpa. População: 4.648.000hab. (1986). Superfície: 43.277km². Alfabetização: 56%. Receita anual per cápita: 417 dólares norte-americanos. Desemprego: 41%. Mortalidade infantil: 78 por mil nascidos vivos (1984). Esperança de vida: 61 anos (1984). Desnutrição infantil: 72%. Principais exportações: banana, café, chumbo, camarão.

tica dos Estados Unidos em Honduras, é que com o pretexto de preservar a democracia conseguiram polarizar a sociedade hondurenha de uma forma que não tem precedentes na história do país. As circunstâncias que diferenciavam Honduras dos seus vizinhos estão se evaporando. Há mais ostentação do que riqueza. Os dirigentes políticos e militares vivem na corrupção, protagonizando lutas de poder em disputa dos benefícios do dinheiro norte-americano. Existe uma pobreza muito maior, na medida em que os militares consomem cada vez mais o orçamento oficial; há mais repressão e menos espaço para a oposição pacífica.

Aumenta a oposição ao crescimento militar

Apesar dos riscos que implica, um número cada vez maior de hondurenhas torna pública sua oposição à presença dos "contras" no país e ao crescimento militar financiado pelos Estados Unidos. Os plantadores de café deslocados de suas terras fizeram queixas diretamente aos Estados Unidos e ganharam a simpatia de todo o país. Os mais importantes sindicatos e as organizações camponesas pediram a expul-

são dos "contras" e o fim da militarização de Honduras.

Dezenas de milhares de hondurenhas foram às ruas para protestar, em manifestações como a de 5 de março de 1987, quando cerca de 30 mil pessoas reivindicaram o fim da intervenção militar norte-americana no país. Importantes membros do Legislativo hondurenho, militares e homens de negócios chegaram à conclusão de que não são os sandinistas na Nicarágua, mas os "contras" apoiados militarmente pelos Estados Unidos, que estão plantando as sementes da futura instabilidade.

Como nos disse o dr. Juan Almeyda, militante pacifista e ex-diretor da faculdade de medicina de Honduras, "desenvolvimento econômico e militarização não podem coexistir no tempo. Tem-se que escolher entre alimentar soldados ou dar de comer às crianças. Entre construir hospitais ou aeroportos militares. Tanto o nosso governo quanto o dos Estados Unidos optaram pela militarização. Nosso povo, unido, deverá reverter essa decisão".

* Copyright 1987, Institute for Food and Development Policy (IFDP). Medea Benjamín pertence ao comitê de direção do IFDP em San Francisco, Estados Unidos.

As manobras militares

"Solid Shield", "Pegasus 87" e "General Vicente Tosta": exercícios que podem ser o preâmbulo de uma invasão

Víctor Flores García

Apanhada pelo escândalo "contragate", com uma contra-revolução nicaraguense claramente dizimada e com o prazo a ponto de se esgotar, a administração Reagan parece se aproximar rapidamente do momento de tomar a decisão política de intervir diretamente na América Central. O preâmbulo dessa definição pode ter sido os exercícios militares *Solid Shield* ("Escudo sólido), complementados pelas manobras "Pegasus 87" e "General Vicente Tosta".

De acordo com especialistas militares norte-americanos, esses foram "os maiores exercícios militares realizados nos últimos anos na América Latina".

As operações foram dirigidas pelo próprio chefe das forças armadas de Honduras, general Humberto Regalado Hernández, e o chefe do exército dos Estados Unidos do Sul (ex-Comando Sul), general John Galvin. Além de fazer entrarem em ação os 50 mil efetivos norte-americanos, vários porta-aviões e outros navios de guerra, as manobras deram origem à grave advertência de que, pela primeira vez na história, a base militar norte-americana de Guantánamo, Cuba, pode ser objeto de uma pretensa manobra de evacuação. Ao mesmo tempo, intensos movimentos afetaram a base naval de Camp Lejeune, na Carolina do Norte (Estados Unidos) e a da ilha de Vieques em Porto Rico, a mesma que foi objeto de uma simulação de desembarque às vésperas da invasão de Granada.

O teatro de operações das manobras realizadas em junho passado abrangeu

as águas do mar Caribe e os departamentos (estados) hondurenhos de Choluteca, El Paraíso, Olancho e Gracias a Dios, localizados ao longo dos 700km da fronteira com a Nicarágua e a escassos 14km da mesma.

Honduras é uma peça chave da estratégia norte-americana, papel que tem sido constantemente reivindicado pelos próprios dirigentes do país. O general Regalado Hernández declarou, a propósito, que "Honduras e Estados Unidos não somos um mais um, mas juntos significamos a paz e a democracia na região".

Nos últimos anos, Honduras se tornou uma gigantesca plataforma de lançamento para o exército norte-americano com uma infra-estrutura insuperável.

Honduras e Estados Unidos realizaram 47 exercícios conjuntos desde que se iniciou a série em outubro de 1981, amparados num acordo de assistência bilateral em termos de segurança, assinado em 1954. Eles serviram para "a-



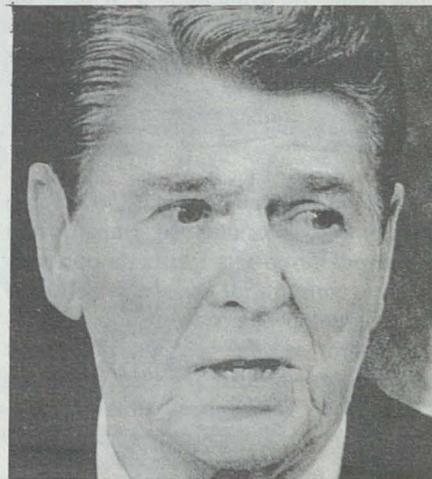
Daniel Ortega: "impõe-se o pragmatismo"

climatar e adestrar *in situ* quase 80 mil homens". Um documento do Pentágono, "filtrado" para a imprensa ano passado, calculava em 100 mil os efetivos militares necessários para invadir a Nicarágua (ver *terceiro mundo* nº 92). O custo das manobras de treinamento ultrapassou em muito os 500 milhões de dólares, segundo fontes do Departamento de Defesa.

Numa conferência com veteranos do Vietnã que visitaram recentemente a Nicarágua, o presidente Daniel Ortega explicou que "o perigo das manobras militares hondurenho-norte-americanas está no fato de que, do ponto de vista técnico-militar, elas resumem toda a experiência acumulada ao longo desses anos".

Ortega acrescentou: "Nos Estados Unidos, na maioria dos casos, o pragmatismo se impõe, por mais brutal que este seja, eles podem pensar que uma forma de se fortalecer politicamente seria invadir a Nicarágua sob o pretexto de que podem liquidar, a curto prazo, uma forte resistência de nossa parte. Então Reagan se apresentaria diante do seu povo e lhe diria: 'Vejam, derrotamos o governo sandinista e pusemos um governo democrático em Manágua', e o povo norte-americano o aplaudiria".

Da mesma forma, afirmou que Reagan "pode pensar que a invasão é viável e então iniciará a aventura militar que vai nos custar muito, a nós, nicaraguenses, mas que também vai custar muito para eles, porque de nenhum ponto de vista as tropas norte-americanas conseguirão nos dominar e nos destruir". ●



Reagan: obsessão com a Nicarágua

Chile

Um grande acordo nacional

O presidente do Movimento Democrático Popular chileno afirma que todas as forças políticas do país se necessitam mutuamente para derrubar a ditadura

Militante do Partido Socialista há 25 anos", como ele mesmo se define, Germán Correa é, desde 1985, presidente do Movimento Democrático Popular (MDP), que foi criado em setembro de 1983¹. Doutor em Sociologia, formado na Universidade de Berkeley, Califórnia, Correa tem uma longa atuação política desde a época em que foi dirigente estudantil do PS, passando pelos anos de trabalho na reconstrução do partido na clandestinidade, até uma atuação pública desde 1978 na direção do PS, liderado por Clodomiro Almeyda.

Com a representatividade que lhe confere o cargo que ocupa e sua experiência política, Correa traçou um perfil da conjuntura chilena numa conversa com **terceiro mundo**. Desde a situação da esquerda aos desafios que os partidos políticos enfrentam com a lei eleitoral imposta por Pinochet, passando por uma reflexão sobre os caminhos que se apresentam para a derrubada da ditadura militar, o presidente do MDP foi analisando o momento por que passa seu país, criticou os que sonham com uma saída "no estilo filipino" e declarou que "o conjunto da oposição hoje em dia está se unindo em torno da exigência de eleições livres".

A seguir, transcrevemos suas principais reflexões:

Não há dúvidas de que o Movimento Democrático Popular se transformou numa das principais forças da oposição chilena, com grande coerência política e forte respaldo das massas. É o que demonstram as eleições realizadas nas três frentes onde é possível, hoje, no Chile, medir forças: o movimento estu-

dantil universitário e secundarista, o movimento das associações profissionais e o setor sindical. O MDP foi adquirindo uma grande força, mantendo uma representação igual ou superior à que a esquerda tinha em conjunto, nos tempos da Unidade Popular.

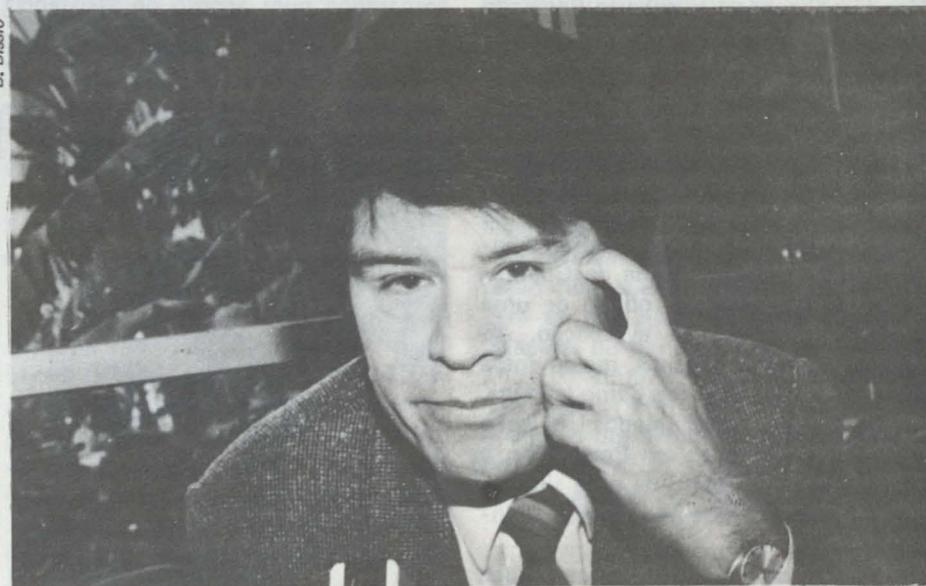
O MDP é uma força atuante, que tem muita influência na situação política chilena. Obviamente, tanto os setores de centro-direita como o imperialismo vêm com desgosto que a esquerda tenha um peso tão grande e uma influência tão fundamental na busca de qualquer saída viável para a crise que o Chile vive. Hoje em dia, o conjunto da política chilena está passando por um período bastante complicado.

Mais do que o problema da utilização ou não da violência, que muitas vezes é colocado no Chile como tema fundamental de divergência, o ponto, na realidade, é se as massas mobilizadas, nas ruas, colocarão sua força combativa na ruptura institucional com o regime e,

dessa maneira, inviabilizarão a estratégia de negociação com a ditadura, defendida por setores de centro.

Tanto o Partido Comunista como o Partido Socialista do Chile e os demais integrantes do MDP – inclusive o próprio movimento como tal – sempre tiveram a mesma posição: não afirmam que a forma de sair da crise do Chile seja a luta armada, a via violenta. O que eles colocam é a utilização de todas as formas de luta, de acordo com os desafios que o regime lhes imponha e de acordo com a experiência histórica de luta das diferentes frentes de massas. No Chile, na luta político-ideológica entre as diferentes correntes, um instrumento que tem sido colocado para confundir a opinião pública é nos apresentar como um grupo que defende o caminho da luta armada, o que não é bem assim.

Como dizia o Partido Radical em 1985, numa carta endereçada à Aliança Democrática: "Foi o regime que impôs



Germán Correa, presidente do Movimento Democrático Popular (MDP)

¹ O MDP é constituído pelo Partido Socialista do Chile, Partido Comunista, Movimento de Esquerda Revolucionária, Partido Socialista Unitário e pelo Mapu-Operário-Camponês.

como assunto crucial no seio da oposição o tema do uso da violência como forma de luta". Para o regime de Pinochet, trata-se de uma questão vital para a sua sobrevivência. No entanto, alguns setores da própria oposição partiram daí para estabelecer uma diferenciação ideológico-política que teve péssimas consequências para a unidade da oposição política chilena. Nesse campo, o MDP flexibilizou sua posição: estamos dispostos a pôr na mesa de discussões e acordos o tema das formas de luta, sempre que o objetivo comum seja construir uma força social e política que permita acabar com a ditadura e erradicar o fascismo do interior das forças armadas, do poder Judiciário, da economia e da sociedade chilena.

A difícil unidade

O problema da unidade das forças políticas não é um assunto simples, exatamente porque, ao contrário do Uruguai e Argentina, no Chile existe uma esquerda e um movimento popular forte e em crescimento. E essas forças de esquerda estão prontas a disputar a hegemonia na sociedade chilena com as forças de centro-direita.

A articulação de uma saída de centro-direita complica-se por essa razão. Por outro lado, a esquerda não tem força suficiente para articular uma saída democrática e popular, prescindindo dos setores de centro e da direita. Todos nós precisamos uns dos outros.

O MDP, no entanto, mantém um posicionamento que vai ainda mais além: a razão de um entendimento com as forças do centro político democrático não é apenas conjuntural; não somente porque sozinhos não podem acabar com a ditadura, mas porque na realidade em 1973, no Chile, todas as forças que propunham uma mudança profunda foram derrotadas. Essa experiência nos obriga a refletir. O Chile é um país que foi muito destruído e cujos problemas econômico-sociais, políticos e morais são gravíssimos. A sociedade nacional deverá ser reconstruída. Disso dependem a viabilidade, a força e a estabilidade de uma futura democracia.

Por essa razão, nem a Democracia Cristã - o centro político - nem nós, por nossa própria conta, poderemos realizar essa tarefa sozinhos. Nós precisamos uns dos outros por muito tempo. A democracia pela qual hoje lutamos requer

um acordo que até o momento não foi possível consolidar pelo medo que existe no centro político em relação ao problema da hegemonia.

Temos que discutir e analisar todos os grandes temas que dizem respeito à reconstrução do país. O Chile exige isso, com mais razão hoje em dia do que no passado, porque as debilidades da oposição fizeram com que Pinochet ganhasse uma força que estruturalmente não tem. Pinochet, com seu mandato centrado em sua pessoa, está desgastado no interior das forças armadas e da sociedade chilena, inclusive também diante do imperialismo, que continua apoiando-o porque não vê alternativa que satisfaça seus interesses.

O registro eleitoral

Nós estamos contra a Constituição de 1980 e o cronograma de Pinochet porque achamos que é a perpetuação do regime. Por isso, também estamos contra todas as normas políticas que essa Constituição implementa. E é por isso que não estimulamos a inscrição no cadastro eleitoral, mesmo sabendo que as pessoas vão se inscrever.

Em todo caso, a lei do registro eleitoral não nos parece tão importante. Pensamos que o que realmente importa é a lei dos partidos políticos, uma lei que é uma verdadeira armadilha, além de muito restritiva. Como definiu Gabriel Valdés, dirigente da Democracia

Cristã, é uma lei que deixa os partidos tão limitados na sua função, que não ter partido político deixa de ter significado. O partido político passa a ser um mecanismo de nomeação de candidaturas e nada mais. Como intermediário entre a sociedade e o Estado e como impulsor de um projeto programático, o partido está inviabilizado.

Há outra série de restrições absurdas, como a que determina que quem for dirigente sindical ou de grupos sociais não pode ser dirigente político. Além disso, inscrever um partido com a obrigação de citar nome, sobrenome e telefone dos filiados é entregar à Central Nacional de Inteligência (CNI) os dados de quem deve ser reprimido e onde achá-lo.

E mais, se os partidos políticos dão esse passo, automaticamente estão apoiando a institucionalização do regime. E terão que legitimar, num segundo passo, esse regime. Esse é o ponto mais grave, porque se uma parte da oposição de centro inscreve-se como partido político, entra na legalidade de Pinochet.

Esses partidos de centro têm a ilusão de que assim vão poder mudar o regime a partir do seu interior. Mas esse raciocínio é absurdo, conhecendo-se Pinochet.

O Chile continua sendo um país bastante politizado, onde a grande massa tem posições definidas. Portanto, se ocorrer essa divisão a nível político, as organizações sociais também poderão



Jovens manifestantes protestam em Santiago contra a violência do regime de Pinochet

rachar, apesar de nelas a unidade ser mais forte do que nas cúpulas políticas. Isso iria gerando o palco para um confronto civil.

Por isso, dizemos que este pode ser o pior caso de profecia autocumprida: o centro político pode fechar todos os caminhos de uma saída política. E assim não nos deixaria outra alternativa senão entrar com nossas forças e, da forma como pudermos, na construção do Chile futuro.

A correlação de forças na DC

Isso seria grave porque o preço para o povo chileno seria muito mais alto e o prazo de solução da crise do país muito mais longo.

Nós, dos partidos de esquerda – os cinco partidos do MDP e os outros seis menores partidos da esquerda –, fizemos uma proposta em dezembro do ano passado à Democracia Cristã e ao restante da oposição para ficarmos de acordo numa estratégia comum de confronto com a ditadura.

Se a Democracia Cristã respondesse afirmativamente à nossa proposta, estaria optando por mudar sua linha política: de permanente privilégio e entendimento com a direita, passaria a dar



Gabriel Valdés, ex-presidente da DC

prioridade a um entendimento com as forças de esquerda.

Obviamente, esse acordo não seria só para acabar com a ditadura, e sim teria que implicar entendimentos para a transição e para mais além da transição. Ninguém vai lutar ao lado de ninguém se não souber como vai ser o resultado da luta comum.



Nos grêmios universitários e secundaristas as propostas da esquerda saíram vencedoras

Na Democracia Cristã a correlação de forças ainda favorece os setores mais conservadores, mais temerosos da esquerda, inclusive os setores anticomunistas. Por isso, nos parece que o acordo é difícil mas não o consideramos impossível. Na DC, há contingentes populares importantes que sentem que deve haver um acordo com a esquerda para se conquistar uma saída realmente democrática para o Chile.

O caso Letelier

Neste ano de 1987, além de tudo, há outro fator que está influenciando na deterioração moral da ditadura dentro das próprias forças armadas: as repercussões dos avanços, nos Estados Unidos, das investigações sobre o caso Letelier. Isso teve bastante impacto no seio das forças armadas. Na sociedade chilena, não tanto, porque todos nós já tínhamos claro que o regime estava comprometido na morte de Letelier; mas nas forças armadas, o impacto foi grande. Esse é um fator que se soma a outros – como a sua tentativa de se perpetuar no poder – para enfraquecer Pinochet. Cada vez mais setores das forças armadas entendem que a crise do país está chegando a um tal nível que a perpetuação de Pinochet pode levar à guerra civil.

Já ouvi esta opinião de altos oficiais de alguns setores das forças armadas, preocupados com a situação. Por outro lado, também influi o fato do isolamento real, objetivo, da ditadura na sociedade chilena: hoje em dia ninguém se atreve a defender a ditadura. Nas eleições das associações profissionais, nas universidades, nos sindicatos, ninguém levanta uma bandeira em defesa do regime. Ninguém é candidato do regime.

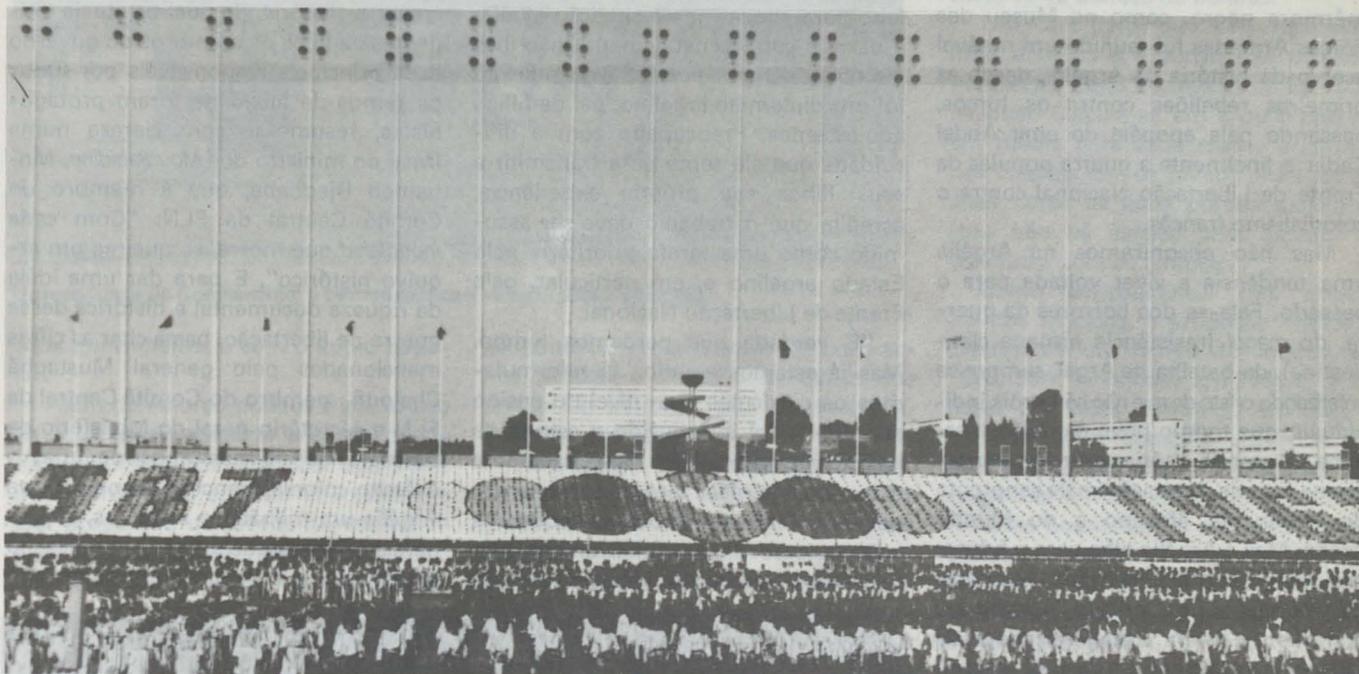
Do ponto de vista social, também há um elemento novo: grandes setores de massas estão cansados do regime, sentem necessidade de uma mudança. O conjunto da oposição hoje em dia está se unificando em torno da exigência por eleições livres. Todos estamos prontos para realizar um grande movimento por eleições livres que, além disso, vai ser um movimento pelos direitos econômicos, sociais e humanos violados permanentemente pelo regime. De tal forma que se vai gerando um eixo de aglutinação social e política do conjunto da oposição, neste ano de 1987, em que Pinochet joga realmente com o seu futuro. ●

Camera Press

África

Argélia

A opção pela industrialização e os maciços investimentos realizados permitiram enfrentar a crise e manter o crescimento



O 25º aniversário da independência: uma festa simples, protagonizada por jovens que em 1962 não haviam nascido

B. Bissio

Uma revolução vitoriosa

Beatriz Bissio

“Este muro foi a única coisa que restou do antigo quartel francês. Mas nós o deixamos aí como testemunha do passado. Os jovens têm que saber que a liberdade de hoje exigiu muitos sacrifícios e foi conquistada com o esforço de todo um povo sublevado.”

Ali é um homem de cerca de 40 anos que, adolescente, se juntou às fileiras da Frente de Libertação Nacional (FLN). Estávamos na recém-inaugurada Casa da Cultura da cidade portuária de Annaba, a quarta do país, com 260 mil habitantes. Esse moderno centro cultu-

ral, equipado com um amplo anfiteatro, instrumentos musicais, galerias de arte e até mesmo computadores, que o presidente Chadli Bendjedid acabava de inaugurar no contexto das comemorações do 25º aniversário da independência, tinha sido construído sobre o velho quartel francês. Um gesto simbólico que resumia a essência humanista da revolução argelina: onde ontem havia canhões, que floresça hoje a cultura.

Não é só em Annaba que se podem encontrar exemplos desse tipo. Em Argel, uma das prisões mais tenebrosas do colonialismo é hoje um centro cultural, onde os jovens se encontram para escutar música moderna e dançar. E o antigo Palácio de Verão do governador

geral francês, que foi construído durante a ocupação turca – uma majestosa estrutura em estilo mourisco –, foi reaberto ao público depois de remodelado, com o nome de Palácio do Povo. Os amplos jardins abrigam bares e restaurantes, sendo que o próprio palácio é um museu com peças antiquíssimas de grande valor histórico e cultural. Numa parte mais baixa do terreno, foi construído um centro onde se farão trabalhos audiovisuais. Com os mais modernos equipamentos e técnicas, serão ministrados cursos e montados espetáculos culturais.

O esforço em preservar o legado histórico está presente em muitas obras realizadas nos últimos anos. Talvez a

mais importante de todas seja o complexo arquitetônico construído em conjunto por técnicos argelinos e canadenses, onde foi erguido o Monumento dos Mártires, o Museu das Forças Armadas e o moderno centro cultural e comercial de Riad El-Feth. Tanto no Monumento aos Mártires, com o seu interior em mármore negro, como no Museu das Forças Armadas foi reunido um notável acervo da história da Argélia, desde as primeiras rebeliões contra os turcos, passando pela epopéia do emir Abdel Kader e finalmente a guerra popular da Frente de Libertação Nacional contra o colonialismo francês.

Mas não encontramos na Argélia uma tendência a viver voltada para o passado. Fala-se dos horrores da guerra, do *maqui* (resistência armada clandestina), da batalha de Argel, sempre se enfatizando o fato de que não há heróis individuais, que todo o povo é que foi o artífice da grande vitória contra os franceses na luta de libertação mais sangrenta do continente africano e do Mundo Árabe. Mas a Argélia olha para o futuro, projetando sobre a memória da guerra de libertação (um milhão e meio de mártires), a tarefa conscientizadora de formar uma juventude que já nasceu num país independente e para a qual a luta da FLN é um capítulo dos livros de História e não uma vivência indelével, como foi para seus pais ou avós.

A juventude: o grande desafio

Os jovens constituem hoje o centro das preocupações dos dirigentes políticos. Em 1962, quando a 5 de julho os argelinos se pronunciaram num plebiscito arrasadoramente a favor dos Acordos de Evian, que estabeleciam a independência da ex-colônia francesa, a população do país era de dez milhões de habitantes. Hoje, em 1987, apenas um quarto de século depois, é de 23 milhões. Sessenta e cinco por cento da população da Argélia têm menos de 30 anos.

Para um país que, na Carta Nacional, na Constituição e nas principais declarações da FLN, define como meta o desenvolvimento com justiça social numa opção socialista, a esmagadora maioria de jovens e o alto índice de crescimento demográfico (que atualmente é de 3,2%) constituem o principal desafio político e econômico.

"A televisão francesa, a italiana e a

espanhola podem ser captadas na Argélia com uma antena comum adaptada com um rotor, de fácil instalação. E somente uma hora de avião nos separa da Europa. Para os nossos jovens, as referências comparativas são as sociedades de consumo da Europa ocidental. Eles não têm noção real do sacrifício que foi feito para chegarmos à situação atual e a palavra subdesenvolvimento não lhes diz nada". Quem nos fez essa reflexão foi um diplomata argelino, pai de filhos adolescentes. Preocupado com a dificuldade que ele sente para transmitir a seus filhos sua própria experiência, acredita que o trabalho deve ser assumido como uma tarefa prioritária pelo Estado argelino e, em particular, pela Frente de Libertação Nacional.

"É verdade que perdemos tempo. Mas já estamos agindo. Já reformulamos os currículos e ao nível do ensino secundário foi introduzido o estudo da luta de libertação. Além disso, cada uma das nossas famílias tem seus mártires, e por isso na vida cotidiana podemos educar nossos filhos, objetivamente, em relação ao significado da luta e ao preço

de nossa revolução", comentou-nos um dos membros mais jovens do Comitê Central da FLN e orgulhoso *moudjahid* (ex-combatente). "Meus filhos são pequenos ainda mas já converso com eles sobre o passado. Conto-lhes como foi a guerra, que marcas nos deixou".

Essa preocupação em analisar e escrever a História, da qual os atuais dirigentes da FLN, os membros do governo e os principais responsáveis por todos os ramos de atividade foram protagonistas, resume-se com clareza numa frase do ministro dos *Moudjahidine*, Mohamed Djeghaba, que é membro do Comitê Central da FLN: "Com cada *moudjahid* que morre, se queima um arquivo histórico". E para dar uma idéia da riqueza documental e histórica dessa guerra de libertação, basta citar as cifras mencionadas pelo general Mustaphá Cheloufi, membro do Comitê Central da FLN e secretário geral do Ministério da Defesa: nos últimos anos de luta, o exército colonial francês chegou a ter na Argélia um milhão de soldados, 60 generais e 700 coronéis. Esse era o desafio militar que a FLN devia enfrentar com



O Monumento aos Mártires: beleza plástica para honrar o passado e manter acesa a memória



Universidade de Constantine: o esforço nacional voltado para a educação

seus guerrilheiros e com o apoio popular.

Além do esforço político e ideológico da FLN para assegurar a continuidade da revolução e sua fidelidade aos ideais dos mártires da epopéia libertadora, a alta proporção de jovens na sociedade argelina desafia os dirigentes políticos a planejar a economia de forma a gerar os empregos necessários, além de oferecer a todos a possibilidade de estudar e se formar.

"Existe desemprego na Argélia, é claro que sim, somos um país em desenvolvimento e não podemos negá-lo", respondeu-nos Zahir Fares, chefe do gabinete do Ministério do Planejamento, quando lhe colocamos o tema. "Mas se trata de um desemprego com certas particularidades", explica. "Na Argélia, não existe o desemprego originado pelo fechamento de empresas, como acontece nos países ocidentais em crise. O desemprego se origina no fato de os trabalhadores qualificados recusarem certos tipos de trabalho ou na falta de emprego para todos os jovens que ingressam no mercado de trabalho, calculados em 180 mil por ano. O desemprego na Argélia é de 13% da população economicamente ativa".

Colhendo os frutos

Num período de crise internacional, com resultados dramáticos para os países do Sul, a Argélia não apresenta índices

econômicos preocupantes embora tenha sentido o impacto da queda dos preços do petróleo, seu principal produto de exportação.

Para chegar a essa situação relativamente confortável, com um avançado grau de industrialização e índices superiores a muitos países do Terceiro Mundo em termos de educação e saúde, fizeram-se investimentos maciços em infra-estrutura, desde a independência, que em alguns anos chegaram à cifra de 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

Desde 1966 quando foi decretado o controle da terra, das minas e dos bancos por parte do Estado, e 1971, quando foi nacionalizado o petróleo, começou um período de grandes investimentos. De 1967 a 1978 foram investidos 30 bi-

lhões de dinares argelinos (um dólar vale cinco dinares argelinos); em 1979-80, 14,5 bilhões de dinares e entre 1981 e 1984, 26 bilhões de dinares. Este ano, segundo fontes do Ministério do Planejamento, prevê-se um investimento de 90 bilhões de dinares, ou seja, cerca de 18 bilhões de dólares.

Um dos itens que está recebendo mais atenção é a construção de casas populares, dado o elevado déficit habitacional. Calcula-se em 7 ou 8 pessoas em média para cada casa e é comum nas cidades ver os jovens nas ruas até altas horas da noite porque dentro de casa não há espaço para estudar ou conversar com os amigos.

Como consequência dos investimentos maciços, a produção industrial cresceu de um bilhão de dinares, em 1970, para 11 bilhões em 1980 e 25 bilhões em 1986. Enquanto em 1978 o petróleo bruto constituía 75% das exportações argelinas, em 1985 não correspondia a mais de 26%. E o petróleo também possibilitou a extensão da área agrícola, que com obras de irrigação aumentou em mais de 25%. Atualmente, a área cultivável do país é de 7,5 milhões de hectares.

Em termos de educação, as cifras também são eloquentes. "Em 1962, nós tínhamos 90% de analfabetos", afirma Abdelhamid Brahimi, membro suplente do Birô Político da FLN e primeiro-ministro argelino. "A primeira turma de alunos, que ingressou depois da independência no período letivo 1962-63,

era constituída por 778 mil estudantes no ciclo primário, 50 mil no secundário e um pouco mais de dois mil no nível superior. No ano letivo 1986-87, esse número se multiplicou por sete nos ciclos primário e secundário e aumentou quase 97 vezes no ensino universitário".

A Argélia alcançou 84% de escolarização das crianças cujas idades variam entre seis e 13 anos. O ensino é obrigatório em todo o país nos nove primeiros anos do ciclo básico. Atualmente, a Argélia tem seis milhões de estudantes.

Dos 23 mil professores que havia no país em 1962, passou-se para 228 mil em 1987, dos quais apenas 15% são estrangeiros no nível secundário (não há professores estrangeiros no



Os jovens: centro das preocupações dos dirigentes políticos



A língua árabe, o Islã e as tradições: baluartes da resistência cultural

B. Blissio

Recuperar a identidade

□ Na cidade de Argel se fala um árabe muito particular, com palavras regionais e um sotaque diferente. Mas a língua está mudando, porque as crianças e os jovens agora estudam o árabe na escola, o que não acontecia na época colonial, quando só era falado em casa, como uma forma de resistência à pressão cultural francesa. Escrever em árabe era proibido e o ensino, para os poucos argelinos privilegiados, filhos das famílias mais ricas, era dado em francês. Grande parte dos dirigentes atuais tem mais fluência no uso do francês do que do árabe, alguns inclusive falam, mas têm dificuldade para lê-lo.

"Somos a geração sacrificada, inclusive no uso do nosso idioma", nos disse Omar Belkadi, um militante da FLN e técnico do Ministério do Petróleo, que domina perfeitamente o espanhol, o inglês e o francês, mas que tem alguma dificuldade com o árabe. Omar se orgulha, no entanto, do árabe correto que seus filhos em idade escolar falam e escrevem.

"A Argélia está fazendo importantes esforços para generalizar o uso da língua nacional, o árabe, e se os resultados, para ser realista e objetivo, ainda são modestos é porque deve-se reconhecer que, para se reapropriar da língua, temos que realizar um esforço em todos os campos, numa ação gradual, por etapas, com confiança em seus resultados". Essas

são palavras de Mouloud Kassim Nait Belkacem, membro da Secretaria Permanente do Comitê Central, encarregado do Alto Conselho da Língua Nacional, que também atribui um papel importante ao Islã na tarefa da recuperação da identidade cultural da Argélia. "O Islã - assinala - não é somente uma religião no sentido estrito do termo, mas também o combate pela liberdade, pela justiça social, pela cultura e pela civilização".

Entretanto, na vida cotidiana não se sente a presença da religião na Argélia, com o mesmo peso que em outros países do Mundo Árabe. Nas ruas das cidades, são poucas as pessoas que se vestem com o costume tradicional, embora entre as mulheres de mais idade, em particular, ainda seja frequente o uso do véu no rosto. E entre os jovens, tem certa influência o fundamentalismo islâmico, identificável em algumas jovens que usam o lenço na cabeça ao estilo iraniano. Por que num país que não parece ter uma prática religiosa tão estrita, ganharam terreno as idéias mais radicais do Islã, expressas no fundamentalismo iraniano?, perguntamos a alguns dos nossos interlocutores argelinos. A explicação foi simples: trata-se de uma reação ao que entendem ser o outro extremo, a excessiva secularização ou falta de vivência religiosa de alguns setores.

ensino primário). Os programas também mudaram com a introdução de métodos pedagógicos ativos e que familiarizam as crianças com tecnologias modernas, com disciplinas como Informática incluídas no currículo escolar.

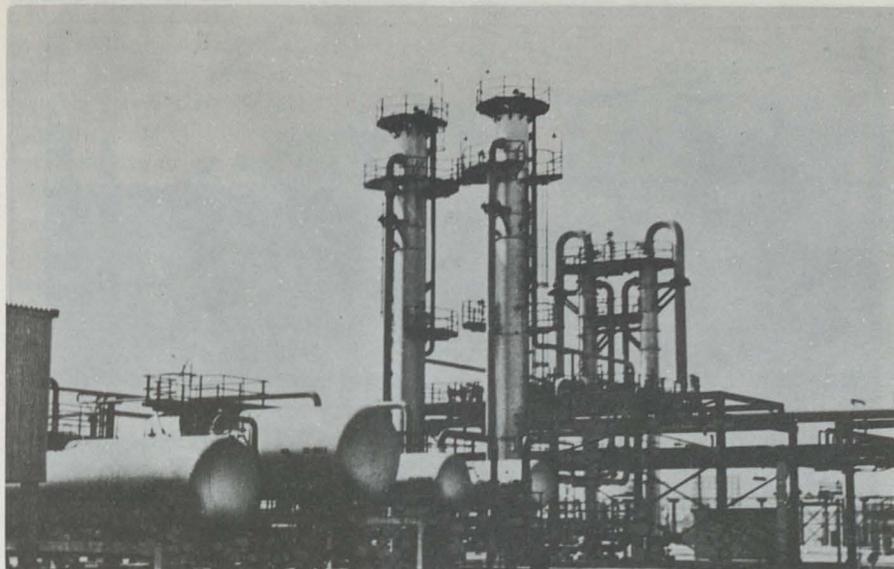
A avaliação de 1980

"Nosso país foi explorado e administrado exclusivamente como um espaço para o lucro de uma colonização destrutiva. Nesses 25 anos de independência, foi necessário construir pedra por pedra todo o edifício institucional necessário para fazer da Argélia um Estado de direito, baseado nos princípios de justiça e progresso social", afirmou o presidente Chadli Bendjedid, no seu discurso na 18ª Seção do Comitê Central da FLN, realizada no princípio de julho passado, às vésperas das comemorações dos 25 anos de "recuperação da soberania", como a imprensa local optou em qualificar a data para enfatizar o fato de que a Argélia já existia como nação soberana antes da ser uma colônia francesa.

Nesses 25 anos, é possível estabelecer duas etapas. De 1962 a 1980, importantes investimentos e ênfase na industrialização pesada, utilizando os recursos naturais do país, na qual o Estado se viu obrigado a assumir todas as atividades, e a segunda etapa, de 1980 até o presente, com maior flexibilização econômica, surgimento do setor privado, ênfase na indústria leve e na agricultura. O divisor de águas foi o Congresso Extraordinário da FLN, realizado em 1980, no qual se avaliou o período anterior e se traçou uma estratégia de desenvolvimento futuro a longo prazo, onde o crescimento econômico fosse realizado levando-se em consideração que os recursos não-renováveis não podem ser desperdiçados.

Uma revisão crítica da opção pela indústria pesada em favor da indústria leve?, perguntamos no Ministério do Planejamento. "Não se pode colocar o problema dessa maneira", ponderou nosso interlocutor. "No Congresso de 1980, discutiu-se essencialmente como assegurar o construção de uma base econômica forte que não se visse freada pelos problemas próprios do subdesenvolvimento, isto é, a burocracia, a falta de mão-de-obra qualificada, a dependência, a dívida externa".

Os ajustes realizados levaram em



A Argélia optou pela industrialização, usando os recursos do seu petróleo

conta o tipo de infra-estrutura industrial que poderia permitir à Argélia superar o subdesenvolvimento. "É necessário que se diga - assinalou - que esses ajustes puderam ser realizados justamente porque já tínhamos uma infra-estrutura industrial e econômica que nos permitia dar esses passos".

Definiu-se a agricultura como prioritária. Havia uma indústria mecânica, de adubos, petroquímica e uma população formada em técnicas modernas. Por outro lado, as obras de irrigação já realizadas permitiam pôr em prática os programas agrícolas nas áreas conquistadas ao deserto. A meta definida é alcançar a auto-suficiência alimentar, evitando desviar divisas para itens que possam ser produzidos no país. No entanto, essa meta ainda está distante. Atualmente, a Argélia cobre 40% de suas necessidades alimentares em produtos básicos. O déficit maior é em cereais e vegetais. Mas em tudo que se relaciona com carne, ovos e frutas, praticamente já se alcançou a auto-suficiência.

Em relação à pesca, se está explorando ao máximo a potencialidade do Mediterrâneo. Pescam-se 100 mil toneladas ao ano, o limite que dá o mar sem comprometer o equilíbrio ecológico. "Mas o volume atual de consumo da população aumentou muito e devemos importar de países como o Senegal ou Mauritânia, que pescam em alto mar no oceano Atlântico", explica Zahir Fares.

Quando estivemos em Annaba, por ocasião da visita do presidente Chadli para a inauguração de importantes

obras de infra-estrutura industrial e de esportes, um desses projetos era um porto de pesca, definida por essa *wilaya* (província) às margens do Mediterrâneo, como uma de suas prioridades. Em 1982, o volume de pesca de Annaba foi de 800 toneladas, mas para 1987, com a infra-estrutura do novo terminal pes-

queiro, estima-se em três mil toneladas, segundo nos informou o governador civil daquela cidade, Baghdadi Laalaouna.

A opção pela industrialização

Embora não seja correto falar de opção por uma industrialização pesada ou leve, os argelinos estão de acordo em que é possível falar de uma opção "pela industrialização".

Quando a Feira Industrial de 1987, que todos os anos reúne expositores locais e estrangeiros, foi inaugurada, o estande montado pelo Ministério da Indústria Leve expunha artigos de uma vastíssima gama, que ia desde produtos alimentícios e cigarros de marcas internacionais até medidores de água, aparelhos de refrigeração industrial, geladeiras, móveis, tecidos de todos os tipos e até computadores.

"Somos um país produtor de matérias-primas e nosso interesse não é exportá-las em bruto, mas transformá-las e utilizá-las em nosso desenvolvimento. Por isso, nós utilizamos o ferro na indústria siderúrgica e o petróleo e o gás,

Os jovens opinam

O que pensam os jovens de 20 anos, que ainda não tinham nascido quando a Argélia conquistou sua independência, do processo político, do subdesenvolvimento, do seu papel na sociedade? O semanário *Algérie Actualité* realizou uma enquete com 850 jovens (415 homens e 435 mulheres) de dez universidades em todo o país (Argel, Oran, Constantine, Annaba, Blida, Boumerdes, Tiencen, Sétif, Biskra e Béchar), alunos das áreas tecnológicas e humanas.

Consultados sobre o valor do conhecimento da história do seu país, 75,4% responderam que o consideravam "importante", 14,2% "pouco importante" e 10,3% não responderam.

Sobre suas fontes para conhecer a guerra de libertação, 55,6% disseram ser seus pais e parentes próximos, 44,2% a escola, 45,6% leituras pessoais e 47,2% os meios de comunicação. A soma é superior a 100% porque podiam dar mais de uma res-

posta.

À pergunta se se sentiam comprometidos com "a batalha contra o subdesenvolvimento", 65,6% responderam "sim" e 17,1% "não". 17,2% não opinaram.

Sobre suas fontes para saber das transformações da sociedade no plano nacional e internacional, 63,2% responderam "a televisão", 49,2% "a imprensa escrita nacional", 44,1% "as rádios estrangeiras", 42,2% "a imprensa escrita estrangeira", 41,1% "suas leituras pessoais" e 16,2% "a escola".

Consultados se a Argélia tem meios para sair do subdesenvolvimento, 64,1% responderam "sim", 18,7% "não" e 17,1% não quiseram opinar.

Em relação aos seus motivos de preocupação, 48,7% responderam que era a invasão cultural, 39,6% disseram ser "uma guerra nuclear", enquanto 35,1% acharam que era "a vida externa".

na indústria petroquímica", nos explica um quadro da FLN.

O Produto Interno Bruto em 1962 era de menos de dois bilhões de dólares. Hoje é de 50 bilhões de dólares.

O desafio agora é manter uma expansão econômica em meio à crise, de acordo com os índices de crescimento demográfico. Para isso, é necessário que a economia cresça, a cada ano, mais de 3,2%. Pelo segundo ano consecutivo, espera-se que a economia argelina cresça 3% este ano. Em termos absolutos, nem o Japão nem os Estados Unidos mostram um crescimento dessa ordem, que é um recorde no mundo subdesenvolvido. Mas, em números relativos, é menor que os 3,2% de crescimento da população.

No auge da bonança petrolífera, a Argélia chegou a um crescimento próximo aos 10%, conseguindo que todos os jovens entrassem sem problemas no mercado de trabalho. Em 1985, o crescimento foi de 5,6%.

Para enfrentar esse problema, a Argélia se obrigou a uma política de austeridade que afetou alguns planos de desenvolvimento. "E na feira industrial deste ano observou-se que o número de expositores estrangeiros era muito inferior aos anos anteriores. Os homens de negócios são pragmáticos, e se sabem que haverá dificuldades em vender a sua produção, não arriscam", nos comentava em Argel um diplomata ocidental.

Austeridade para todos

Em geral, na América Latina, quando escutamos dos governos um chamado à austeridade, sabemos que são os trabalhadores que terão de apertar os cintos. Por isso, quando no Ministério do Planejamento nos diziam que, apesar da crise, pelos investimentos que foram realizados nesses anos, a receita per capita da Argélia é de 2.600 dólares, perguntamos imediatamente qual é a política de distribuição da renda. E contamos ao nosso interlocutor a piada do nordestino brasileiro a quem um dia disseram que era um homem de sorte porque na sua região o censo mostrou que havia três mulheres para cada homem. E que aí ele respondeu: "Alguém por aí então deve ter seis, porque eu não tenho nenhuma...".

"A renda, assim como os sacrifícios, estão bem distribuídos", nos respondeu



A iniciativa privada é importante na agricultura e no setor de serviços

Papel do setor privado

□ Na Argélia, o problema do papel desempenhado pelo setor privado depois da independência não se colocou porque simplesmente não havia burguesia.

A política de distribuição de renda na época colonial era tão estrita que todas as receitas se destinavam à comunidade francesa. O Estado teve que se encarregar de todas as atividades econômicas. Não havia alternativa. Teve de construir escolas para as crianças, criar fontes de trabalho, se encarregar da saúde pública e da habitação da população, de suas necessidades alimentares e fazer funcionar a economia.

Pouco a pouco, a política de distribuição da receita permitiu o surgimento de um setor com capacidade de investir capital. "Não era questão de deixar de aproveitar essa possibilidade, por dogmatismo ou por apego a clichês superados", nos comentou um economista da equipe governamental.

O governo incentivou o investimento privado, como complemento do setor estatal. Quarenta e quatro por cento do valor acrescentado produzido atualmente na Argélia provêm de investimentos privados. A iniciativa privada é muito importante na agricultura e a cada dia se torna mais importante na indústria e no setor de serviços.

A orientação do governo é que

o investimento privado deve ser criador de empregos, atividades econômicas novas, produtos. Não há possibilidade de especular com dinheiro: não existem bancos privados no país.

O Estado controla o comércio exterior e os seguros. O setor privado tem seu espaço próprio como processador das matérias-primas nacionais, juntamente com o setor estatal. Pode comercializar sua produção no mercado interno e externo, diretamente, mas recebe o produto de suas vendas externas em dinares, sendo que as importações são controladas pelo Estado, porque aí entram em jogo as divisas do país. O governo controla o destino de cada divisa que sai da Argélia.

Antes de investir, o setor privado solicita um *agreement* ao estado, que tem por objetivo analisar o conteúdo do investimento e ver até que ponto se inscreve nas áreas de interesse definidas a nível nacional. "Ao planejar os investimentos, o governo evita que se oriente capital para setores que estão saturados", alegam os técnicos.

Atualmente, o limite permitido para o investimento privado é de 100 milhões de dólares, mas desde 1982, ano que foi aprovada a lei do investimento privado, não houve nem dez projetos que tenham alcançado esse teto de investimento.

o técnico. "Há ricos e pobres mas o foso não é tão brutal como em outros países. A política de salários nas empresas estatais é um exemplo dessa distribuição de receita. O salário mínimo nacional está fixado em 1.300 dinares (250 dólares) e existe um salário mínimo para cada atividade, que leva em conta o tipo de formação necessária para o desempenho do cargo. Os salários mais altos estão fixados em 10 mil dinares (dois mil dólares). No setor privado pode chegar a ser mais alto, mas nesse caso não se trata realmente de salário e sim de receita, sujeita a tributações específicas".

Redefinir as empresas

A partir de 1980, e mais ainda em meio à política de austeridade, surgiu um fator novo na vida das empresas argelinas. Ficou decidido que as empresas do Estado deviam dar lucro. Antes, havia uma clara definição de ramos da economia, com grandes empresas estatais em cada um destes ramos: petróleo, siderurgia, indústria alimentar etc., chegando a um total de 70 macroempresas. Optou-se por reduzir o tamanho e multiplicar o número: hoje, há cerca de 460 empresas estatais, especializadas por função e por linha de produção. Sua estrutura financeira também foi redefinida.

Antes, eram deficitárias – entre outras razões – porque a cada uma cabia assumir os custos inerentes à implantação de determinada indústria. Quando uma indústria criava uma fábrica, se encarregava das instalações elétricas, da formação de mão-de-obra, do cuidado do meio ambiente. Era a empresa que criava o seu ambiente e não o contrário. "Agora, esses investimentos figuram no orçamento de gastos da nação, onde sempre deveriam estar", nos disse um funcionário que participou da redefinição das macroempresas.

Mas a mudança mais significativa foi no conceito de lucro e na autonomia que cada empresa adquiriu. Trata-se de um centro de decisões autônomo que deve organizar seu funcionamento de modo a dar superávits que tornem a ser investidos no desenvolvimento da própria empresa. Quais os objetivos perseguidos? Produzir em qualidade e quantidade para satisfazer a demanda interna. E quem define esses objetivos? Em todas as empresas e unidades de pro-

dução existe aquilo que se conhece por Assembléia de Trabalhadores, eleita pelo coletivo de funcionários, e destinada a estudar o plano, o orçamento e o programa de atividades e formular recomendações sobre a produção. O sistema de autogestão vigora desde 1972. Os deveres e direitos dos trabalhadores estão definidos no Estatuto Geral do Trabalhador.

Uma potência do século XXI

Avançou-se muito na Argélia, mas ainda há pontos que dificultam o aprofundamento do processo revolucioná-

popular das comemorações dos "25 anos de recuperação da soberania", se evidenciava a idiosincrasia dos argelinos, um povo sofrido e modesto, mas orgulhoso do seu passado, dos seus mártires, da sua juventude. Sem alardes militaristas – não houve nem mesmo o tradicional desfile militar – nem posturas agressivas no plano internacional (o país tem uma política externa realmente não-alinhada), a Argélia desperta 25 anos depois da epopéia que marcou as gerações dos anos 60, a mesma simpatia, o mesmo respeito. E mantém, com coerência, o caminho traçado em 1954, quando foram definidas as metas

B. Bissio



A geração do ano 2000 será herdeira das conquistas da revolução argelina

rio. Um deles é a excessiva burocracia do aparelho estatal. "A atuação dessa burocracia constitui um perigo real para o bom funcionamento das instituições e um problema para o cidadão comum", declarou o presidente Chadli numa reunião do Comitê Central. "É necessário combatê-la – acrescentou – definindo a missão e os deveres e direitos de cada um com total clareza". Além disso, o presidente convocou o povo a participar mais ativamente na administração do país, "o que constitui uma preocupação permanente da direção política".

Nas cerimônias simples e na festa

estratégicas da revolução que estava em marcha. Agora, encara o ano 2000 como um marco para o salto ao desenvolvimento. "Não temos nenhuma dúvida de que, apesar da dívida, da queda dos preços das matérias-primas, dos obstáculos no comércio internacional impostos aos nossos produtos, o Terceiro Mundo que concentra as riquezas mais importantes do globo e tem a população mais criativa, será a região privilegiada do século XXI. E a Argélia estará entre as grandes potências do futuro", nos comentava um dos quadros que se forjou na luta. ●

Ceuta e Melilla

Os acessos ao Mediterrâneo

O governo do Marrocos escolheu um momento propício para levantar o problema de Ceuta e Melilla, quando em Madri se volta a debater a questão de Gibraltar.

Com todas as cautelas diplomáticas, o rei Hassan II, do Marrocos, sugeriu ao rei Juan Carlos, da Espanha, que os dois governos formassem uma "célula de reflexão", destinada a estudar o problema de Ceuta e Melilla. Essas duas cidades são enclaves espanhóis na costa do Marrocos.

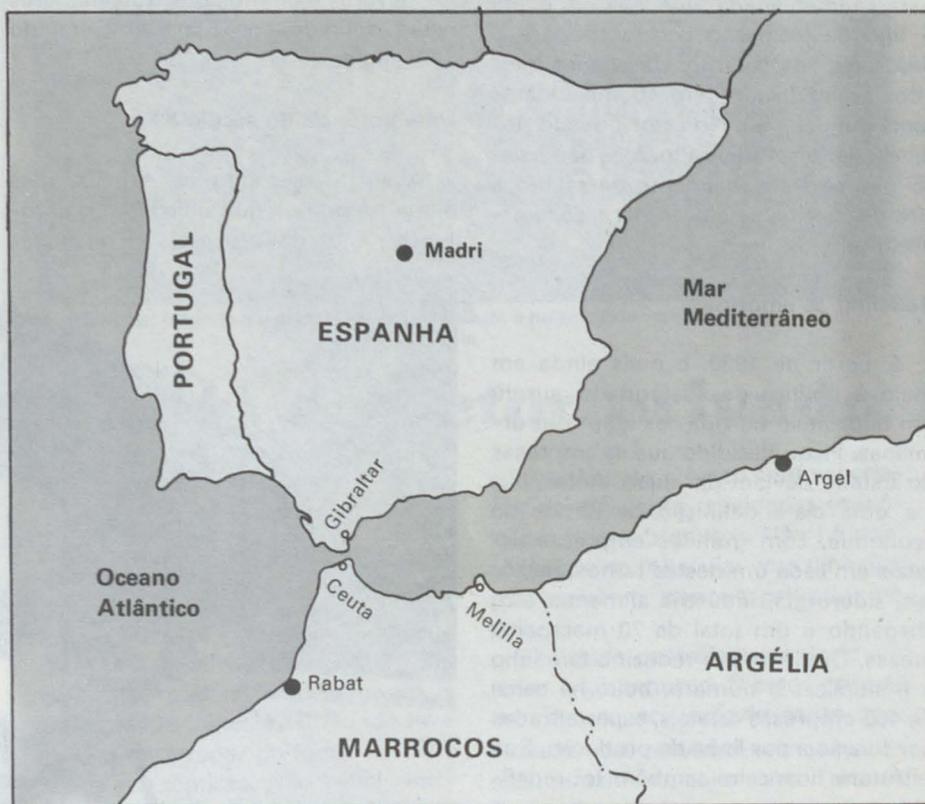
A população muçulmana de ambas as cidades está crescendo consideravelmente – duplicou em apenas dois anos – e setores influentes das mesmas reivindicaram sua condição marroquina. Seus líderes denunciam a presença espanhola como um "racismo descarado" e protestam contra o que consideram "insuportáveis discriminações contra os habitantes muçulmanos".

O dirigente de uma associação muçulmana, Mohamed Ali, filho de um oficial reformado do exército espanhol declarou: "Nasci em Ceuta, minha família está aqui há 50 anos, mas nunca tivemos o direito de ser espanhóis. A essa altura, me sinto completamente marroquino".

Coube a um íntimo colaborador do rei Hassan II, o secretário geral da Defesa, general Mohamed Achabar, fazer ao rei Juan Carlos a proposta das "células de reflexão", mas, a julgar pela reação de porta-vozes autorizados, a idéia não foi bem acolhida pelo governo da Espanha. Ao contrário, se insiste no "caráter histórico" da espanholidade de Ceuta e Melilla e é notória a recusa de se considerar o tema sequer como objeto de "reflexão".

As divergências sobre Gibraltar não foram provocadas intencionalmente pelo governo de Felipe González, mas surgiram no bojo das novas responsabilidades assumidas pela Espanha com o seu ingresso na Comunidade Econômica Européia (CEE).

A abertura dos aeroportos à aviação dos países da CEE, conhecida como protocolo de liberação do tráfego aéreo,



As duas cidades espanholas enclavadas em território marroquino são parte importante, assim como o enclave inglês de Gibraltar, na geopolítica da região mediterrânea

esbarrou num obstáculo difícil: a Espanha não concorda em estender essa facilidade ao aeroporto de Gibraltar. A alegação para esse veto é clara: esse aeroporto não integra a área cedida pela Espanha à Inglaterra pelo tratado de Utrech, de 1703, e foi constituído no que hoje se poderia classificar de "invasão" ou uma espécie de "terra de ninguém". Durante a segunda guerra mundial os ingleses ocuparam essa área, construindo o aeroporto. Além do seu uso militar, era uma forma de impedir o ingresso de espanhóis no penhasco, quando governava Franco.

Hoje, a Espanha recusa-se a legalizar essa ocupação e solicitou ao governo inglês que concordasse em deixar o aeroporto do penhasco fora do acordo da Comunidade. O chanceler espanhol Fernández Ordóñez assumiu uma posição firme: "Desta vez tem que ceder

ela", declarou, referindo-se à intransigência da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher. Mas a "dama de ferro" não cedeu e o impasse está criado.

O rei Hassan II não perdeu a oportunidade. Em recentes conversações com Margaret Thatcher, sugeriu que os dois problemas, Gibraltar e Ceuta e Melilla, sejam tratados em conjunto. O governo inglês preferiu, segundo vazou para a imprensa, não misturar os assuntos. Afinal, manifestando simpatia pela devolução de Ceuta e Melilla à soberania marroquina, poderia estar fortalecendo a reivindicação da Espanha sobre o estratégico penhasco de Gibraltar.

Na verdade, ambos os problemas têm raízes colonialistas, e se complicam pela posição das duas cidades e do enclave de Gibraltar na geoestratégia do Mediterrâneo.

Israel

Vários escândalos envolvendo os serviços secretos israelenses mostraram a falta de estabilidade e o lado escuro do governo

A face oculta

Adam Keller

A revelação de vários escândalos políticos em menos de um ano mostrou ao mundo o lado oculto do sistema político israelense: um aparelho de espionagem cada vez mais poderoso e independente opera fora de controle dos ministros do governo, permanece inacessível para as subcomissões mais especializadas do Congresso e é mantido à margem da opinião pública, mediante uma estrita censura militar.

A abertura da primeira "caixa de Pandora" – o caso Shabaq¹ – deixou a descoberto o tratamento que os servi-

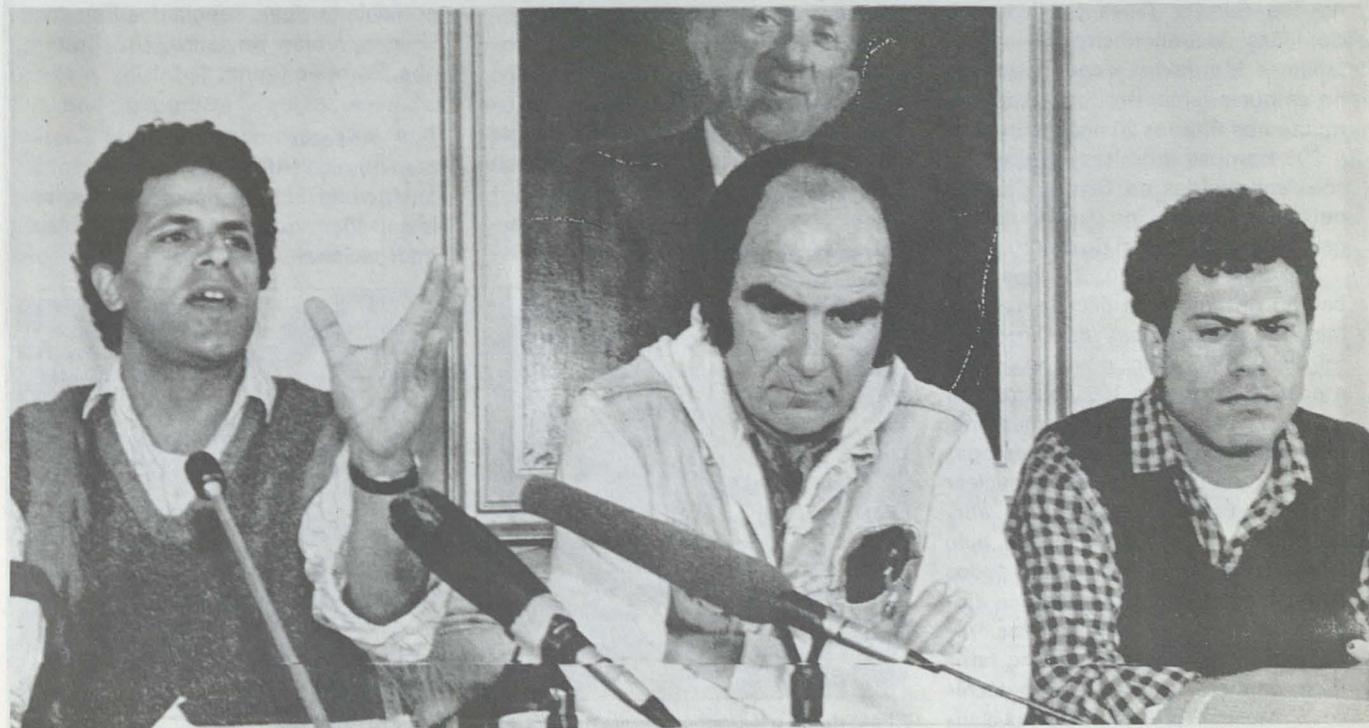
ços secretos israelenses davam aos prisioneiros árabes. O escândalo remonta a abril de 1984, quando os agentes do Shabaq assassinaram, a sangue frio, dois palestinos que tinham sequestrado um ônibus.

O presidente de Israel, Haim Herzog, um ex-chefe do serviço de inteligência militar e que ainda é muito fiel aos serviços secretos, admitiu abertamente que os assassinatos de 1984 estão muito longe de serem fatos isolados. No entanto, o presidente perdoou os agentes que foram acusados do assassinato dos palestinos e justificou sua decisão desta forma: "Se não tivesse perdoado os agentes do Shabaq, teríamos ficado enredados numa dança diabólica; teríamos que enfrentar um processo e todo o país teria tomado conhecimento de segredos militares. Conhecendo as defi-

ciências do nosso sistema judicial, posso afirmar que esses processos teriam durado um ano ou talvez dois. Conversei com os acusados para saber como enfocariam a sua defesa e eles me disseram que iam ser obrigados a utilizar os precedentes que existem desde a época de David Ben Gurion (o primeiro chefe de governo de Israel) até agora. Em consequência, hoje, mais do que nunca, estou convencido de que evitei o desastre dos serviços de segurança e de defesa, ao ter concedido o perdão aos agentes do Shabaq".

Essas afirmações de Herzog são a síntese de um dos conceitos fundamentais que orientam o Governo de Unidade Nacional, bipartidarista, do qual ele mesmo, como "figura nacional, suprapartidária e fora das lutas de poder", é uma expressão genuína e um

¹ O Shabaq e o Mossad são os dois ramos dos serviços secretos de Israel.



Asher (esq.) e Meir Vanunu defendem a atitude do seu irmão, Mordechai, numa entrevista coletiva em Jerusalém

ativo participante. Os dirigentes políticos israelenses estão absolutamente convencidos de que todos os *affairs* secretos aparecem entrelaçados e que cada informação que transpire pode trazer mais revelações. Essas informações, expostas à opinião pública, podem levar ao questionamento de aspectos fundamentais da política e da ideologia do governo.

A administração israelense conseguiu finalmente esconder o escândalo. Os culpados foram perdoados, nenhuma comissão judicial foi formada para investigar os fatos, o sumário policial não encontrou nada relevante e todos os precedentes citados por Herzog no seu discurso – casos anteriores de prisioneiros palestinos assassinados secretamente por agentes de segurança – permanecem bem resguardados nos arquivos de inteligência. A coalizão de Unidade Nacional, formada pelo Likud e pelo Partido Trabalhista, cerrou fileiras e conseguiu ultrapassar o primeiro obstáculo. No entanto, numa rápida sucessão, começaram a vir à tona novas

Reuter



O presidente israelense, Haim Herzog

revelações e outros casos.

Um deles foi o caso Mordekhai Vanunu (*ver quadro*), o qual revelou que Israel estava fabricando bombas atômicas na usina nuclear de Dimona, e também mostrou a habilidade do Mossad, o serviço secreto, para localizar e seques-

trar cidadãos israelenses no exterior. Mais tarde, o "Irãgate" revelou interessantes detalhes do tráfico secreto de armas efetuado por Israel.

Posteriormente, o caso Pollard (*ver quadro*) explodiu como uma bomba, justamente no momento em que o governo pensava que o tinha sob controle. Finalmente, os laços que unem Israel e o regime racista sul-africano ficaram totalmente expostos à opinião pública.

A semelhança de circunstâncias e o entrelaçamento dos fatos sugerem que, na realidade, todos os escândalos descobertos fazem parte de uma gigantesca trama. Por exemplo, o ex-chefe do Shabaq, Abraham Shalom, também parece ter sido uma figura central no caso Pollard e sua participação foi mantida em segredo. Segundo informa o jornalista Ran Edelist, da revista *Monitin*, Shalom estava presente na embaixada israelense em Washington quando Jonathan Pollard pediu asilo e foi ele quem ordenou que fosse recusado. A hostilidade de Shalom para com Pollard pode obedecer a uma rivalidade maior

Vanunu: Israel tem a bomba atômica

Em sua edição do domingo 5 de outubro de 1986, o jornal londrino *The Sunday Times* publicou declarações do engenheiro nuclear israelense Mordekhai Vanunu, segundo as quais Israel produziu, secretamente nos últimos 20 anos, entre 100 e 200 bombas atômicas em instalações construídas no Centro de Pesquisas de Dimona, no deserto de Negev, na região central do país.

Mordekhai Vanunu, 31 anos, trabalhou durante uma década nas instalações subterrâneas de Dimona e foi despedido pelo governo juntamente com outros 180 colegas por motivo de contenção orçamentária. O engenheiro Vanunu foi interrogado em Londres pelo físico nuclear britânico Frank Barnaby. Este afirmou que "os detalhes dados pelo engenheiro israelense foram todos comprovados cientificamente e demonstram que ele não apenas trabalhou nesses processos como também conhece seus detalhes técnicos". Mordekhai Vanunu tirou clau-

destinamente mais de 60 fotos da central de Dimona e entregou ao *Sunday Times* um diagrama da estrutura de oito andares do complexo.

Segundo o especialista britânico em armas atômicas, Theodoro Taylor, "já não existe nenhuma dúvida de que Israel é hoje, e foi pelo menos durante dez anos, uma potência nuclear". De acordo com essas informações, a capacidade nuclear de Is-

rael é no mínimo dez vezes superior ao que se pensava, sendo a sexta potência nuclear, depois dos Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França e China.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) censurou Israel e a África do Sul por não abrirem suas instalações nucleares à fiscalização internacional.

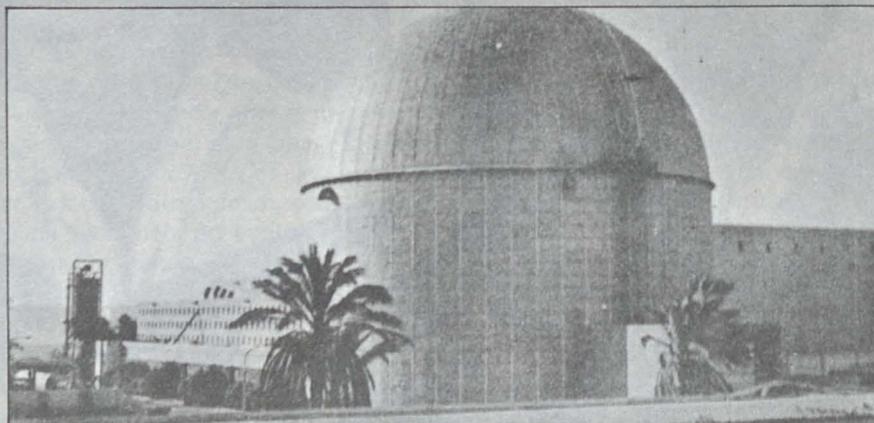


Foto da central atômica secreta de Dimona, tirada por Vanunu

Pollard: fidelidade a Israel

□ O especialista em informações da marinha norte-americana, Jonathan Jay Pollard, detido em novembro de 1985, confessou ter espionado para Israel e revelou quatro nomes de cidadãos israelenses implicados, inclusive alguns diplomatas.

O caso que convulsionou as relações norte-americanas com Israel, suscitou sérias preocupações nos meios diplomáticos e de inteligência nos Estados Unidos, segundo escreveu o jornalista Bernard Weinraub, do *The New York Times*.

A indignação dos norte-americanos foi maior, segundo Weinraub, porque tradicionalmente a cooperação entre os dois países em termos de espionagem foi tão grande que tornava impensável a necessidade de

Israel de espionar os Estados Unidos.

Desde 1950, existe um acordo que proíbe as operações secretas de inteligência entre os dois países. O intercâmbio de informações sobre as atividades dos palestinos e dos soviéticos no Oriente Médio foi sempre muito grande. Os norte-americanos facilitam a Israel o material de espionagem proporcionado pelos seus satélites espaciais e os israelenses entregaram aos Estados Unidos armamentos soviéticos capturados dos árabes depois das guerras de 1967 e 1973.

Pollard foi o primeiro espião israelense a ser levado perante um tribunal de Justiça nos Estados Unidos. Como se sabe, acabou sendo condenado à prisão perpétua.

dos por Peres e seus sócios estão voltando ao ninho.

Pollard, um espião sul-africano

Mordekhai Vanunu está preso incommunicável e o governo parece entrar em pânico diante da possibilidade de que ele possa falar com pessoas não-autorizadas. Vanunu está de posse de dados sobre a cooperação nuclear entre Israel e a África do Sul e os serviços suspeitam que, como técnico nuclear no centro de Dimona, tem ampla informação sobre as visitas que os cientistas nucleares sul-africanos realizam às usinas de Israel.

No caso Pollard, a conexão sul-africana parece ser mais direta ainda. Segundo a informação publicada pelo *Sunday Times*, de Londres, Pollard passou aos serviços israelenses o nome de vários agentes secretos norte-americanos que agem na África do Sul, e com isso possibilitou a destruição da maior parte da rede de espionagem dos Estados Unidos nesse país. Na prática, Pollard aparece como um agente duplo de Israel e da África do Sul.

No caso Pollard, foram cometidas duas afrontas contra os norte-americanos. A primeira, em 1985, quando o agente israelense foi descoberto agindo na inteligência naval dos Estados Unidos. E a segunda, quando apesar das solenes promessas em contrário, os dois chefes principais de Pollard em Israel foram generosamente recompensados: Rafael Eitan, por exemplo, foi designado para a direção do complexo estatal *Israel Chemicals*, um cargo que lhe dá grande influência econômica e um considerável poder político. Eitan retribuiu a gentileza, engajando a *Israel Chemicals* à fração do Likud que apóia Sharon.

Para Washington, no entanto, o cúmulo foi a ascensão do coronel Aviem Sella, um veterano piloto da força aérea israelense que dirigiu a esquadrilha de ataque ao reator nuclear iraquiano de Ostrag, em 1981². Sella, que entrou para a espionagem sob as ordens diretas do ministro de Defesa, foi o encarregado de recrutar Pollard. Como reconhecimento, foi-lhe concedido o comando da

² Em 1981, aviões militares israelenses bombardearam a central nuclear de Ostrag, no Iraque, destruindo o reator. O atentado tinha como objetivo — e nesse sentido teve total sucesso — retardar por muitos anos o desenvolvimento nuclear desse país árabe (ver "terceiro mundo" nº 35).

existente entre os serviços oficiais de inteligência — o Mossad e o Shabaq — e o *Lekem* (escritório de articulação científica), para o qual trabalhava Pollard.

O *Lekem* foi criado por Ben Gurion no começo da década de 60, por iniciativa do então vice-ministro de Defesa, Shimon Peres. O novo serviço era uma unidade adicional de espionagem cuja finalidade era utilizar a colaboração dos judeus sionistas residentes no exterior para acumular informações científicas e técnicas. Naquela época, o Ocidente em geral e os Estados Unidos em particular não compartilhavam livremente com

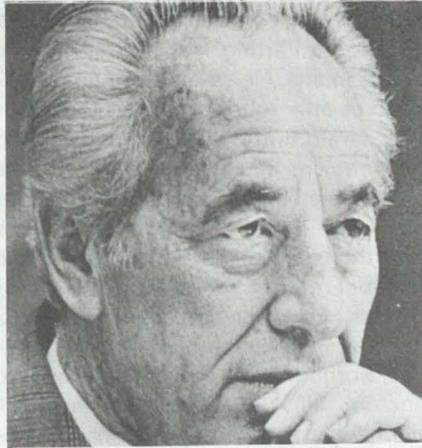
Israel suas informações nesse campo.

O *Lekem* surgiu, assim como o projeto nuclear de Dimona, na época em que Peres liderava o grupo conhecido como *The Ben Gurion Boys*, que se infiltrou em tudo que fosse atividade secreta. A Peres também cabe o mérito de ter iniciado a venda clandestina de armas e a intervenção militar israelense em países estrangeiros. Por exemplo, a assistência oferecida ao exército colonialista português durante a sua infrutífera luta contra a independência de Angola e Moçambique.

Agora muitos dos filhotes alimenta-



Ariel Sharon: o número dois do Likud



Shimon Peres: criador do Lekem

segunda base mais importante de Israel, considerado o último escalão para alcançar o posto máximo de sua carreira: comandante-em-chefe da força aérea. Numa atitude que pareceu uma provocação deliberada, Sella assumiu o novo comando poucos dias antes do veredito do caso Pollard.

A ascensão de Sella foi o que provocou a explosão do escândalo com tanta fúria. Inclusive, foi o que selou a sorte de Pollard. O processo deu uma guinada de 180 graus e Pollard foi condenado à prisão perpétua.

Investigação fraudulenta

Ao contrário do que ocorre com o "Irãgate", o governo israelense não pôde esconder o escândalo Pollard sem, pelo menos, forjar uma investigação. Ao se dirigir à opinião pública norte-americana e interna, em relação ao "Irãgate", o governo de Israel pode se desculpar, afirmando que na realidade não agiu contra os interesses norte-americanos, mas simplesmente retribuiu os favores recebidos do seu bom amigo, o presidente Reagan. No caso Pollard, isso é impensável.

As relações entre Israel e os Estados Unidos se deterioraram seriamente por causa da decisão israelense de espionar os norte-americanos. Durante a instrumentação do processo judicial, Pollard alegou em sua defesa ter agido por fidelidade a Israel, por ser judeu antes de ser cidadão norte-americano. Isso faz reviver, inesperadamente, um pesadelo que os judeus norte-americanos procuraram enterrar durante várias décadas: a acusação de dupla fidelidade, segundo a qual seriam menos norte-americanos pelo fato de serem judeus. No futuro, esse episódio pode levar os norte-americanos de origem hebraica que ocupam altos cargos dentro do governo a agirem deliberadamente contra Israel, para demonstrar sua fidelidade aos Estados Unidos.

Diante dessas circunstâncias, o governo de Israel não tinha muitas alternativas. Devia ao menos mostrar uma disposição para investigar o ocorrido. Em vez de designar uma comissão judicial de investigação, que pudesse ter a independência necessária para chegar a conclusões objetivas, o governo encarregou duas comissões para a investigação. Uma delas é a subcomissão parlamentar presidida pelo veterano incon-

dicional do trabalhismo, Abba Eban, claramente orientada no sentido abafar as queixas da opinião pública norte-americana.

Seus trabalhos tentam mostrar um procedimento semelhante ao utilizado pelas comissões de investigação do Congresso dos Estados Unidos. E é claro, os norte-americanos ignoram que as comissões parlamentares em Israel dependem inteiramente do Poder Executivo. Esse tipo de comissão, por exemplo, não tem poder para obrigar as testemunhas a comparecer. Os funcionários do governo só podem fazer declarações perante elas se seus respectivos ministros os autorizarem. Além disso, o funcionário pode se recusar a responder às perguntas, reter documentos ou, simplesmente, mentir sem que lhe seja aplicado nenhum tipo de sanção.

O governo também designou uma comissão integrada por duas personalidades importantes, com a incumbência de agir como se fosse uma comissão investigadora judicial, mas sem os poderes que esta requer. A presidência dessa comissão foi oferecida ao ex-presidente da Corte Suprema de Justiça de Israel, Moshe Landau, que se recusou a emprestar seu nome à farsa. No seu lugar, foi designado um respeitável advogado, o dr. Yehoshua Rosentreich, do qual não se sabe, no entanto, se teve posições independentes no passado.

A falta de poder dessa segunda comissão ficou evidenciada quase imediatamente, quando os três agentes do Lekem que tinham trabalhado com Pollard se negaram a declarar perante seus membros, aconselhados pelo seu advogado de defesa, o também parlamentar trabalhista David Libai.

Libai parece que está fazendo seu próprio jogo político, para desgosto da direção do Partido Trabalhista. Durante uma semana, ele se manteve numa posição de criar todos os obstáculos possíveis para o funcionamento da comissão Rosentreich. Finalmente, o governo se comprometeu por escrito a não passar aos norte-americanos os depoimentos dos três clientes de Libai, já que isso pode gerar um processo nos Estados Unidos. Essa decisão deteriorou ainda mais as relações com os Estados Unidos, porque contradiz um compromisso anterior, de 1985, pelo qual Israel se obrigava a entregar toda a documentação relacionada com o caso.

A crise subjacente

Com o aparecimento das primeiras notícias do *affair* Pollard, a coalizão no poder Likud-Trabalhismo se unificou e cerrou fileiras. Ações rápidas e coordenadas foram empreendidas pelo "bando dos três", designação dada popularmente ao minigabinete - informal mas muito poderoso - formado pelo primeiro-ministro Shamir, o ministro da Defesa, Rabin, e o ministro das Relações Exteriores, Peres.

As divisões internas no Likud são claramente visíveis. Um ano depois da primeira convenção partidária, que acabou dissolvida pelas violentas disputas entre os delegados, ocorreu um segundo fracionamento do Herut, o principal partido integrante do Likud. No fundo, não é senão um novo *round* na luta, ainda não acabada, pela sucessão de Menahem Begin.

De um lado, estão Shamir, procurando se manter no poder o tempo que puder, e Moshe Arens, a quem Shamir designou como seu sucessor. Shamir e Arens representam a "velha guarda", os veteranos da resistência contra os britânicos, anterior à criação do Estado de Israel. Eles querem um Likud "respeitável", conservador em termos econômicos, parecido com o Partido Republicano nos Estados Unidos ou com o conservadorismo inglês de Margaret Thatcher.

O grande opositor é David Levy, o mais proeminente dos dirigentes populistas do Herut. Contrabalançando as duas posições, aparece o terceiro lutador, Ariel Sharon.

A segunda convenção partidária, realizada em março deste ano, foi consideravelmente mais "civilizada". Os dirigentes do Likud pressentiram que um novo surto de violência poderia causar a desintegração do partido.

O primeiro-ministro Shamir foi designado presidente do Likud. O autêntico grande vencedor, no entanto, foi Ariel Sharon, nomeado presidente do poderoso Comitê Central, que designa todos os candidatos a postos importantes dentro do partido. De fato, Sharon se tornou o número 2 do Likud. Como não se deve esquecer, o general Sharon foi quem coordenou a invasão israelense ao Líbano, em 1982.

Na aparência, o Partido trabalhista está muito mais unido do que o Likud. Ezer Weitzman, ministro-sem-pasta, se

filhou oficialmente ao trabalhismo. Rabin e Peres, cujas velhas diferenças dividiram o partido e permanecem ainda dolorosamente vivas, mantêm relações formalmente cordiais.

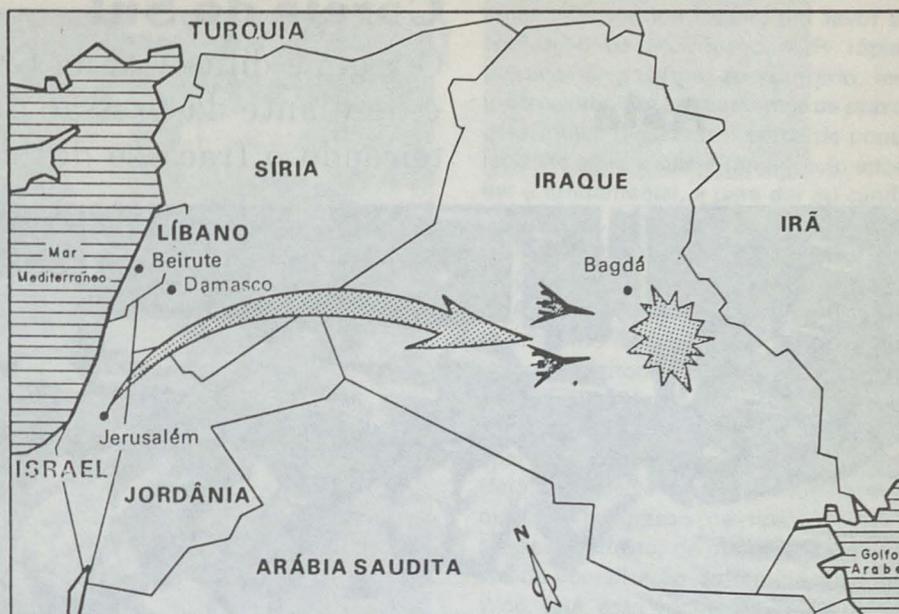
A paz: uma meta?

Um dos temas que mais preocupam os observadores políticos em Israel é como avaliar os propagandeados esforços pela paz, realizados por Peres. O ministro Weitzman, o mais pacifista dos dirigentes políticos israelenses importantes, há pouco tempo, se pronunciou em favor das negociações de Israel com a OLP. Weitzman afirma que Peres, reservadamente, pensa como ele, embora não o admita publicamente.

Poucas dúvidas podem ser admitidas a respeito da sinceridade dos esforços que Weitzman realiza pela paz. E isso ele provou da forma mais dura para um político: abandonou um alto posto no Likud e aceitou uma designação incerta e de pouco poder dentro do trabalhismo. Parece aconselhável, no entanto, manter em dúvida suas considerações sobre a posição de Peres, até maiores evidências. Tanto o pacifismo de Peres quanto o belicismo de Rabin podem ser apenas uma pose, com maior razão se considerarmos que dez anos atrás suas posições eram exatamente opostas: um Rabin pacifista, contra o falcão Peres. De qualquer forma, uma determinada atitude política, mesmo não sendo sincera ou obedecendo a razões táticas, tem sempre uma lógica interna. Peres sempre pode ser empurrado para o pacifismo.

As diferenças entre Rabin e Peres se tornam cada vez mais profundas. Um bom exemplo disso é o que aconteceu com o advogado de Gaza, Fayez Abu Rahmeh, conhecido por seus contatos com a OLP. Em fevereiro deste ano, o ministro da Defesa, Yitzhak Rabin, proibiu uma viagem de Abu Rahmeh a San Diego, Califórnia, onde este deveria participar de um simpósio internacional. Rabin justificou sua decisão, afirmando que Abu Rahmeh foi convidado como hóspede de honra a Jerusalém para conversar com o ministro das Relações Exteriores, Shimon Peres. A 8 de abril, encontravam-se novamente em Roma numa reunião da Internacional Socialista.

Em março, Peres recebeu, no Ministério das Relações Exteriores, dois gru-



O mapa ilustra o percurso dos aviões israelenses que, em julho de 1981, bombardearam a central nuclear iraquiana nos arredores de Bagdá. Essa agressão, repudiada pela comunidade internacional, atrasou o programa nuclear do Iraque por vários anos.

pos de palestinos dos territórios ocupados. Embora o primeiro grupo fosse composto por simpatizantes da Jordânia, o segundo era integrado por personalidades conhecidas como partidários da OLP. Nessas duas reuniões, os palestinos sustentaram enfaticamente que a OLP devia participar da Conferência Internacional de Paz, que já foi proposta por diversas personalidades e partidos de governo do mundo inteiro. Peres não foi conciliador. Preferiu manter-se dentro dos acordos de Camp David e continuar defendendo a "autonomia" palestina em vez de aceitar discutir a possibilidade de criação de um Estado palestino independente.

O parlamentar trabalhista Abba Eban foi um pouco mais longe. A 25 de março passado, junto com outros três israelenses - um deles era Benjamin Ben Eliazar, ex-governador militar da Cisjordânia -, se reuniu com um grupo de palestinos do qual fazia parte um conhecido simpatizante da OLP. Terminadas as conversações, os israelenses e palestinos assinaram uma declaração conjunta sem precedentes, que defende "os legítimos direitos nacionais do povo palestino" e convoca uma conferência internacional que incluía representantes legítimos de Israel, da Jordânia e do povo palestino. Hanna Siniora, editora do jornal diário *Al Fajr*, que também as-

sinou a declaração, disse que o documento, implicitamente, se refere à OLP: "Só existe um representante legítimo do povo palestino, que é a OLP".

O prazo para se tomar uma decisão final sobre os territórios ocupados está se acabando. O descontentamento está aumentando cada vez mais. Em novembro do ano passado, uma onda de manifestações e distúrbios irrompeu na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, depois que soldados israelenses assassinaram dois estudantes palestinos. Desde então, as autoridades militares israelenses insistem em que "a vida voltou à sua normalidade". As manifestações e protestos, no entanto, continuam em ritmo crescente.

Muito poucos israelenses se dão conta do que está ocorrendo nos territórios ocupados porque os meios de comunicação locais não publicam nada, salvo quando se trata de fatos atrozos como, por exemplo, o brutal espancamento da prisioneira Naela Ayes, grávida, que lhe provocou um aborto.

A mesma coisa está ocorrendo no sul do Líbano, na chamada "zona de segurança" ocupada militarmente por Israel. A opinião pública israelense não sabe que seu governo continua enviando tropas a esta região, da qual afirma ter se retirado, porque o exército do sul do Líbano está à beira do colapso. ●

Ásia

Coréia do Sul

O regime ditatorial de Chun Doo Hwan cede diante da pressão do povo nas ruas, temendo o fracasso dos Jogos Olímpicos



Um jovem golpeia com um guarda-chuva um policial da equipe antimotins, durante as manifestações em Seul

A rebelião popular

Carlos Pinto Santos

Em Seul se comenta que as concessões do regime, oficialmente reconhecidas em uma declaração pela televisão do presidente Chun Doo Hwan, no dia 1º de julho, até agora não significam mais que uma vitória parcial das forças de oposição.

Para que a vitória seja completa, a oposição terá que conseguir do governo a garantia de que as regras das eleições serão limpas. Se isso acontecer, será um

acontecimento inédito em 39 anos de existência da República da Coréia.

A manipulação eleitoral preferida na Coréia do Sul não é a fraude na contagem dos votos, mas, ao melhor estilo de Ferdinand Marcos nas Filipinas, a falsificação dos dados na divulgação do escrutínio.

O regime de Seul sempre deteve o controle quase total dos meios de comunicação, em particular das estações de rádio e dos canais de televisão, que são manipulados sem nenhum escrutínio. Se ao domínio da informação se

somam as habituais atividades ilegais da poderosa polícia secreta, a corrupção mediante a distribuição de mordomias, fundos, empregos e as restrições à propaganda eleitoral da oposição, o movimento popular, que encurralou os generais no poder, corre o risco de perder tudo se não conseguir mudar as regras do jogo, antes que comece o período eleitoral.

Por essa razão, a primeira exigência dos dois principais dirigentes da oposição, Kim Young Sam e Kim Dae Jung, depois do anúncio do presidente, foi



Até as crianças participaram dos protestos, mesmo tendo que se proteger com lenços

(juntamente com a libertação de milhares de presos políticos) uma revisão constitucional imediata.

Kim Young Sam, presidente do Partido Democrático de Reunificação (PDR) – detido em regime de prisão domiciliar 55 vezes desde que regressou do exílio nos Estados Unidos, em 1985 –, propôs que a emenda constitucional seja aprovada antes de 15 de agosto pelo Parlamento e seguida de um referendo em setembro, o que permitiria as eleições livres em outubro ou novembro deste ano.

Kim Young Sam exigiu também a formação de um governo de coalizão

até a realização das eleições. O governo, no momento, tem se recusado a atender as reivindicações dos dirigentes da oposição, não cedendo também na alteração da duração do mandato presidencial, que está fixado por enquanto até 25 de fevereiro de 1988.

Se esta data for mantida – e os acontecimentos recentes na Coreia do Sul têm ocorrido a um ritmo tal que podem ir além de qualquer cálculo – o país vai assistir a uma corrida contra o relógio entre o governo e a oposição.

As forças democráticas vão procurar aproveitar o ímpeto dos grandes movimentos de massas e o entusiasmo po-

pular dos últimos meses, em favor da realização de eleições o mais rápido possível. O governo, ao contrário, tem todo o interesse em aumentar os prazos para tentar recuperar a perda de popularidade entre a classe média, cujo apoio lhe é fundamental, e para dar ao candidato oficial, Roh Tae Woo, uma credibilidade democrática que ainda está muito longe de ter.

A construção da imagem de Roh Tae Woo como “conciliador nacional” começou no momento em que, na qualidade de presidente do Partido da Justiça Democrática (PJD), da situação, apareceu na televisão para ler a “Declaração especial para a grande harmonia e o progresso de nossa Nação”. Nesse manifesto, de oito pontos em favor da liberalização do regime, Roh Tae Woo (até esse momento o candidato eleito oficialmente para suceder o atual presidente), assumiu as exigências de eleições diretas defendidas pelos dirigentes oposicionistas. Por coincidência, esta “Declaração especial” se tornou pública dois dias depois de o secretário de Estado adjunto norte-americano, Gastón Sigur, ter deixado Seul e serem conhecidas as mensagens de Ronald Reagan, aconselhando Chun Doo Hwan a “não exagerar na repressão”.

O candidato do regime

A ascensão para primeiro plano político de Roh Tae Woo só pode ser interpretada como uma tentativa de melhorar a imagem negativa de “sucessor designado” que ostenta. O “careca com cabelo”, como os estudantes sul-coreanos ironicamente o chamam, tenta apagar sua imagem de marionete e herdeiro de Chun. Para isso, durante as últimas semanas esteve à frente de uma série de iniciativas, com a esperança de aumentar a sua estatura política e se distanciar do chefe de Estado.

Até o mês de junho, Roh Tae Woo afirmava, em parceria com Chun Doo Hwan, que a decisão tomada em 13 de abril, de adiar para depois da realização dos Jogos Olímpicos as conversações com a oposição para a revisão constitucional, era “irreversível”. Pouco tempo depois, nos seus célebres “oito pontos”, Roh modificou radicalmente sua posição, anunciando que aceitaria sua candidatura à presidência da República, somente em um sistema de sufrágio universal.

Em evidente cumplicidade, Chun Doo Hwan aceitou de imediato as propostas do seu sucessor. Esta manobra tinha três objetivos: aliviar a pressão popular, melhorar o perfil político de Roh Tae Woo e livrar a cara de Chun Doo Hwan diante da opinião pública.

Em Seul, ninguém reúne melhores condições que Roh Tae Woo para suceder o atual presidente Chun. Além do mais, estão unidos por uma longa carreira militar e uma velha amizade.

Os dois nasceram na cidade de Taegu, na província meridional de Kyongsang, como muitos de seus correligionários, e cursaram juntos a academia militar, formando-se em 1955.

As rivalidades regionais influem bastante na vida política sul-coreana. Alguns dos dirigentes da oposição, mais precisamente os dois Kim, são originários da região de Cholla, a sudoeste do país, onde se encontra a cidade de Kwangju, cenário das revoltas estudantis de agosto de 1980, que acabaram em centenas de mortos.

Tanto Chun como Roh combateram ao lado dos norte-americanos na guerra do Vietnã e ambos fizeram cursos de especialização em centros militares dos Estados Unidos.

Roh Tae Woo, já como general, enviou um regimento em apoio ao golpe militar de Chun Doo Hwan em dezembro de 1979, ocorrido dois meses depois do assassinato do presidente Park Chung Hee pelo chefe dos serviços secretos sul-coreanos. Em compensação, um ano depois, seu amigo Chun o nomeou diretor da Agência da Segurança Nacional.

Quando escapou com vida do atentado de Rangun (Birmânia), que causou



Um estudante enfrenta os policiais



O presidente Chun Doo Hwan: derrotado?



O líder opositor Kim Dae Jung: mudanças-já

a morte de 17 integrantes de seu governo, em outubro de 1983, foi para Roh que Chun enviou um telegrama pedindo-lhe que fosse buscá-lo no aeroporto, apesar de Roh, naquela época, não desempenhar nenhum cargo oficial, a não ser o de presidente do Comitê Olímpico da Coreia do Sul.

A ascensão de Roh Tae Woo consolidou-se em 1985 ao ser eleito presidente do PJD, e a sua posição ficou mais reforçada quando, em maio último, Chun Doo Hwan se viu obrigado a demitir o primeiro-ministro e dois ministros, numa tentativa de acalmar a indignação popular provocada pela ocultação da morte de um estudante torturado e assassinado pela polícia. Nesse episódio, um dos primeiros que fez o poder ceder à pressão popular, Roh Tae Woo viu afastados três rivais na sucessão presidencial, todos eles pertencentes ao círculo íntimo e restrito de Chun Doo Hwan.

Contando com a confiança e o apoio de Washington (que mantém 41 mil soldados e um número não-determinado de mísseis nucleares em território sul-coreano), faltava a Roh Tae Woo a reputação de "liberalizador do regime". É nisso que ele tem se empenhado nas últimas semanas.

Jogos Olímpicos, o fator decisivo

Não se pode determinar a data exata em que o governo de Seul resolveu que era necessário retroceder, abandonando sua posição de força.

No mês de junho passado (depois de

várias semanas ininterruptas de violentas manifestações estudantis)¹, as "marchas pela paz" convocadas pela organização unitária de oposição, a Nova Coalizão para uma Constituição Democrática, reuniram centenas de milhares de estudantes, trabalhadores, religiosos budistas e católicos, oposição moderada e muita gente da classe média. Essa gigantesca mobilização popular encostou o governo contra a parede.

A essa altura, a opção era simples: a imposição da lei marcial e uma repressão ainda mais brutal que poderia levar a uma revolta popular, ou a aceitação das reivindicações da oposição, durante muito tempo ignoradas pelo regime de Chun Doo Hwan.

Quando se anunciou a opção pela abertura do regime político, em um pronunciamento pela televisão, sobressaíram do discurso oficial dois argumentos de fundo: o primeiro coloca a incompatibilidade entre o estado atual de desenvolvimento econômico do país e as instituições políticas vigentes - uma reivindicação pela qual a oposição vem lutando desde a década de 60. A segunda razão invocada por Chun Doo Hwan foi a necessidade de concretizar a "abertura democrática" antes da realização dos Jogos Olímpicos de setembro de 1988, a grande ocasião com que conta há muito o governo sul-coreano para mostrar ao mundo os êxitos de sua economia.

Desse ponto de vista, é impensável conceber e realizar o maior acontecimento desportivo do mundo no clima de agitação pré-insurreccional vivido no

país durante o último ano.

Os perigos que ameaçam a realização das Olimpíadas foram o elemento decisivo na mudança de fachada do regime sul-coreano.

Nos últimos meses, as advertências e ameaças de boicote vindas de diferentes lugares do mundo se multiplicaram. Vários comitês olímpicos nacionais, especificamente o dos Estados Unidos e de alguns países europeus, manifestaram publicamente suas dúvidas em relação à capacidade do governo sul-coreano de responsabilizar-se pela segurança de seus atletas.

Por outro lado, as autoridades municipais de Los Angeles e de Berlim Ocidental ofereceram suas respectivas cidades como alternativa para a realização das Olimpíadas de Seul em 1988.

Embora as ameaças de boicote tenham diminuído sensivelmente – devido às concessões políticas realizadas pelo regime – a oposição continua se aproveitando da verdadeira obsessão que os Jogos representam para o governo, procurando tirar o máximo de vantagens desse formidável instrumento de pressão.

O governo sul-coreano destinou verbas fabulosas, que não têm comparação com nenhum dos jogos anteriores, para a realização desta “grande tarefa histó-

Reuter



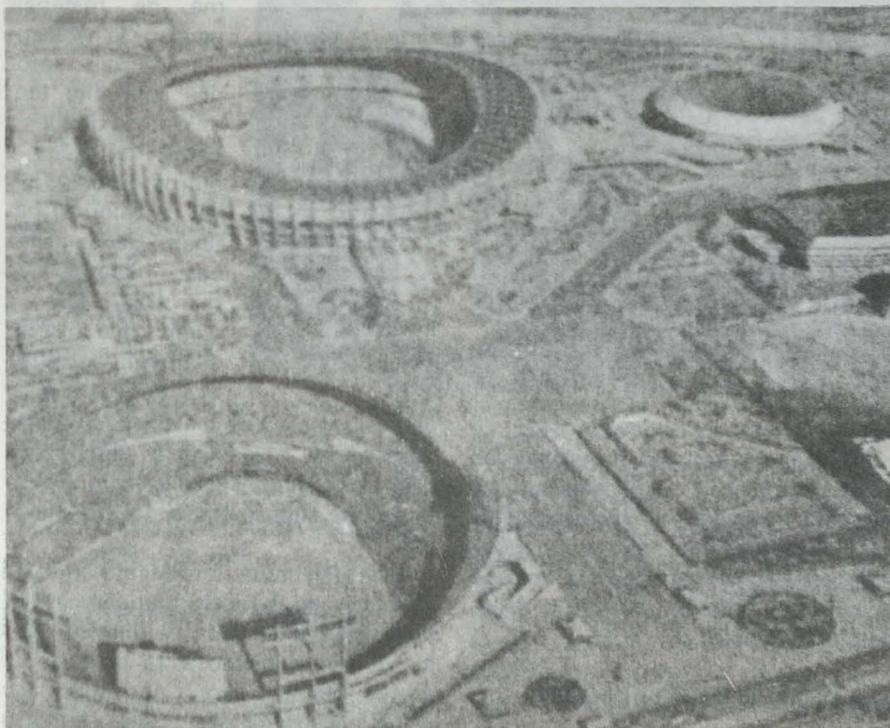
Policiais à paisana detêm na porta da Suprema Corte a mãe de um jovem preso

rica nacional”, como Chun Doo Hwan chama a realização das Olimpíadas. Entre instalações desportivas, infra-estrutura urbana e campanhas de promoção,

o governo de Seul investiu três bilhões de dólares, o que significa mais de cinco vezes do que foi gasto nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1984.

O Comitê Olímpico Sul-Coreano, presidido por Roh Tae Woo, chegou a publicar uma monografia para ensinar a seus compatriotas as regras de etiqueta internacional, visando a transformar os sul-coreanos em “cidadãos modelos”, dignos de receber os 13 mil atletas, 10 mil jornalistas e os 250 mil turistas que são esperados na Coreia do Sul para setembro do próximo ano.

Com toda essa dimensão, um fracasso dos Jogos constituiria uma humilhação internacional que o regime sul-coreano não deseja enfrentar. ●



Coreia do Sul investiu cinco vezes mais nos Jogos Olímpicos que Los Angeles em 84

¹ Entre os números do seu êxito industrial, a Coreia do Sul deverá exibir certamente o “troféu” de ser o maior fabricante mundial de granadas de gás lacrimogêneo, a principal arma utilizada por centenas de milhares dos seus agentes policiais.

Informação oficial recentemente divulgada revela que em 1985 a polícia utilizou 204 mil granadas de gás. Nos primeiros nove meses de 1986, esse número subiu para 312 mil com um custo de cerca de seis milhões de dólares. Os gastos em equipamento e na repressão de manifestações totalizaram no período referido a cifra de 73 milhões de dólares, soma que será certamente muito mais alta em 1987.

Não são nada animadoras as perspectivas do mercado internacional num futuro próximo: pouca demanda e preços em queda

Matérias-primas em baixa

Chakravarthi Raghavan*

Segundo um relatório publicado recentemente pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), os produtores de matérias-primas não devem esperar, a curto prazo, melhorias no mercado. As características esboçadas em 1986 vão se manter: pouca demanda, preços em baixa e deterioração dos termos de intercâmbio.

De acordo com o *Commodity Survey 1986*, um trabalho recente da Unctad, "o estancamento da demanda e a oferta excessiva continuam sendo características destacadas do mercado de commodities (produtos básicos)". Em 1986, o Índice de produtos básicos da Unctad - que cobre os preços das principais matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo, exceto o petróleo - mostra uma queda acentuada em relação a janeiro de 1981, em dólares correntes ou em Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em dólares correntes, o índice médio de 1986 era 20 pontos inferior ao de 1981.

O trabalho da Unctad destaca que o mercado dos produtos básicos sofre a influência de diversos fatores, alguns cíclicos e outros estruturais. Os fatores cíclicos compreendem o nível de atividade econômica dos principais mercados, a elasticidade da oferta e as variações cambiais.

Os fatores estruturais compreendem os avanços técnicos e o protecionismo, elementos que afetam a oferta e a demanda de matérias-primas.

Em circunstâncias normais, os preços dos produtos básicos refletem o nível da atividade econômica nos principais países ocidentais, a maioria dos quais pertence à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No conjunto, esses países respondem pelo grosso das importações mundiais de matérias-primas. Mas agora, apesar de os países da OCDE estarem registrando taxas positivas de crescimento, o mercado mundial de produtos

portante fator estrutural é a crescente participação do setor terciário - finanças, seguros e serviços pessoais - na geração do Produto Interno Bruto (PIB) dos países desenvolvidos. Por outro lado, a economia dos países da OCDE tende a crescer naqueles setores que usam menos matérias-primas.

Os avanços tecnológicos também contribuíram para o declínio da utilização de matérias-primas. Em alguns casos, a substituição é quase total, como no caso da lã e do algodão, no mercado têxtil, a juta e o sisal no empacotamento e a borracha natural na fabricação de pneus e outros produtos.

O processo de substituição ameaça também muitas outras matérias-primas. Açúcar, cobre, aço, alumínio e outros metais estão sendo substituídos por uma vasta gama de materiais novos. Os adoçantes artificiais (xaropes com alto teor de frutose obtidos a partir de grãos e outros de baixo nível de calorias) ganham fatias cada vez maiores do mercado, com a ajuda dos preços altamente subsidiados para o açúcar

nos países mais desenvolvidos. Paradoxalmente, o fenômeno afetou também os produtores locais, aos quais essa política supostamente deveria proteger.

Outro elemento importante que teve influência no mercado mundial de matérias-primas durante os últimos anos foi o protecionismo e as políticas de preços mínimos para a agricultura nos países desenvolvidos. Essas políticas corroeram a capacidade exportadora



A produção de algodão de Angola enfrenta a competição das fibras sintéticas

básicos não pára de cair desde 1983.

"Diante da profunda transformação estrutural que está se processando na economia mundial, se necessitaria de taxas de crescimento muito mais elevadas e estáveis para estimular o mercado de produtos básicos", conclui o documento da Unctad.

Cai a utilização de matérias-primas

De acordo com a Unctad, um im-

dos produtores de matérias-primas do Terceiro Mundo.

Os programas de apoio e os investimentos do setor público em infra-estrutura, pesquisa e consultoria também têm sido instrumentos importantes na política agrícola dos países ricos. Nos últimos anos, os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia (CEE) e o Japão destinaram 42 bilhões de dólares anuais a programas de apoio à agricultura e "parece que esses fundos continuarão representando quantias elevadas", de acordo com a Unctad. Essas cifras de orçamento não incluem a transferência de receita dos consumidores para os produtores através de preços mínimos.

Tais políticas conduziram a uma enorme acumulação no setor agrícola dos Estados Unidos, da CEE e, de certa forma, do Japão. Nos Estados Unidos, essas reservas incluem trigo, forragem, arroz, algodão, milho, açúcar e laticínios. Na CEE, os maiores superávits ocorrem com os cereais, carne e açúcar.

O alto custo do armazenamento e a necessidade de vender os produtos perçíveis geram pressões para se guardar reservas, o que conduz aos subsídios para as exportações. Mas, ao mesmo tempo, as exportações subsidiadas reduzem os preços do mercado mundial, o que aumenta o custo dos subsídios.

As exportações subsidiadas dos países subdesenvolvidos têm afetado as exportações das nações do Terceiro Mundo – especialmente a destes países entre si – de carnes, açúcar, trigo, óleos vegetais e, recentemente, de arroz.

A oferta de alguns alimentos no mercado internacional, a preços reduzidos devido às exportações subsidiadas dos países desenvolvidos, teve algumas vantagens de curto prazo para os países do Terceiro Mundo, principalmente para aqueles que sofrem desequilíbrios sérios no seu balanço de pagamentos. Apesar disso, a longo prazo deverá ocorrer uma queda na produção local e um afastamento dos padrões de gosto tradicionais da produção regional. Este último fator poderia deteriorar severamente a situação alimentar desses países, sublinha a Unctad.

Medidas protecionistas dos países ricos

As medidas protecionistas dos países industrializados compreendem restri-

Hélio Santos



Café: produção sofre com as restrições impostas pela CEE

ções alfandegárias e quantitativas, entre outras. Na CEE, os impostos alfandegários são importantes no caso da carne, peixes, sucos e frutas cítricas, vegetais, óleo de dendê refinado, papel e cartão; no Japão, para praticamente todos os produtos agrícolas e, nos Estados Unidos, os vegetais, sucos e frutas cítricas, aço, artigos de couro e de madeira.

Medidas "para-alfandegárias" (impostos temporários e impostos por cotas) afetam as exportações de frutas (inclusive as tropicais) e peixes preparados para o mercado dos Estados Unidos; milho para o Japão e carne, pescado, frutas, mandioca, tapioca, soja e óleos vegetais para a CEE. O rigor das chamadas medidas para-alfandegárias da CEE em relação às exportações de óleos

vegetais do Terceiro Mundo é maior do que para o resto do mundo.

Os impostos alfandegários decretados pelos países industrializados tendem geralmente a aumentar com o grau de processamento. Quando os impostos são, em média, baixos, os países industrializados recorrem a medidas restritivas de outro tipo para controlar as importações, especialmente as de alimentos de origem agrícola, ferro e aço.

Quando os produtos competem com a produção doméstica – é o caso da carne, açúcar, cereais e laticínios – os países ricos adotam diversas medidas para garantir que o produto não seja vendido a preço menor do que o equivalente nacional. Existe também o recurso das cotas de importação, tanto globais

quanto bilaterais, para controlar o volume das importações.

Como consequência, para os países do Terceiro Mundo não-sinatários do Acordo de Lomé (que inclui as ex-colônias européias) é praticamente proibido exportar carne para a CEE. No Japão, toda importação de carne processada está sujeita ao regime de cotas. Nos Estados Unidos e Canadá, existem barreiras para as importações de carne de todos os países do Terceiro Mundo, exceto da América Central.

No Japão, existe uma cota global para os farináceos, enquanto que nos Estados Unidos há uma cota para a importação de amendoim. Há também restrições quantitativas para as importações de algodão e lã, nos Estados Uni-

dos; para o algodão, a juta e produtos de borracha, no Japão; e na CEE há limitações para o algodão, a lã e os produtos da juta.

Os países industrializados também aplicam pesadas taxas sobre produtos importados do Terceiro Mundo que não têm similar local. A lista inclui banana, cacau, café, chá, tabaco e petróleo. O objetivo declarado desses impostos é levantar fundos para o governo. A renda obtida através de impostos aplicados

a seis produtos do Terceiro Mundo (banana, cereais, cacau e derivados, café, chá e açúcar), nos principais países da OCDE, alcançaram um montante de 1,7 bilhão de dólares em 1983.

Desde 1960, os países da OCDE vêm prometendo reiteradamente liberalizar o comércio e facilitar o acesso a seus mercados, como também reduzir os impostos internos que inibem o consumo. Esses assuntos têm sido discutidos dentro do Acordo Geral de Comércio e

Tarifas (Gatt). Mas a Unctad comenta a respeito que "está difícil vislumbrar em um futuro próximo uma liberalização significativa do comércio de matérias-primas, processadas ou não, inclusive em uma eventual nova rodada de conversações comerciais multilaterais". •

* O autor é editor do boletim "IFDA Dossier", do Serviço Especial das Nações Unidas, com sede em Genebra, Suíça.

Uma corrida de obstáculos

Países industrializados criam barreiras ao desenvolvimento da siderurgia do Terceiro Mundo

Pablo Piacentini

O Banco Mundial não concederá mais empréstimos para projetos siderúrgicos dos países do Terceiro Mundo. Essa decisão, que obedece a pressões das nações industrializadas, é um novo obstáculo ao desenvolvimento dos países do Sul.

A indústria siderúrgica mundial está há muitos anos em crise devido a uma série de fatores, entre os quais destaca-se um enorme erro de planejamento cometido pelos Estados Unidos, Japão e os países da Comunidade Econômica Européia (CEE).

A demanda mundial de aço cresceu junto com o processo de industrialização, mas estancou nos últimos anos. Antigamente, o grosso da produção vinha das potências capitalistas e, em segundo lugar, da área socialista européia. Os países subdesenvolvidos, que eram importadores, tinham necessidade de criar as suas próprias indústrias básicas, sem as quais jamais conseguiriam industrializar-se e, portanto, sair do subdesenvolvimento.

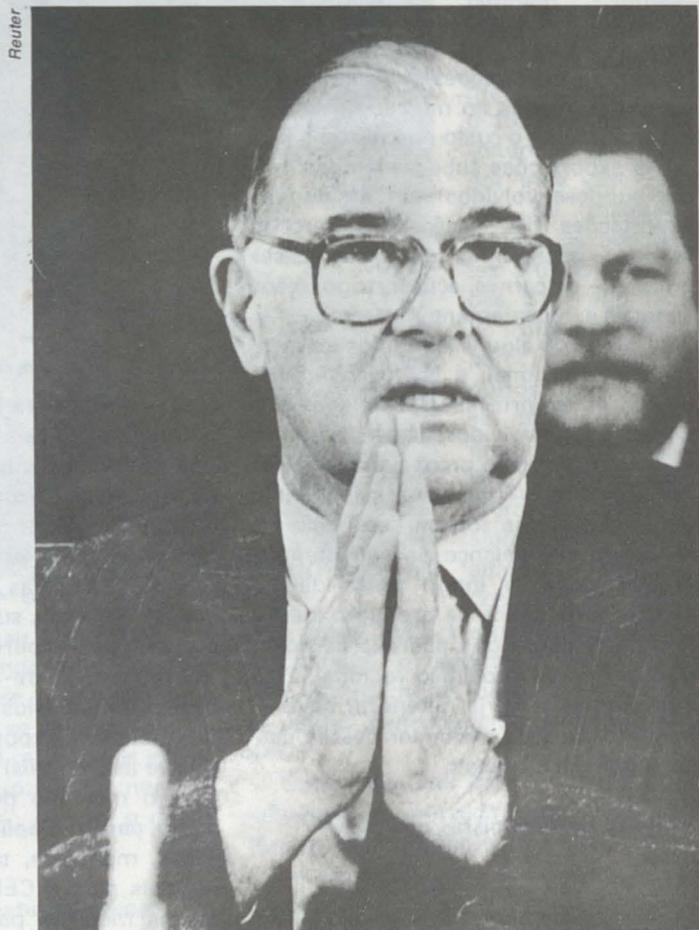
Por isso, fizeram grandes esforços para investir na indústria do aço e alguns deles, especialmente os de maior dimensão, conseguiram uma produção com capacidade para competir com eficácia no mercado internacional. Esse processo não foi previsto pelos planejadores europeus, japoneses e norte-americanos, que entre o final da década passada e o princípio desta, continua-

ram investindo para expandir a capacidade de suas indústrias siderúrgicas. Isso equivalia a supor que a demanda mundial cresceria continuamente e em ritmo acelerado, ignorando também o aumento da produção dos países do Sul. Ao contrário, a demanda foi inferior às expectativas dos planejadores e a produção mundial praticamente foi a mesma entre 1974 e 1986, passando de 704 a 714 milhões de toneladas.

A escassa demanda e a expansão industrial resultaram em um excesso de produção, calculado em 1985 em 212 milhões de toneladas.

Nesse contexto, a indústria dos novos produtores se mostrou competitiva em relação às potências industrializadas devido ao custo mais barato da sua mão-de-obra. Países como Coreia do Sul, México e Brasil ofereceram produtos mais baratos, que desbancaram seus homólogos do Norte.

Em 1974, os Estados Unidos, Japão e a CEE contribuíam com 60% da produção mundial de aço. Em 1986, sua participação havia baixado para 42%, tendo o Terceiro Mundo e os países da área socialista ocupado o espaço restante.



Barber Conable, atual presidente do Banco Mundial

Vantagens só para ricos

Se se houvesse aplicado a lógica do mercado, que é a que inspira a doutrina oficial das potências capitalistas, não se deveria ter colocado obstáculos aos competidores eficientes. De fato, segundo o pensamento liberal, os industriais com vantagens comparativas deveriam ser estimulados a produzir mais bens a baixo custo. Pelo contrário, os produtores ineficientes teriam que retirar-se, ou seja, as fábricas de aço do Norte se reduziriam proporcionalmente à parte do mercado que pudessem ocupar, em igualdade de condições com seus competidores.

Pelo que parece, o liberalismo das potências do Norte só é aceitável quando convém a seus interesses, porque aqueles países recorreram ao protecionismo para manter suas posições no mercado. Nesse caminho, os Estados Unidos optaram por um método mais artificial, que consiste em exigir dos seus competidores (do Sul e do Norte) limitações "voluntárias" de suas exportações. Na realidade, trata-se de negociações duras, nas quais Washington impõe a seu rival a restrição de suas exportações, sob pena de tomar medidas que lhes impediria o acesso a seu mercado.

O excesso de produção e o protecionismo têm prejudicado os países do Terceiro Mundo, tanto em termos de preços como de quantidades exportáveis, mas não modificaram o quadro. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – que reúne os países industrializados – calcula que em 1990 a capacidade excedente será de quase 200 milhões de toneladas, ou seja, semelhante à atual. A mesma fonte prevê que para 1990 os países do Norte

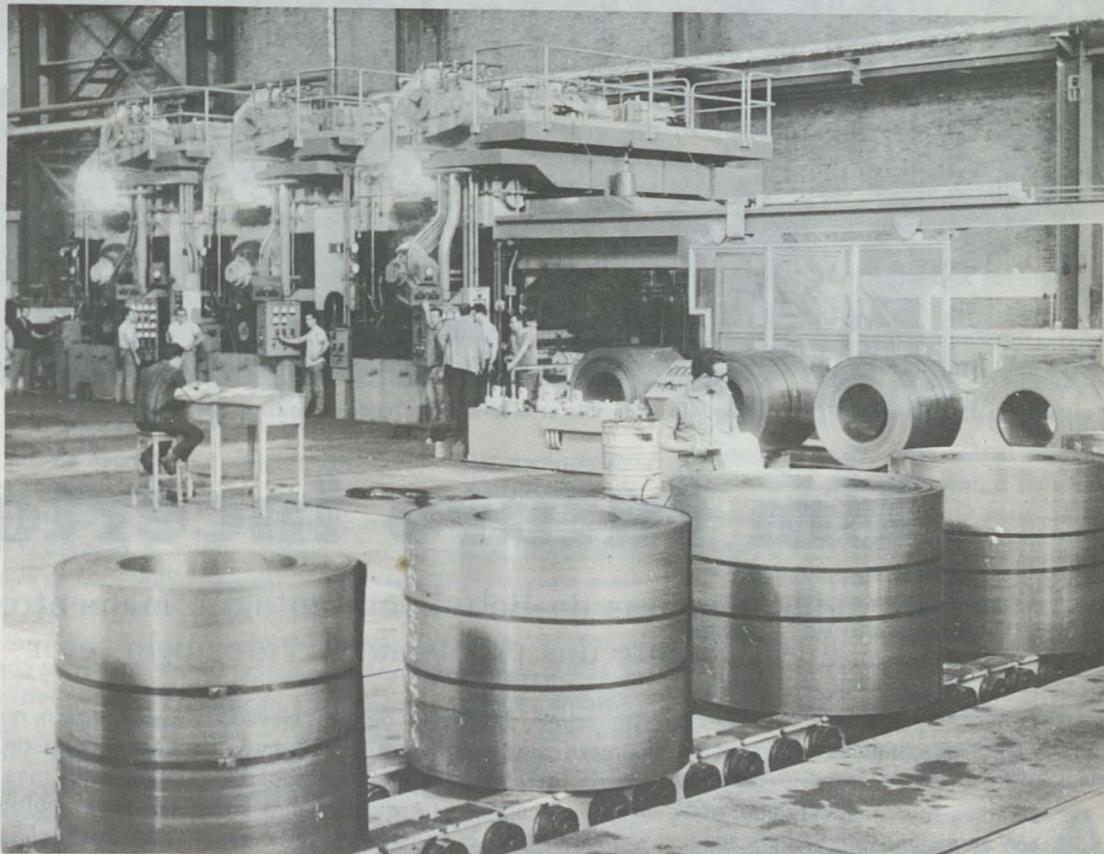
diminuirão sua produção em 65 milhões de toneladas e o resto do mundo aumentará em 40 milhões.

Essas projeções indicam que os países do Norte sabem que devem reduzir suas indústrias porque a situação é insustentável, mas resistem a tomar essa medida pois isso agravaria o problema do desemprego. Assim, o emprego na indústria siderúrgica caiu de 512 mil postos em 1974 para 180 mil em 1986.

A CEE pôs em marcha programas de reajuste que são insuficientes, encontram resistências e demoram demais. Entre 1980 e 1985, ela diminuiu sua capacidade de produção de laminados em 31,5 milhões de toneladas. A segunda redução deveria eliminar outros 30 milhões de toneladas até 1990 mas os em-

quantidade de aço que estão em condições de produzir a preços competitivos.

A decisão do Banco Mundial, conhecida a meados de maio passado, se insere nesse contexto. O Banco é uma agência da Organização das Nações Unidas criada para fornecer empréstimos para o desenvolvimento. Na ONU prevalece o princípio de "uma nação, um voto", mas não é assim nas instituições financeiras do sistema – o Banco e o Fundo Monetário Internacional –, onde a quantidade de votos é proporcional às contribuições dos países. Um bom exemplo do que isso pode significar, em caso de conflitos de interesses, foi a decisão sobre a indústria siderúrgica do Terceiro Mundo, decisão esta que de imediato ameaça fábricas desse setor



A supressão dos créditos do Banco Mundial ameaça a siderurgia no Terceiro Mundo

presários do setor responderam que só podem fazer um corte de 11 milhões.

Projetos siderúrgicos ameaçados

Tudo indica, portanto, que a superação da crise será longa e árdua, e que os produtores do Terceiro Mundo continuarão enfrentando barreiras que lhes impedirão de colocar no mercado a

planejadas para a Índia, Paquistão, Turquia ou Indonésia.

A tomada de posição do Banco implica um novo obstáculo à industrialização do Terceiro Mundo, que carece de capitais para financiar seu desenvolvimento. Essa falta de recursos deveria ser recompensada, precisamente, pela cooperação internacional e pelas instituições criadas para esse fim, como o Banco Mundial. ●



Manifestação da COB e da FSTMB em repúdio ao decreto presidencial que mudou a política econômica

Um futuro incerto

As rádios mineiras da Bolívia enfrentam o momento mais difícil diante dos problemas vividos pelo setor

Gridvia Kúncar

As rádios mineiras, este ano, não são as mesmas de há dois anos. Algumas estão fechadas, outras, em precário estado técnico, estão virtualmente caladas. O futuro de quase todas depende de uma decisão da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). As restantes avaliam a possibilidade de mudar de agentes: trabalhar com e para as comunidades camponesas.

Num contexto de crise econômica, desarticulação e reorganização do movimento operário e "relocalizações" (entenda-se demissões em massa), as-

sim como de êxodo de um elevado número de trabalhadores e população em geral dos acampamentos mineiros, as emissoras mineiras têm um futuro incerto e constituem uma das preocupações centrais daqueles que foram seus impulsionadores e protagonistas.

Esses instrumentos do setor mineiro, com uma acidentada e pouco divulgada vida de 30 anos, pareceriam destinados a desaparecer junto com aquilo que alguns economistas e políticos chamaram de "o fim da era do estanho". Essa afirmação provocou polêmica no ambiente político e acadêmico, além de choques entre o setor governamental e os próprios trabalhadores mineiros.

Estes dizem que a Bolívia continuará dependendo da mineração por muitos anos mais, mas que isso só será possível se se enfrentar a problemática da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), a estatal que agrupa as minas nacionalizadas, com realismo e com uma vontade efetiva de reabilitação, coerente com as aspirações da classe trabalhadora.

O Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa Mineira propôs à Federação do setor distribuir por zonas a localização das emissoras, para assegurar sua sobrevivência no futuro.

O secretário executivo desse sindicato, Ernesto Miranda, nos revelou numa entrevista que um dos seus objeti-

vos é a defesa das rádios mineiras, como bens patrimoniais do setor.

Dada a impossibilidade de os trabalhadores continuarem mantendo aproximadamente 15 emissoras que ainda restavam no início de 1986, a alternativa de reuni-las por zonas passa a primeiro plano. Trata-se de estimular o funcionamento e o desenvolvimento de algumas rádios nas quatro grandes áreas geográficas da Bolívia.

Segundo o jornalista mineiro, a proposta considera que, embora a administração das emissoras por sindicatos tenha sido um acerto, "atualmente esta se tornou a corda que enforca tanto as rádios como os sindicatos". Ernesto Miranda também assinala que a partir de uma severa autocrítica, os trabalhadores chegaram à conclusão de que "o discurso excessivamente combativo e panfletário nos faz mal". Na análise do atual estado das emissoras, os trabalhadores "reconheceram que quando uma direção sindical assume a administração de determinada emissora, se transforma praticamente em dono da mesma, o que provoca distorções nas mensagens".

No entanto, acrescenta o jornalista, "a Federação de Mineiros não tem nada a ver com isso, já que os sindicatos são independentes. Portanto, propusemos que a administração e a co-direção das emissoras fique a cargo da Federação, desde o planejamento até os aspectos de gestão, dentro dos princípios ideológicos do projeto histórico da classe trabalhadora. Inclusive, a Federação é a instância mais idônea para se conseguir financiamento a fim de que as rádios continuem operando".

Nesse sentido, Miranda pensa em recorrer à solidariedade dos sindicatos europeus. A Secretaria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa Mineira dá ênfase ao fato de que três aspectos fundamentais ficariam garantidos, se a Federação aceitar essa modalidade: superar a crítica situação das emissoras, continuar no quadro das diretrizes da classe trabalhadora e oferecer maior qualidade técnica nas emissões.

Emissoras em autogestão

Ao longo de sua história, as emissoras mineiras defenderam seu caráter essencialmente autogestionário, tanto porque tinham surgido, viviam e se de-

Peter Mc Farren



Jornalistas mineiros: é necessário que a FSTMB se encarregue das emissoras

envolviam com a contribuição financeira dos trabalhadores, como também por serem voz e expressão das necessidades e aspirações desse setor de classe. O funcionamento desses valiosos meios de comunicação durante as três últimas décadas foi parte das conquistas dos mineiros e esteve marcado pela luta do movimento operário em alcançar a libertação do país.

Em conjunturas de efervescência social, as emissoras se constituíram em núcleos organizacionais a partir de onde se avaliava a correlação de forças e se davam instruções. Também eram a via pela qual se irradiavam a participação e a resistência. Nos momentos de choque — geralmente provocados por golpes de estado liderados por militares ambiciosos —, as rádios mineiras eram uma fonte confiável de informações sobre o desenrolar dos fatos.

Devido aos seus elementos constitutivos, esse fenômeno de comunicação foi dado como exemplo de autogestão dentro do quadro mais avançado das experiências alternativas.

Sem nenhuma dúvida, a Rádio Pio XII (de propriedade da igreja católica) é um dos exemplos mais interessantes da experiência das rádios mineiras e sua "conversão" de projeto de grande empresa radiofônica (dentro da mentalidade intolerante da igreja dos anos 50) numa ferramenta de luta e criatividade dos trabalhadores. Sua história de 30

anos a transforma em mais uma emissora mineira.

A "Marcha pela Paz e pela Vida", organizada pela COB, da qual participaram 15 mil trabalhadores, mulheres e crianças, que durante vários dias fizeram uma passeata até a sede do governo para exigir mudanças na política oficial para o setor, foi acompanhada por equipes móveis da Rádio Pio XII, que entrava em cadeia com outras emissoras mineiras para informar o país e o mundo sobre essa ação. O canal 13 da Televisão Universitária de La Paz também destacou uma equipe que filmou o percurso dos mineiros e a força e dignidade com que caminhavam. O governo confiscou o equipamento do canal 13 e fechou suas emissões. Pouco antes de chegarem em La Paz, os mineiros foram bloqueados por forças militares e obrigados a retornar aos seus respectivos acampamentos.

Atualmente, os mineiros desenvolvem intensas mobilizações para obrigar o governo a reabilitar o Comibol com uma política que responda às expectativas dos trabalhadores. Entre essas medidas, está a greve geral iniciada recentemente pelos mineiros da base.

As negociações com o governo não permitiram até agora chegar a pontos significativos de acordo. O futuro das rádios mineiras bolivianas depende, em grande parte, daquilo que se poderá chegar a negociar. ●



Manifestação dos trabalhadores da imprensa em favor das medidas adotadas pelo governo do general Velasco, na década de setenta

Abertura sui generis nos meios de comunicação

César Arias Quincot

Quem der uma olhada num jornal de Lima, provavelmente se surpreenda com o sensacionalismo das suas primeiras páginas. Histórias sobre a vida de delinquentes famosos, sequestros, tráfico de drogas e corrupção policial desfilam nas manchetes, alternando-se com notícias esportivas e mulheres seminuas.

Para entender esse fenômeno é necessário se conhecer a evolução dos meios de comunicação peruanos durante as duas últimas décadas. Até 1988, a estrutura da imprensa peruana era semelhante à da maior parte da América Latina. Os jornais eram ligados a grupos de empresários de grande poder econômico e influência social. Existiam dois grandes jornais diários "sérios" e uma imprensa popular ligada aos mesmos grupos de poder. A televisão estava em poder de empresas privadas, exceção feita a um canal estatal de muito pequena audiência.

O governo do general Velasco Alvarado (1968-1975) expropriou a televisão e todos os jornais de circulação nacional. A medida levou, inicialmente, a

uma maior difusão de idéias progressistas e antiimperialistas, mas por outro lado a imprensa adotou uma linguagem monótona que não estimulava o interesse dos leitores.

Posteriormente, à medida que o regime se voltava para a direita, depois da derrubada do general Velasco, os meios de comunicação foram perdendo dinamismo e credibilidade. Em 1980, quando Belaúnde Terry devolveu a televisão e os jornais aos "seus legítimos proprietários", o país já tinha mudado, a esquerda era muito mais forte e a opinião pública tinha se acostumado a um estilo mais progressista.

Assim, enquanto o jornal conservador *La Prensa* falia, surgiu uma série de periódicos que não respondem aos grupos tradicionais e estão ligados a setores empresariais novos, muitos dos quais se fortaleceram durante o governo militar. Politicamente, esses diários tendem para o Apra ou para a Esquerda Unida.

Necessidade de vender

A grande quantidade de publicações oferecidas num mercado tão reduzido, parece ser hoje um estímulo ao sensacionalismo. Nesse sentido, se torna particularmente ilustrativo o caso do jornal

La República, de centro-esquerda, fundado em 1981, que conta com uma equipe de excelentes jornalistas.

A indiscutível qualidade editorial do diário não era suficiente para sustentar a venda. A direção decidiu então adotar uma mudança radical de estilo, com primeiras páginas escandalosas e folhetins com as biografias de grandes delinquentes. Nas demais páginas, entretanto, continuavam os artigos de muito boa qualidade, ampla informação internacional, dados e análises da situação local e uma permanente denúncia de algumas imoralidades e atos entreguistas do governo Belaúnde. A combinação teve sucesso e o *La República* chegou a ser o jornal diário de maior vendagem no Peru durante quase dois anos. Hoje, mantém uma razoável tiragem.

É interessante destacar que nas publicações atualmente editadas no Peru existe um amplo espectro ideológico, desde a ultradireita, cuja expressão seria a revista *Oiga*, à extrema esquerda, que alguns identificam com o *Nuevo Diario*.

No entanto, já não é tão rico, como durante a experiência de socialização dos periódicos no governo Velasco, a contribuição dos diferentes setores sindicais e sociais, que tiveram enorme participação no período de autogestão. ●

Agora você tem mais razões e vantagens para assinar e indicar

CADERNOS DO
terceiro mundo

**Suplemento
BRASIL**

Todos os meses
dentro da revista

**DESCONTOS
DE ATÉ 38%**

**PROMOÇÃO
FICA
MAIS FÁCIL.**

Você ganha o brinde referente a 5 assinaturas enviando até 1 de cada vez.

Assine já.
Leia sempre.

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela ao lado, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Efetuando apenas 1 assinatura, a sua ou de um amigo(a), não deixe de preencher também o cupom do brinde.

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	430,00	430,00	1 Livro de nossa escolha
2	415,00	830,00	2 Livros de nossa escolha
3	395,00	1.185,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
4	385,00	1.540,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	375,00	1.875,00	1 Disco de "Radamés Gnattali" mais 3 livros de nossa escolha

1 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

5 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

2 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto Cz\$ em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal-ag. central, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Quanto ao brinde a que tenho direito, desejo:

() receber o referente a esta ou até esta remessa.

() acumular para receber em outra ou mais remessas que farei.

3 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

4 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.

CADERNOS DO

terceiro mundo

Suplemento Brasil

UM FUTURO DE CRISES

O país urbano impõe desafios políticos
Pág. 50-54

O CONFRONTO DO CAMPO

A concentração de terras e os conflitos
Pág. 55-59

A FITA QUE O BRASIL FAZ

Festival debate a indústria do cinema
Pág. 60

PAGODE

A música brasileira reabre seus espaços
Pág. 61-62

A VIDA NA RUA

As prostitutas discutem a discriminação
Pág. 63-64

O DRAMA DE SER PEQUENO

Dificuldades continuam a rondar o setor
Pág. 65

O QUE DIZ A BÍBLIA

Constituintes evangélicos e suas posições
Pág. 67-68

O COMPROMISSO SOCIAL

Igreja e direitos humanos no continente
Pág. 69-71

Uma questão nova impõe-se à realidade brasileira, como fruto da modernização dos últimos 50 anos e, agora, como condicionante política de primeira grandeza: as cidades. Nelas, moram hoje quase oito de cada dez brasileiros, e o impulso, que se acelerou há menos de 30 anos, tende a prosseguir pelo início do século XXI, tornando o país uma das sociedades mais urbanizadas do planeta.

O fenômeno tem merecido análises, algumas equivocadas, como a que procura soluções no controle da natalidade, como se a crise, que envolve a questão, fosse de ordem física e não decorrente das grandes linhas políticas da sociedade. Para um país que se abre ao futuro, com vigor incomum, não se trata de diminuir bocas, mas de aproveitar todos os braços e mentes.

A urbanização brasileira – mais que simples resultado da modernização iniciada por Getúlio Vargas – deve ser vista como a construção da base de transformação do país. A força que multiplicou os centros urbanos já não pode afrouxar, pois esses aglomerados passam a condicionar a própria dinâmica da sociedade nacional. As exigências das cidades incluem água, esgoto, luz, arruamentos, transportes e moradia, mas, também o trabalho, a remuneração digna, a educação, a garantia do alimento, a participação. Cenário das massas, a cidade é o ambiente maior do cidadão, o espaço privilegiado do social.

Pode-se mesmo dizer que o Brasil será o que dele fizerem as cidades. Se os dilemas da economia, a miséria da imensa maioria, a marginalização, a criminalidade e a concentração das riquezas denunciam a gravidade deste período da nossa história, é preciso pensar que o país do futuro está a postos: vive nas cidades, inquieto para construir alguma coisa grande, e aguarda, impaciente, alcançar trabalho, estudo e comida.

Este é o tema que levamos a sua consideração, leitor, sem esquecer o reverso do processo, a questão agrária, que vem tornando o interior brasileiro palco de um confronto sangrento. Afinal, a cidade, a dolorosa face moderna, não pode ser o motor de um país cujo campo se torna mais violento e ineficaz.

Questão urbana / Questão política



S. Paulo: na megalópole, um flagrante da modernização no Terceiro Mundo expõe a violência de que se reveste o processo

Um futuro de crises

A modernização brasileira gerou imensas cidades, em apenas 30 anos, e elas continuam a crescer num processo dominado pela desorganização, absorvendo quase 8 em cada 10 brasileiros. Poderá a cidade faminta, violenta, quase desesperada, dar à luz um Brasil politicamente maduro?

Ao longo de pouco mais de um século, o Brasil rural multiplicou sua população 15 vezes e, ainda nos primeiros 80 anos desse percurso, manteve-se rural. Mas, de um salto, em pouco mais de 20 anos, descobriu-se um país urbano, cada ano mais urbano, ao mesmo nível dos países mais desenvolvidos do mundo, vendo-se obrigado a repensar seu destino, como um ser novo que nasce para um ambiente diverso, de relações e condicionamentos diferentes.

Ao alcançar, no início de julho, uma população de 141 milhões de habitantes, o Brasil terá ultrapassado a faixa dos 100 milhões de pessoas concentradas em cidades, que, 27 anos antes apenas, abrigavam 31 milhões. Uma verdadeira invasão de cerca de 70 milhões de novos moradores em centros urbanos.

Debates, teses, queixas e não raras perplexidades cercam o exame do fenômeno, que significa muito mais que um simples emaranhado de problemas imediatos, como falta de moradias e saneamento, precariedade de transportes e altos preços de aluguéis.

A explosiva urbanização brasileira lança o país frente ao desafio de seu próprio futuro, pois a situação, nova e em processo de aguçamento, exige respostas competentes para a administração de uma sociedade que passa a mover-se, sem possibilidade de retrocesso, por uma economia urbana, industrializada, solicitada a crescer permanentemente pela pressão da mão-de-obra e pelas necessidades de consumo dessas aglomerações em expansão, o que, por sua vez, pressiona a estrutura rural a atender demandas alimentares e de matérias-primas industriais.

O Brasil prendeu seu destino às cidades, desde que a maioria da população deixou o campo para viver nos centros urbanos. Esse momento, que quantificou a passagem dos 50% urbanos, ocorreu no final da década de 60, e aprofunda-se agora, quando se caminha para os 80%.

Apenas duas cidades brasileiras possuem população superior a um milhão de habitantes, em 1940 - Rio e São Paulo - e assim continuou nos anos 50 até o começo dos anos 60, apenas invertendo-se a ordem, tomando S. Paulo a dianteira. Mas, em 1970, descobria-se

que as cidades "milionárias" eram então cinco, com o acesso de Belo Horizonte, Recife e Salvador. Em 1980, o quadro mostrava um total de nove cidades acima da marca do milhão de habitantes, pois ao grupo anterior haviam-se associado Fortaleza, Brasília, Porto Alegre e Curitiba. Em 1985, promoveram-se Nova Iguaçu e Belém, formando o time das 11 cidades mais populosas do país, grupo a caminho de 15 integrantes, pois em 1990 também poderão fazer parte dele Campinas, Manaus, Guarulhos e São Gonçalo. E, preparando-se para entrar no clube, no ano 2000, cerca de dez outras cidades, que já alcançaram a cifra do meio milhão de habitantes. Então, com mais de 20 cidades com população superior a um milhão de pessoas e três megalópoles - São Paulo, Rio e Belo Horizonte - o Brasil terá se tornado o país com índice de urbanização semelhante à Europa e só inferior aos índices da América do Norte, sem as bases que caracterizam e equilibram aquelas sociedades.

Toda sociedade paga seu tributo ao desenvolvimento, em termos de população: na era pré-industrial, o dinamismo rural concentrava a força de trabalho, à

custa até do recurso à escravidão; na era industrial, o dinamismo fabril reorganiza a mão-de-obra, concentrando-a nas cidades, à custa do esvaziamento do campo.

A explosão urbana brasileira, certamente sem paralelo na história da modernização mundial, por sua rapidez e desorganização, denuncia um processo de transformação econômica vigoroso na cidade, acompanhado de um esvaziamento humano no campo, determinado, em grande parte, pelo agravamento da concentração fundiária - os latifúndios estão crescendo - e pelo decréscimo da produção alimentar. (Veja matéria sobre a crise agrária, à pág. 55.)

Associando-se ao quadro as misérias sociais impostas pelo processo, a crise institucional (14 anos de regime militar duro e já 9 anos de um regime de transição), imprecisas e mutáveis políticas econômicas, uma estrutura tributária centralizadora, ausência de uma política de empregos, comprometimento já insustentável com a dívida externa, fracas estruturas representativas e uma tendência a soluções setoriais e paliativas, o panorama da urbanização brasileira expõe inquietações, que tornam o fenômeno um delicado tema político.

BRASIL - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO
(milhão / hab.)

Ano/Situação	Urbana	Expansão	Rural	Expansão
1970	52,0	20,7	41,0	2,1
1980	80,4	28,4	38,5	-2,5
1984	92,6	12,2	38,5	0,0
1990	112,8	20,2	37,4	-1,1
2000	141,0	28,2	38,4	1,0

FONTE: IBGE, Anuário 1985 e projeções. Note-se o esvaziamento do campo, cujo crescimento natural acaba lançado sobre as cidades, somando-se ao destas.

MUNDO - OS MAIS POPULOSOS

País	População (milhão)	Urbana (%)	Analfá (%)	PNB Per Capita (dólares)
BRASIL	132,5	72	22,3	1.880
CHINA	1.039,6	21	30,7	300
ÍNDIA	732,2	24	56,5	260
URSS	272,5	65	—	4.550*
EUA	234,4	74	—	14.100
INDONÉSIA	159,4	24	25,9	560
JAPÃO	119,2	76	—	10.120
BANGLADESH	94,6	17	69,9	130
PAQUISTÃO	89,7	29	70,4	390
NIGÉRIA	89,0	22	57,6	770
MÉXICO	75,1	69	9,7	2.240

FONTES: Unesco, 1985; Banco Mundial, 1985; IBGE, 1985. * Dado referente a 1980. Nota: O analfabetismo refere-se à população acima de 15 anos.

A abrangência dos problemas suscitados pela urbanização parece sensibilizar pouco as esferas administrativas e políticas, pois as dificuldades se multiplicam, sem que haja uma reação organizada para o atendimento de todas as demandas.

Na opinião do presidente da seção fluminense do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Adir ben Kauss, "o quadro se agrava, porque as grandes cidades brasileiras não têm qualquer proposta concreta para a solução dos problemas específicos de habitação, transporte, educação, saneamento etc.. Faltam políticas descentralizadas, específicas para cada região, para cada município. O BNH tinha programas setoriais, mas centralizados, aliás coerentes com o regime forte e ditatorial que existia. Na democracia, porém – continua Kauss – o estímulo deve ser à descentralização, ao reforço do poder local, único com capacidade de detectar com facilidade as demandas e o único a permitir uma relação mais direta entre a comunidade e o poder, de modo a propiciar cobranças, correções de erros e avaliações".

As mudanças estruturais verificadas no país nas três últimas décadas – das quais a urbanização é o resultado social – lançaram ao país alguns desafios, cuja superação envolve a própria concepção de uma nação diferente:

"A nação mais integrada, que precisa surgir – diz Adir ben Kauss – depende, na minha opinião, de uma descentralização em todos os níveis, o que envolve, de começo, uma reforma tributária que permita aos municípios estabelecerem seus programas de ação. A descentralização precisa ocorrer, ainda, a nível do estabelecimento de políticas, de



Helio Santos



Dayse: impulso urbanizador perde controle

Kauss: as convulsões já se apresentam

modo a que os municípios possam planejar-se dentro de suas realidades, com a aplicação de soluções mais adequadas a seus problemas. Aliado a isso – continua – a participação mais direta das comunidades, na definição de prioridades e de orçamentos, é outra necessidade."

Reforma urbana

As cidades – novo centro de gravitação do Brasil – propõem à consciência nacional, na ótica de Kauss, a urgência da reforma urbana, tese já estruturada nos inícios dos anos 60, quando os espíritos mais preocupados anteviam o agravamento dos problemas que já naquela época começavam a se manifestar.

"A questão urbana é muito difusa na compreensão da população – lamenta Kauss –, pois a gama de aspectos desse fenômeno ainda não foi bem traduzido para o povo. No aspecto habitacional,

por exemplo, estimula-se a propriedade privada, quando a solução do problema da moradia não envolve necessariamente a casa própria. O importante é que o cidadão possa dispor de moradia digna, e para isso existem várias opções, como o aluguel, o arrendamento, o comodato. Em determinado aspecto, a reforma urbana corre risco de não ser bem entendida pela população, que identificaria medidas socializantes nas soluções de seus problemas, se não lhe fosse assegurada a propriedade individual."

Esse fator cultural estimulado, a busca da propriedade particular, mesmo em um meio que dificulta enormemente sua consecução, cria na cidade um paradoxo, segundo ele: de um lado, existe a cidade formal, com habitações confortáveis e a devida infra-estrutura; de outro lado, agregada à primeira, a cidade informal – onde vive a maioria do povo – sem habitações dignas, sem saneamento nem transporte adequado, em condições de vida precárias.

"Vivemos uma situação de emergência no país – denuncia Kauss. Nenhuma pessoa, com um mínimo de consciência cívica, suporta conviver sem abalos morais com a situação que se verifica: todos vemos uma situação de segregação social e espacial chocante em nossas cidades, onde uma minoria dispõe dos serviços urbanos e a maioria padece sua inexistência. O representante de um capitalismo atrasado, o especulador de terras urbanas, cria a mais-valia urbana, ao subtrair ao mercado áreas imensas, aguardando sua valorização futura, que ocorrerá através de benefícios locais realizados com recursos públicos pelas prefeituras". E enquanto faz esse jogo e

BRASIL – POPULAÇÃO EM IDADE DE TRABALHO
(15-64 anos – milhões)

Ano	Total	Aumento	% População
1985	80,3	—	59,0
1990	89,9	9,6	59,8
1995	100,7	10,8	61,0
2000	112,2	11,5	62,6
2010	139,2	27,0	67,1

FONTE: IBGE, Anuário 1985. Os dados acima indicam uma pressão por trabalho em torno de 1,6 milhão de pessoas por ano, nos 25 anos assinalados. Isto, se a pressão feminina por trabalho se mantiver nos níveis atuais, o que não é de se esperar, pois a tendência é de aumento da mão-de-obra dessa faixa da população. As decorrências sociais são claras e a elas necessariamente deve estar atenta a administração geral da sociedade, sob pena de parcelas cada vez mais significativas ficarem marginalizadas, gerando as conhecidas consequências dessa situação em ambiente urbano, país a fora.

se beneficia da valorização, impede que populações precariamente alojadas possam se instalar adequadamente, frisa ele.

Esse problema provoca, no caso do Rio de Janeiro, uma população favelada em torno de um milhão de pessoas, equivalente a um sexto da população do município, dezenas de loteamentos clandestinos e imensas áreas desocupadas, aguardando valorização. Este quadro repete-se em todas as grandes cidades, emprestando à urbanização brasileira uma fisionomia miserável e violenta. Somente um terço da população tem serviços de esgoto ligados à rede geral e a rede escolar não consegue dar atendimento adequado, o que permitia que, em 1982, estivesse sem frequentar aulas um total de 5,5 milhões de jovens, de 7 a 19 anos.

A inexistência de uma política de emprego, aliada a políticas econômicas erráticas, cria na cidade a desorganização social, de que são feridas mais incômodas a mendicância, o abandono do menor e a criminalidade, cada vez mais extensa, sofisticada e agressiva, cuja expressão mais contundente é a sistemática execução de grupos de pessoas nas áreas periféricas, como a atestar que os mecanismos tradicionais já não respondem com eficiência a uma pressão social desconhecida há 30 anos. Um quadro que leva não poucos a conceituar que as grandes cidades brasileiras vivem uma espécie de surda guerra civil, movida pelo lema do "cada um por si".

Ainda em tempo

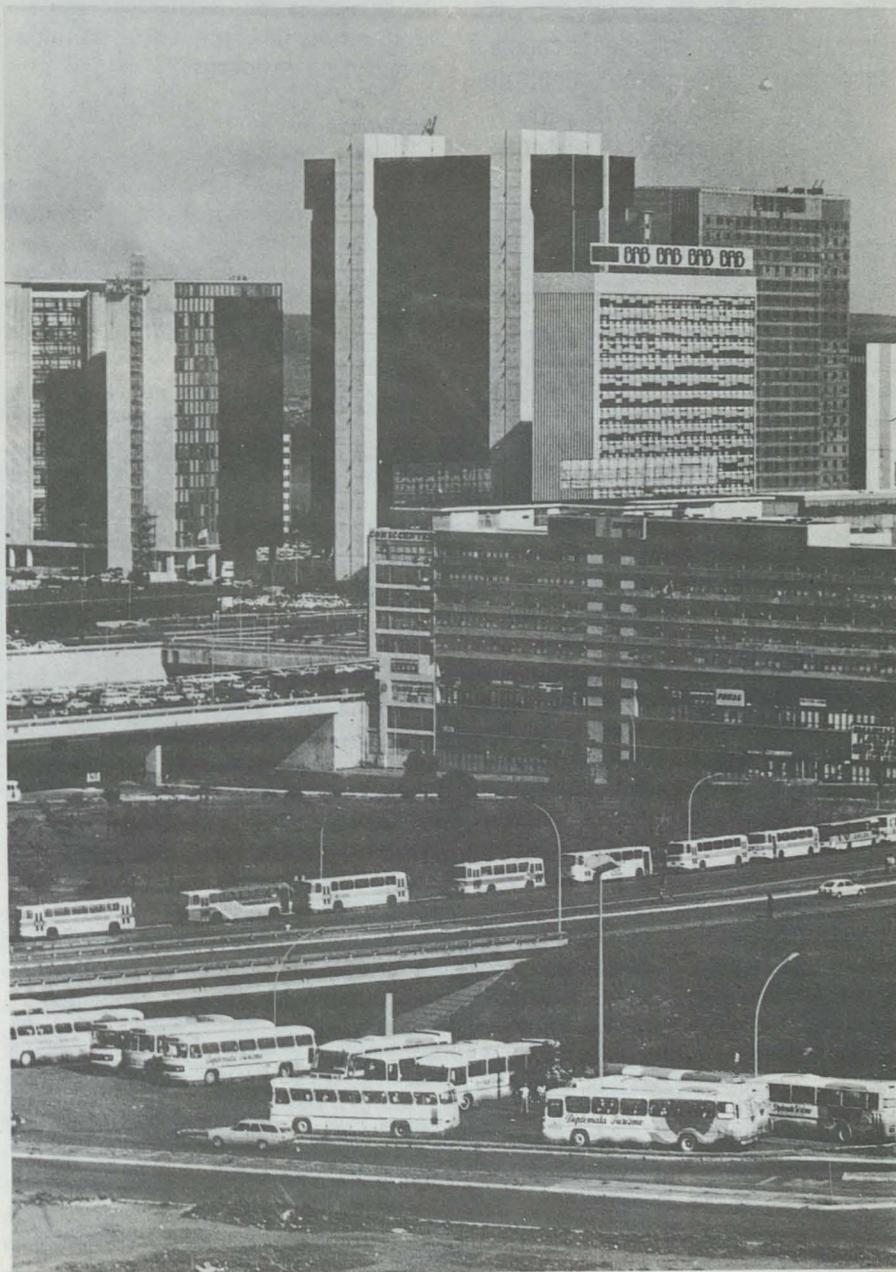
"Tal como já acontece com a reforma agrária - cuja necessidade nem mais a extrema-direita nega, embora discuta os meios - é preciso que a sociedade se conscientize da absoluta necessidade da reforma urbana" - prega Kauss, preocupado com o papel a ser desempenhado pela Constituinte, cujos rumos vê com temor. "Há um grande risco - diz - de recebermos uma Carta Constitucional já ultrapassada pela realidade e sem condições de orientar o país. Um exemplo: o conceito de propriedade, que o projeto constitucional está reforçando, vai provocar inevitável desobediência civil, particularmente na cidade. Movido pela lei da sobrevivência, o cidadão continuará a realizar invasões para fazer sua moradia, sem ligar a mínima importância para uma Constituição que o

condena. Por isso, vejo o caminho da reforma urbana como mais conturbado que o da reforma agrária, pois, além dos interesses em jogo, a cidade é um palco de vibração especial para as contradições e conflitos. A questão urbana é complexa demais, para que se possa resolver tudo em curto prazo. Ao mesmo tempo em que essa solução não nascerá do debate generalista de hoje, em que se procuram saídas setoriais para transporte, saneamento etc.. Um país como este, continental, com características regionais tão diferentes, exige um conhecimento profundo, para que as soluções atendam às necessidades".

Na opinião do presidente do IAB/RJ, os segmentos que formam a opinião pública têm a responsabilidade de sair, desde já, do discurso conceitual para a experimentação prática. Ele cita que já se tem o conceito da terra como bem social, da impossibilidade de se defender a acumulação de terra e de se permitir sua ociosidade, quando a maioria está necessitada. Tem-se, igualmente, o conceito de que cada comunidade precisa ver respeitadas suas características.

Então, pergunta ele, por que não se partir já para experiências concretas?

O IAB está enviando à Constituinte



Brasília: aos 30 anos, a caminho do quarto lugar, sem ser pólo industrial

uma proposta de reforma urbana, que inclui, entre outros aspectos, um receptor de transformações a nível de espaço: desapropriação de terras urbanas, com pagamento em títulos da dívida pública; usucapião urbano, a partir de três anos; implantação de imposto progressivo anual sobre terras ociosas, de modo a forçar seus proprietários a colocá-las no mercado; conceituação de propriedade como um direito de todos; solução do problema habitacional conjugada a uma série de medidas de cunho urbanístico e social, para que haja um atendimento das necessidades globais do cidadão.

A produção capitalista desencadeia a urbanização, mas perde o controle do processo a partir de certo momento, e deixa de oferecer a contrapartida em serviços e segurança social à mão-de-obra, que permite seu desenvolvimento

"Diz o ditado que as soluções nascem das crises" - cita o presidente do IAB/RJ. "Pois a hora é esta, porque é visível que o país caminha para um processo de ruptura, pelo volume e natureza dos problemas. Estamos no limiar de grande convulsão social. Então, temos a pressão suficiente para buscar saídas verdadeiras, que espero sejam tranquilas e com a predominância do interesse coletivo. Durante muito tempo, o ufa-

nismo das potencialidades do país embalou o brasileiro e impediu que ele, na miséria, reconhecesse sua miséria.

"Hoje, não há ufanismo que possa esconder o nível dos problemas e a compreensão de que somos um povo miserável, uma nação que tem 40 milhões de pessoas vivendo na miséria absoluta ou muito perto dela. Só daremos passos certos, quando as políticas econômicas e sociais partirem do reconhecimento e da aceitação desse fato. Se somos a oitava ou a décima economia mundial, é preciso perguntar qual o significado disso para o conjunto da população, que não está sendo beneficiada, pois o tipo de desenvolvimento em curso resulta na concentração da riqueza nas mãos de poucos."

Modernização

A concentração das populações nas cidades é um fenômeno mundial, mas que adquire aspectos graves no Terceiro Mundo, devido ao nível de menor organização da sociedade, o que torna o processo doloroso, em termos políticos e sociais.

Segundo Dayse Góis, conselheira do IAB/RJ, o modo de produção capitalista, baseado na indústria, desencadeia a urbanização, mas só até certo ponto responde às pressões do fenômeno que gera, perdendo seu controle a partir de um determinado momento. A afluência e multiplicação da mão-de-obra, que forma o excesso populacional, atende

à lógica do capital de baratear seus custos, mas, a esse contingente essencial ao desenvolvimento capitalista, não se oferece a devida contrapartida em serviços e segurança social.

Por outro lado, a cidade atrai a população rural por gerar um estilo de vida melhor, na opinião da arquiteta, sem que se deva encobrir a existência do fenômeno paralelo de expulsão do campo, pelas características do problema agrário brasileiro.

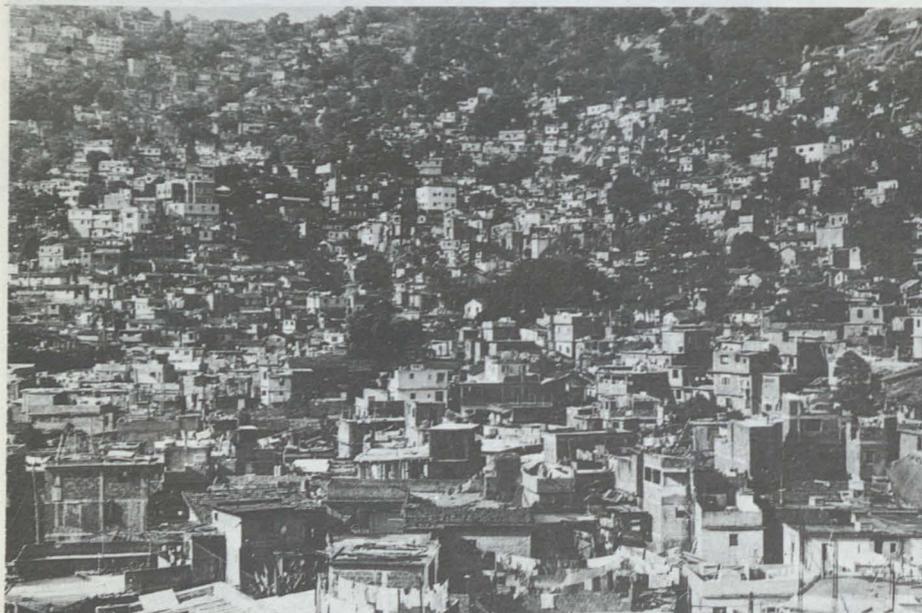
No conjunto desse fato, ou seja, o deslocamento de populações para as cidades, ela atribui importância especial aos meios de comunicação, que levam aos recantos mais distantes as atrativas mensagens do mundo urbano.

O futuro

As características singulares da urbanização brasileira e sua complexidade tornam o desafio de sua solução superior ao simples equacionamento de questões como água, esgoto e transportes para as grandes massas. Há um inegável amadurecimento das populações - de que é uma expressão o crescente movimento comunitário - na direção de reivindicar um lugar como sujeito do desenvolvimento, o que deixa para trás as reivindicações de meros serviços infra-estruturais e põe em destaque questões de natureza política, como trabalho, salários dignos, educação, cidadania plena.

Assim, o fenômeno da urbanização brasileira determina o surgimento de interrogações, cujas respostas envolvem o mundo do político e remetem à natureza do Estado. Interrogações a que tiveram que responder, outrora, através de suas elites, tanto a sociedade colonial quanto a sociedade nacional dominada pelo agrário. Hoje, a pobreza, a violência e o conflito introduziram, na formulação das respostas, o componente que pôde ser posto de lado nas ocasiões anteriores: a massa da população, hoje concentrada, necessitada, reivindicante e sem alternativas, para a qual o Estado mal acordou.

Ao atingir e até ultrapassar níveis de urbanização que se verificam nas principais sociedades mundiais, sem sequer estar perto do desenvolvimento delas, o Brasil parece ter-se colocado numa situação-limite, onde se definirá a natureza e a qualidade de seu futuro. ●



Rocinha, Rio: do barraco ao tijolo, cartão-postal do drama da urbanização do país

Questão Agrária

O confronto do campo

A população sem terra cresce, enquanto aumentam os latifúndios e a ociosidade da terra. Conflitos e mortes num campo que abastece mal as cidades

Hélio Santos



Claudia Neiva

No dia 11 de julho passado, as principais avenidas de Brasília amanheceram tomadas por policiais militares e civis. O exército havia colocado de prontidão seis mil soldados, enquanto que a polícia militar destacou mil efetivos para o policiamento ostensivo, deixando mais quatro mil de prontidão. Além disso, um grande número de agentes do Detran e policiais civis participavam também na operação para "manter a ordem".

Todo esse aparato militar foi montado em função da passeata organizada pela UDR (União Democrática Ruralis-

ta), que levou a Brasília 30 mil proprietários e trabalhadores rurais. Alojados em tendas de circo, armadas em frente ao Congresso, ou em luxuosos hotéis, durante cinco dias eles fizeram um poderoso lobby para pressionar os constituintes a não aprovarem no anteprojeto da Constituição leis tendentes a uma real Reforma Agrária.

Se, aparentemente, a marcha não atingiu seu objetivo - pois os constituintes não trabalharam naquele dia - mostrou, por outro lado, a capacidade de organização da UDR e a pressão que pode exercer, abertamente ou não, para fazer prevalecer seus interesses de classe na Constituinte. Menos de um mês antes, em fins de maio, a UDR já havia

impedido que a Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária se reunisse, ocupando a sala de reuniões com mais de 100 fazendeiros.

Mas o que tanto teme a UDR? Qual a verdadeira extensão do Programa de Reforma Agrária impulsionado pelo governo? Em que medida ele afetaria a atual distribuição de terras no país?

Desde a época da colônia, a estrutura fundiária do Brasil se caracteriza pela concentração da propriedade da terra em poucas mãos. Fazendo uma comparação entre os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário do IBGE de 1960 e o de 1985, vemos que, sob este aspecto, pouca coisa mudou no campo. Em ambos, pode-se constatar que mais da

metade das propriedades do país ocupa uma parcela ínfima da terra. Traduzindo em números, vemos que em 1960 os estabelecimentos rurais com menos de 10ha – onde estão os pequenos proprietários e posseiros – eram 45,1% do total, mas ocupavam apenas 2,4% das terras aproveitáveis. Em 1985, essas propriedades representavam 53% do número total do país, mas quanto à sua extensão, só ocupavam 3% da terra.

No outro lado dessa moeda, estão as propriedades de mais de 1.000ha, que, em 1960, representavam 0,96% do total de estabelecimentos rurais do país, mas ocupavam 45,3% das terras. Em 1985, esse quadro se mantinha inalterado: os donos desses estabelecimentos – que representavam então apenas 1% do número total de propriedades do país – detinham a posse de 45% da terra.

A concentração fundiária do país pode ser observada também através do Cadastro dos Imóveis Rurais, do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo essa fonte, os latifúndios por exploração ocupavam, em 1978, 77,7% da terra; os latifúndios por extensão, 7,8%; as empresas rurais, 5,6%, e os minifúndios, 8,8%. Se levamos em conta a definição de latifúndio do próprio Estatuto da Terra (Lei 4504/64)¹ – classificando assim qualquer propriedade rural deficiente ou inadequadamente explorada – nos deparamos com o fato de que, na verdade, apenas 13% das terras aproveitáveis do país estão sendo exploradas.

Os dados fornecidos pelo Incra se encaixam com as informações encontradas no Censo Agropecuário de 1980 no que se refere ao uso do solo agrário. Segundo o Censo, mais da metade do solo do país (56%) está ocupado por áreas

de pastagens (artificiais e naturais); 25% por matas e florestas; 2% por matas artificiais, restando apenas 17% para as lavouras (4% para as culturas permanentes e 13% para as temporárias). Em números redondos, isso significa que enquanto 307.865.000ha são utilizados para a pecuária (embora boa parte extensiva) e as explorações florestais, apenas 61.721.000ha servem para a produção de cereais e alimentos nas áreas de lavouras permanentes e temporárias.

De onde vem o alimento

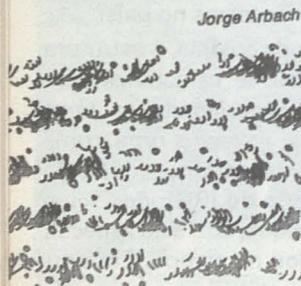
Os latifúndios improdutivos (que segundo o Incra, em 1984, ocupavam 416 milhões de hectares) geram, obviamente, sérios problemas em relação à produção de alimentos e mostram um outro lado contraditório da estrutura fundiária do Brasil. Apesar de possuírem uma ínfima parcela das terras aproveitáveis, paradoxalmente, são os pequenos e médios proprietários os responsáveis pela maior parte dos alimentos produzidos no país. Ainda segundo o Censo Agropecuário de 1980, observamos que 37% do arroz; 79% do feijão; 88% da mandioca, e 68% do milho são produzidos em estabelecimentos de até 100ha. Também em relação aos produtos de exportação, eles colaboram com a maior parte da produção (46% no caso da soja, por exemplo).

A participação na produção de alimentos re-

portanto, mais uma distorção: enquanto os estabelecimentos com menos de 100ha possuem apenas 19% da terra, mas são responsáveis por 50,7% da produção, as propriedades acima desse tamanho contribuem com menos da metade da produção total, embora ocupem 80,2% da terra.

O subaproveitamento da terra, aliado à ausência de uma política agrária e à prioridade dada às culturas para exportação, tem sido responsável por uma acentuada queda na produção de alimentos para o consumo interno. De acordo com os dados do IBGE, de 1977 a 1984, as culturas alimentares decresceram (em termos de disponibilidade por pessoa) a uma taxa anual de 1,94%, enquanto que as culturas de exportação cresceram a uma taxa de 2,56% ao ano (Ver Quadro). A produção de soja, por exemplo, cresceu 376% entre 1971 e 1982, enquanto que a de feijão caiu 8% no mesmo período e a produção de mandioca caiu 14%, em termos absolutos. A gravidade dessa situação pode ser avaliada se levamos em conta que a população aumentou nesse período cerca de 30%.

Segundo dados do IBGE, entre 1977 e 1984 houve uma queda de 14,3% no consumo de calorias e de quase 10% no de proteínas. Esses dados não refletem, porém, a extensão do problema, porque representam uma *média* da diminuição do consumo. Obviamente, se formos analisar como essa queda qualitativa (além de quantitativa) na alimentação repercutiu em cada extrato social, constataremos que ela



Jorge Arbach

afetou sobretudo os 33,3% da população que ganham até um salário mínimo (dados de 1980).

Do casebre para a favela.

A política dos últimos governos tem acentuado as contradições no campo. No que se refere ao crédito rural, por exemplo, a distribuição pelas regiões brasileiras é muito desigual, havendo uma nítida concentração de recursos no Sudeste e Sul. Segundo o IBGE, em 1982 a região Nordeste recebeu 14,4% do crédito rural; o Centro-Oeste, 10,3% e o Norte, apenas 2,8%, enquanto que o Sul teve acesso a 38,5% e o Sudeste, a 34%.

Comparando o valor do crédito rural recebido com o da produção de cada estabelecimento, constata-se um nítido beneficiamento dos grandes proprietários. Segundo o Censo Agropecuário de 1980, a produção dos estabelecimentos de até 10ha foi de Cr\$ 199.814 milhões, mas eles só receberam Cr\$ 16.839 milhões em forma de crédito rural. Naquele mesmo ano, as propriedades entre 1.000 e 10.000ha obtiveram uma produção pouco maior, de Cr\$ 214.358, mas para eles foi destinado um crédito quatro vezes superior, de Cr\$ 62.654 milhões.

Esse Censo mostrou, portanto, que quanto maior a propriedade, mais ajuda governamental ela recebe. Em 1980, por exemplo, os produtores com mais de 1.000ha tiveram 35,4% de sua produção financiada, enquanto os que possuíam menos de 10ha conseguiram créditos de apenas 8,44% do valor de sua produção. Nesse

mesmo sentido, o Censo Agropecuário de 1975 trouxe à tona outro dado esclarecedor: menos de 15% dos estabelecimentos rurais tiveram acesso ao crédito naquele ano. Entretanto, dessa cifra cerca de 66% eram constituídos por proprietários com áreas de lavouras maiores de 100ha, ao passo que menos de 9% dos que têm até 10ha conseguiram ter acesso ao crédito subsidiado. As mudanças decretadas recentemente pelo governo em relação ao crédito rural não devem alterar esse quadro, senão agravá-lo, segundo a opinião dos próprios agricultores.

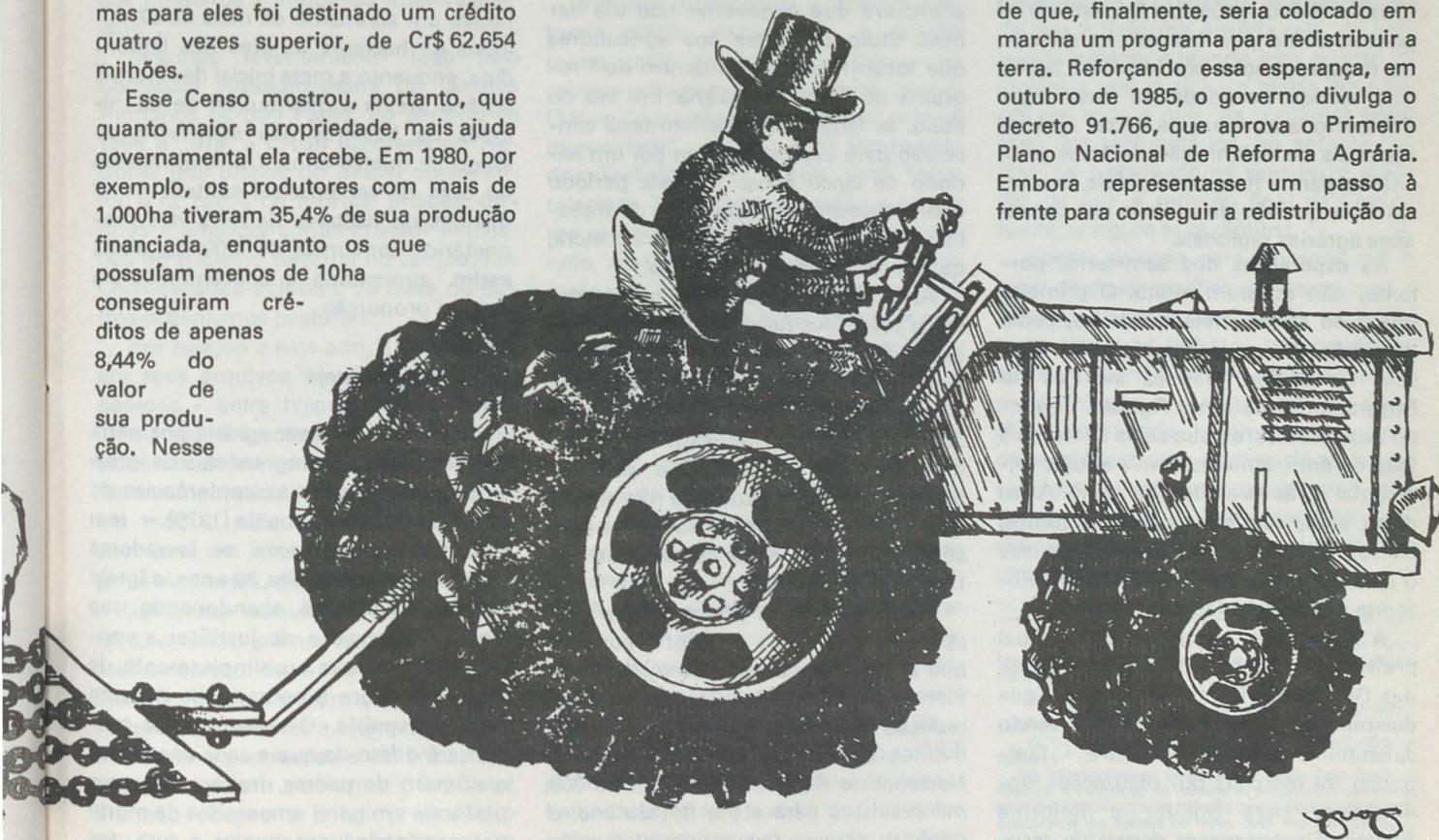
A falta de condições para trabalhar no campo e o modelo de desenvolvimento do país, que centraliza a maior parte dos recursos e investimentos nas regiões Sudeste e Sul, obrigaram um enorme contingente a abandonar suas terras em busca de melhores condições de sobrevivência. Esse movimento migratório atingiu, nas décadas de 70 e 80, 17.956 mil pessoas, provocando um inchaço que os centros urbanos não têm infra-estrutura para suportar. Para a região Nordeste, por exemplo, se dirigiram, segundo dados do IBGE, 2.293.902 pessoas, mas de lá saíram

7.789.514 emigrantes. Isso significa, portanto, que mais de cinco milhões de nordestinos deixaram suas terras na ilusão de uma vida melhor em outro lugar.

Naturalmente, por concentrar a riqueza do país, o Sudeste recebeu entre 1970 e 1980, 9.250.949 imigrantes – a maioria para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – e de lá saíram 6.360.003. O saldo foi um aumento na população desta região de quase três milhões de pessoas, que precisam de empregos, moradias com infra-estrutura de saneamento básico, escolas e comida. O destino desses imigrantes, via de regra, são as favelas da periferia de São Paulo ou as que circundam o Rio de Janeiro.

Reforma agrária: um sonho?

Com o agravamento da tensão no campo e as mobilizações organizadas pelos sem-terra tornou-se inadiável um posicionamento da Nova República diante da antiga reivindicação popular por uma Reforma Agrária. A criação do Mirad (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário), em março de 1985, despertou expectativas em todo o país de que, finalmente, seria colocado em marcha um programa para redistribuir a terra. Reforçando essa esperança, em outubro de 1985, o governo divulga o decreto 91.766, que aprova o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Embora representasse um passo à frente para conseguir a redistribuição da



EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PRODUÇÃO
CALORIAS E PROTEÍNAS POR HABITANTE

Ano	Calorias	Proteínas
1977	100,0	100,0
1978	79,3	77,0
1979	84,3	83,4
1980	94,0	94,4
1981	92,7	94,2
1982	95,9	100,5
1983	78,2	77,9
1984	85,7	90,8

FONTE: Dados de produção da FIBGE, iguais aos da tabela de nutrientes do Departamento de Nutrição da USP. Crescimento populacional de 2,5% ao ano entre 1977 e 1980, conforme resultados do Censo Demográfico e de 2,3% ao ano entre 1980 e 1984.

IBASE: Notas e Reflexões sobre a Questão Agrária / 1986.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CATEGORIAS
DISTRIBUIÇÃO DE ÁREAS - 1978

Categorias	1967	1972	1978
Minifúndio	12,6%	12,5%	8,8%
Empresa Rural	4,6%	9,7%	5,6%
Lat. por Exploração	76,4%	72,9%	77,7%
Lat. por Dimensão	6,4%	4,9%	7,8%

FONTE: Cadastro dos imóveis rurais. INCRA.

IBASE: Notas e Reflexões sobre a Questão Agrária / 1986.

terra, o Plano recua, porém, em vários pontos, como por exemplo na questão da desapropriação por interesse social, que acabou esvaziada de força legal. Por outro lado, renuncia a fixar critérios racionais de delimitação de áreas prioritárias para a Reforma Agrária, deixando essa questão ao arbítrio das comissões agrárias regionais.

As esperanças dos sem-terra, portanto, não duraram muito. O primeiro titular do Mirad, Nelson Ribeiro, pediu demissão do cargo em maio de 1986, sem ter obtido grandes avanços no Programa de Reforma Agrária. Segundo seus assessores, sua saída se deveu à falta de entrosamento com a equipe ministerial e às pressões da UDR. Além disso, ainda segundo as mesmas fontes, Nelson Ribeiro teria se queixado de que o então ministro da Agricultura, Iris Rezende, teria obstruído seus planos.

A gestão de seu sucessor, o atual prefeito de Cuiabá e autor da emenda das Diretas-Já, Dante de Oliveira - que deixou recentemente o cargo, sendo substituído por Marcos Freire - tampouco foi marcada por realizações significativas para agilizar a Reforma Agrária. Quatro meses depois de assumir o cargo, em setembro de 86, Dante

anunciava que o governo não iria dar mais título de posse aos agricultores que fossem assentados dentro do Programa de Reforma Agrária. Em vez do título, as famílias receberiam uma concessão para explorar a terra por um período de cinco anos. Se neste período não provassem ter condições de trabalhar a terra, a área voltaria para o Incra, que ali assentaria outra família.

Após anunciado com muito estardalhaço pela Nova República, a lentidão na execução do Programa de Reforma Agrária começou a levantar críticas e a inquietar até o governo. Os retrocessos no Programa fizeram com que, em fevereiro passado, o próprio presidente Sarney afirmasse não entender porque o governo só havia atingido 10% da meta de assentar, em 1986, 150 mil famílias.

Paradoxalmente, pouco tempo depois, em junho, era o próprio governo que anunciava - através do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira - uma redução em 70% da meta de assentamentos de colonos fixada pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. Dos 300 mil previstos para até o fim do ano, o ministro admitia que seriam efetivados apenas 80 mil e que os 450 mil previstos

para 1988 se reduziram para 200 mil.

Isso representa um duro revés, levando-se em conta que o Programa de Reforma Agrária previa o assentamento, até 1989, de 1,4 milhão de famílias sem terra e, a cada ano que passa, mais o governo se afasta dessa meta. De acordo com os dados do IBGE e do Incra, existem de seis a oito milhões de famílias sem terra (12 milhões, segundo a Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o que significa que mesmo se as metas do governo tivessem sido mantidas, satisfariam menos de 20% das necessidades para uma real reforma agrária. Isso foi colocado pelo diretor de Cadastro e Tributação do Incra, Luis Carlos Gomes, quando afirmou, na ocasião, que "a meta anterior do governo já era mínima para justificar o termo reforma agrária. Com esse corte, o objetivo não será mais mudar a estrutura agrária do país, mas evitar conflitos nas áreas de fronteira agrícola".

Em relação à distribuição da terra propriamente dita, o Programa também estaria longe de alterar a concentração fundiária que caracteriza o país. De acordo com o Incra, entre 1978 e 1984, houve um acréscimo de mais de 97 milhões de hectares na área dos latifúndios, enquanto a meta inicial de reforma agrária previa a distribuição de 43 milhões de hectares aos sem-terra, ao longo de quatro anos. Ou seja, mesmo no caso de ser possível subtrair os 43 milhões de hectares de terra dos proprietários com mais de 1.000ha, ainda assim, aumentaria a concentração na mesma proporção.

A posição da igreja

O apoio à reforma agrária por parte dos setores mais progressistas da igreja - fortalecidos após as conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) - tem sido fundamental para os lavradores sem terra. Nos últimos 20 anos, a igreja foi gradativamente abandonando sua tradicional posição de justificar a concentração de terra ou, simplesmente, de se omitir sobre a necessidade de uma reforma agrária. O reflexo dessa mudança é o fato de que a cada ano cresce o número de padres, freiras e agentes pastorais em geral ameaçados de morte e assassinados por apoiar a luta dos posseiros e trabalhadores rurais. Entre

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE QUANTIDADE PRODUZIDA POR HABITANTE

Ano	Culturas Merc. Interno (domésticas)	Culturas Exportação		Cana-de-Açúcar	Carnes
		I	II		
1977	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1978	86,0	88,0	101,0	105,1	97,8
1979	87,3	94,0	106,1	110,5	95,8
1980	90,8	112,8	108,9	115,6	97,9
1981	90,2	110,6	136,9	118,3	103,7
1982	96,5	104,2	98,6	137,9	106,6
1983	73,6	107,2	120,9	156,4	103,0
1984	84,9	113,3	119,0	174,8	99,1

FONTE: Dados primários da FIBGE e AGROANALYSIS e de preços da Fundação Getúlio Vargas.

NOTA: Esta tabela foi retirada do livro Prioridade Agrícola: Sucesso ou Fracasso, de Fernando Homem de Melo, pág. 14.

os casos mais rumorosos dos últimos anos, está o assassinato do padre Josimo, em maio de 1986, no Maranhão. A repercussão da sua morte chegou ao ponto de o Parlamento Europeu - órgão consultivo da Comunidade Econômica Européia - enviar, na época, carta ao presidente José Sarney na qual manifestava "indignação" pela morte do padre Josimo, exigia que a UDR "fosse punida e dissolvida" e que o "direito dos posseiros e indígenas fosse respeitado".

Segundo levantamento feito pela Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos de São Paulo, no período de 1968 a 1978, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) documentou 273 casos de mortes, prisões, torturas e ameaças contra cristãos engajados no trabalho pastoral no campo, nas Comunidades Eclesiais de Base ou outros organismos pastorais.

Em relação a este ano, a CPT dispõe em seus arquivos de uma lista de 125 pessoas - entre bispos, padres, parlamentares, dirigentes sindicais, agentes pastorais e lavradores - que estariam sendo ameaçados de morte por grileiros em todo o país. A lista foi elaborada com base em informes enviados à CPT pelos sindicatos, dioceses e pastorais.

De forma inequívoca, em julho de 1986, o então primaz do Brasil e cardeal-arcebispo de Salvador, d. Avelar Brandão Vilela, declarou que "a posição da igreja é defender a reforma agrária" e atribuiu o problema da violência "aos que não querem a reforma". D. Avelar Brandão chegou a defender o direito dos sem-terra a "possuírem armas para defender sua própria vida".

A preocupação da hierarquia da igreja com o problema da terra ficou patente também na escolha do tema da Campanha da Fraternidade da CNBB, do ano passado: "Terra dos Homens, Terra de Deus". A campanha levantou muitas críticas dos grandes proprietários rurais, que através da Farsul (Federação da Agricultura), chegaram na época a acusar a CNBB de "ter avançado o sinal".

A morte ou ameaças a agentes pastorais reflete, na verdade, o quadro muito mais amplo de violência que sempre caracterizou as lutas no campo. O livro "Assassinatos no campo: crime e impunidade", editado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, relaciona 1.200 mortos devido a conflitos de terra, entre 1964 e 1985. Um estudo desses dados mostra que o número de assassinatos aumentou de forma impressionante de ano para ano: de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), só entre 1985 e 1986 houve 400 assassinatos de lavradores, além de um sem-número de violências, como ameaças de morte, espancamentos, queima de casas, manutenção em cárcere privado, etc. No que se refere especificamente à violência contra mulheres e menores, a Coordenadoria de Conflitos Agrários do Mirad registrou 120 casos - que incluem agressões sexuais, abortos, invasão de domicílio, seguida de torturas, e a morte de 28 mulheres - entre o início de 85 e novembro de 86.

Neste ano, de janeiro a julho, a CPT já documentou o assassinato de 78 trabalhadores rurais, sendo que o maior número deles ocorreu no Pará. Este estado, aliás, tem liderado a lista de as-

sassinatos em conflitos no campo (em 1986, morreram 112 agricultores). Em maio passado, a violência provocada pela disputa de terras no Pará ganhou as manchetes de todo o país com o assassinato do advogado Paulo Fontelles, de 38 anos, ex-deputado estadual e líder do PC do B.

Apesar das constantes denúncias dos trabalhadores sem terras de que estão sendo vítimas de um verdadeiro massacre por parte das milícias rurais dos latifundiários, pouco tem sido feito em sua defesa. O problema chegou a um ponto tal que o próprio comandante da Polícia Militar do Mato Grosso, João Evangelista, admitiu, em agosto do ano passado, que 1.600 dos 3.500 soldados de sua corporação já haviam abandonado a farda para ganhar três vezes mais como pistoleiros em milícias rurais. No mês seguinte, o vice-presidente nacional da UDR, Roosevelt Roque, declarava que a formação de milícias rurais para a defesa do latifúndio era um direito dado ao cidadão pelo Código Civil, embora tenha ressaltado que a UDR não pregava recorrer a essa medida.

A instalação da Assembléia Nacional Constituinte fez renascer as expectativas de que a Reforma Agrária seja, de fato, levada adiante e reverta este quadro de violência que já alcança níveis dramáticos em todo o país. As contínuas pressões dos latifundiários, no entanto, fazem os trabalhadores sem-terra duvidar de que a redação final da Constituinte assegure seus direitos.

Apesar de tudo, para um significativo setor da classe política, e mesmo para o cidadão comum, tornam-se cada dia mais claras as nefastas consequências sociais e econômicas da manutenção da atual situação no campo. Adiar a solução do problema da terra seria, na verdade, acionar uma bomba de efeito retardado, com alto teor explosivo. A consequência seria o recrudescimento da violência no campo, que poderá ter um alto preço político.

* O artigo foi escrito utilizando basicamente dados fornecidos pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

¹ O Estatuto da Terra (Lei 4504/64), decretado após o golpe militar qualifica como latifúndio o imóvel rural que:

a) "excede a dimensão máxima desta lei (600 módulos fiscais) e

b) não excedendo este limite e tendo área igual ou superior a dimensão do módulo de propriedade rural seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas ou sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural."

A fita que o Brasil faz

De 15 a 23 de agosto, o cinema agita o Rio, na mostra mais ampla da produção nacional, sob as luzes do Sol de Ouro e o calor dos debates sobre as questões dessa importante indústria

O III Rio Cine Festival movimentará a capital fluminense neste mês de agosto, com a apresentação de cerca de 200 obras cinematográficas nacionais, aprofundando suas características de envolver o público na premiação da mostra competitiva (definida pelo voto direto da platéia) e de mobilizar o setor cinematográfico no debate dos problemas que cercam essa atividade industrial.

"Esta terceira edição do Rio Cine Festival consolida seus objetivos de estímulo à produção nacional de todos os tipos, com a participação direta de todas as entidades profissionais do setor - afirma a cineasta Rita Benchimol, que representa o Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica na organização do evento, que tem a cobertura da Riotur. Além de exibir todas as obras inscritas, este festival carioca já tem a marca de lançador de filmes, abrir mercados e de ser um espaço de troca da cinematografia nacional e não um momento de confrontos e disputas."

Segundo Rita, o espírito do festival fica bem expresso pelo espaço que é também assegurado às produções de média e curta-metragem, ao filme de animação e infantil e ao cuidado em destacar as obras produzidas fora do eixo Rio-São Paulo e as dirigidas por mulheres, assuntos de mostras paralelas, que se espalharão por diversos pontos da cidade e arredores, como Palácio da Cultura, Planetário, Cine Estação Botafogo, Casa de Rui Barbosa, Sesc da Tijuca, Praça da Apoteose, Casa de Cultura Laura Alvim, Cine-Art da UFF, em Niterói, Teatro Artur Azevedo, em Campo Grande, Cineclube Jean Renoir, no Méier, e o Cine Verde, em Nova Iguaçu.

Os cines Ricamar, Palácio e o Verde concentrarão a mostra competitiva, que reunirá 6 filmes longos, 10 médios e outros 10 curtos.



O cinema brasileiro vai discutir-se como indústria. (Foto: cena de "Os 13 Pontos")

Questão industrial

Ao lado destas características do Rio Cine Festival, Rita Benchimol destaca a importância dos debates que se travam sobre aspectos fundamentais da indústria brasileira do cinema.

"Durante o festival, um seminário especial enfocará as questões de nossa indústria cinematográfica - acentua Rita - entre elas algumas de largo alcance, como o atual modelo de produção no setor, que torna heróica qualquer realização de filme no Brasil. A idéia de Pólos de Cinema deverá ser discutida com intensidade, principalmente porque deverá ser implantado um destes aqui no Rio, provocando uma aglutinação de empresas, estúdios e recursos na Barra

da Tijuca, o que se espera venha a facilitar o fazer cinema."

Se fazer é um drama, exibir é uma tragédia, na opinião da representante do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica. Ela destaca a existência de um sistema que privilegia a produção estrangeira, particularmente a norte-americana, em detrimento da nacional, começando pela divulgação das obras, inexistente ou muito deficiente na imensa maioria dos casos de filmes brasileiros, que, mal lançados, acabam com a carreira prejudicada. Além disso, segundo nota ela, um filme estrangeiro sempre consegue ficar mais tempo em cartaz, mesmo que não apresente desempenho melhor que a obra nacional.

P.M.



O "Fundo de Quintal" deu novo clima ao pagode, com o banjo e o tantã

PAGODE

O tantã soltou o samba e foi um sucesso o casamento do banjo com o cavaquinho.

Pelos ares, o som da terra contra a imposição de fora

Rodolfo de Bonis

A festa já é antiga. O cenário também, assim como os personagens: diversas mesas justapostas formando uma grande, tira-gostos regados a cerveja, conversa pouca e muita música. O cardápio musical é extenso, desde o saudoso Noel a Martinho da Vila, de Dona Ivone Lara ao hoje não menos ilustre Zeca Pagodinho.

O certo é que, nos anos 60, essas reuniões nos quintais das casas de sambistas já eram uma realidade. Na época, chamavam esses encontros musicais de "rodas de samba", mas na linguagem popular, do morro, era pagode mesmo.

Passados 20 anos, as gravadoras descobriram que a fórmula dava certo e resolveram investir nos sambas de "fundo de quintal". As barreiras foram sendo transpostas de uma maneira rápida: até 1983, as rádios FM não abriam

espaço algum para os sambistas. Com a explosão do pagode, o quadro mudou.

Marcada por muitas sutilezas, a história do pagode aparece, para os sambistas, como mais uma etapa de resistência na luta pela independência cultural. Nei Lopes (um advogado que trocou os tribunais pelas mesas de pagode), compositor consagrado de diversas músicas interpretadas por Clara Nunes, Beth Carvalho, Grupo Fundo de Quintal, vai mais longe e afirma que o pagode é um movimento de guerrilha contra o grande inimigo internacional, o *rock*.

Para se entender como o pagode conseguiu atingir o pico do sucesso, é preciso ir quase às origens do próprio samba. Algumas modificações tiveram que ser feitas, algumas não percebidas pelo grande público. Inclusive, a troca de algumas "armas" por outras mais fáceis de carregar, na batalha pelas primeiras colocações das paradas de su-

cesso, a primeira etapa da guerrilha particular do pagode.

"Já num texto que escrevi em 1984 - diz Nei -, intitulado 'Pagode, o samba guerrilheiro do Rio', incluído no livro 'Notas musicais cariocas', publicado ano passado pela Editora Vozes, registrava o pagode na sua forma moderna: 'num fundo de quintal, ao redor de uma grande mesa e sem auxílio de microfone. Os pagodeiros - ao som do banjo, cavaquinho, tantã, pandeiro, repique e outros instrumentos - vão desfiando, entre brahmas e brumas, os seus pagodes'. A introdução do banjo e a reintrodução do tantã modificaram completamente a estrutura musical dos pagodes."

Foi na quadra de ensaios do Bloco Carnavalesco Cacique de Ramos, localizada no subúrbio carioca de Olaria, que essas mudanças se deram. Um grupo de sambistas resolveu se unir e formar

um conjunto, que acabou simbolizando a própria filosofia do pagode carioca, o Fundo de Quintal. Segundo Nei, "à medida que as pessoas lá do Cacique resolveram sair para tocar em outros lugares, decidiram adotar instrumentos mais portáteis. O tantã caiu como uma luva. O casamento do banjo com o cavaquinho também foi o maior sucesso".

A dureza de abrir espaço

"No início, o descaso dos meios de comunicação e da indústria fonográfica para com o samba era enorme. Para conseguir ver seus discos tocados nas rádios, o sambista precisava fazer uma verdadeira maratona pelas emissoras, pedindo quase que um favor, para que os disc-jóqueis colocassem suas músicas na programação. De vez em quando dava certo. Isso, quando conseguia gravar suas músicas. As portas das gravadoras, há poucos anos atrás, estavam literalmente fechadas para os sambistas. Agora não, o pagode está em alta e as transnacionais estão fazendo justamente o contrário: tentam esvaziar, o máximo possível, o movimento dos sambistas", diz Nei.

Ele denuncia que a mentalidade das rádios FM é condicionada a não admitir em suas programações os valores musicais verdadeiramente brasileiros, isso para atender ao suposto gosto do chamado "público jovem". "Esse público-alvo não é tão homogêneo quanto eles imaginam. Pesquisas já revelaram que, nos grandes centros, os brasileiros de 15 a 25 anos, por exemplo, apresentam uma diversidade muito grande de comportamento, aspirações, predileções e hábitos, não se podendo em absoluto falar de um 'público jovem' e, sim, de vários departamentos dentro da juventude brasileira. O pagode colocou por água abaixo essa idéia de homogeneidade".

Alerta contra a alienação

"O pagode não é modismo, não. Estão tentando transformá-lo num modismo. Isso, porque a característica da sociedade de consumo é justamente esta: pegar todos os movimentos guerrilheiros de resistência e transformar num produto, num comércio. Basta ver o que foi feito do movimento hippie dos anos 60 e das iniciativas de defesa da ecologia hoje. A sociedade de consumo de massa pega e transforma tudo em

algo vendável. Com o pagode, foi a mesma coisa. Gente que não tinha nada a ver com o samba tentou realizar essa alquimia, mas não conseguiu. Por quê? Porque o perigo foi justamente neutralizado pelo caráter guerrilheiro desses movimentos. Quando eles pensam que nos entregamos, ressurgimos."

Do outro lado da moeda, o rock brasileiro. Na opinião de Nei Lopes, o an-

tagonismo entre o pagode e o rock é claro e indiscutível. E vai mais longe nas críticas: "A maioria das pessoas que fazem rock no Brasil são profundamente alienadas. Quando não são, estão a serviço de outros interesses. No mesmo barco, podemos incluir alguns críticos musicais que utilizam espaços da grande imprensa para fazer apologia da alienação".

Ricardo Funari



Nei Lopes, sentado, pagodeando com Luís Carlos da Vila: música de resistência cultural

Hermano Vianna

"O rock não é tão alienado"

Antônio Marques

Enquanto o pagodeiro Nei Lopes considera inevitável o choque entre o pagode e o rock brasileiro, o crítico musical Hermano Vianna, irmão de um dos maiores roqueiros do Brasil, o líder do conjunto Paralamas do Sucesso, Herbert Vianna, opina que essa briga simplesmente não existe.

"Em primeiro lugar - diz Hermano -, eu não sei se o rock brasileiro ocupou o espaço que existia para o samba. O rock conquistou um mercado, formado por adolescentes da classe média. Esse público, no início dos anos 80, quando o rock começou a ascender, não escutava músicas produzidas por brasileiros. Ouvia, sim, grupos estrangeiros. As rádios FM tocavam apenas músicas estrangeiras. Uma ou outra brasileira. Então, o lugar do samba estava, na verdade, vago."



Hermano Vianna

A vida na rua

Prostitutas brasileiras decidem lutar pelo reconhecimento profissional

Nereida Daudt

Sem acreditar na recuperação, mas encarando a prostituição como profissão, cerca de 40 mulheres, pertencentes ao baixo comércio de cidades pequenas e diversas capitais, participaram do 1º Encontro Nacional de Prostitutas, durante quatro dias, no Rio de Janeiro. Os temas que centralizaram as conversas foram a violência policial e a legalização da profissão.

Gabriela Silva Leite, prostituta durante oito anos e ex-aluna de sociologia da Universidade de S. Paulo (USP), foi mentora e coordenadora principal do evento. "Vivo sempre com utopias. Este encontro foi fruto de um sonho meu, que agora se tornou coletivo. Todas as prostitutas, que vieram à reunião, voltam para suas 'zonas' com a idéia de formar associações estaduais".

Exploração

A formação de associações estaduais de prostitutas, com a centralização das informações no Rio de Janeiro, foi a primeira resolução do Encontro. Para viabilizar a idéia, decidiram criar em cada estado uma "caixinha", que servirá para implantar a entidade e também de garantia, em casos de doença, além de auxílio na formação de creches. Ainda a nível estadual, com apoio jurídico, pretendem mandar teses às assembleias legislativas, na intenção de mudar o artigo do Código Penal que as enquadra como "vadias", quando presas pela polícia.

Em relação à violência policial, o Encontro produziu um documento com todas as denúncias de agressões relatadas pelas participantes. Esse relatório será mandado para entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e à Comissão Nacional de Direitos Humanos.

Entre os relatos, a serem divulgados dentro de um mês, certamente vai estar este de Maria José, prostituta em Juazeiro, Bahia: "A zona em Juazeiro é pobre, mas tão pobre que nem sei dizer o quanto ela é pobre. Nas casas, que têm uma sala e um quatinho, moram de três a quatro mulheres. Naquele amanhecer, depois de beberem a noite toda, o cara bastante tomado, começou naquela de mão boba, querendo que ela fosse para o quarto com ele. As outras três que moravam na casa foram detidas pelos outros dois policiais, companheiros dele. Como ela não quis ir para cama, aconteceu o crime. Primeiro, ele quebrou os dedos da mão dela e depois deu um tiro, bem aqui", explicou Maria José, colocando dois dedos na frente esquerda. "Para completar, ele deixou atirada, em cima da barriga destapada pela blusa rasgada, uma nota de dez cruzados".

Maria José tem 28 anos e pensa em largar a profissão, mas não sabe quando, porque "não existe emprego e, se eu roubar, vou presa. Então essa é uma safada de eu não roubar, que é crime".

Outra vítima da violência policial foi



As prostitutas querem a realidade aceita

Iracema, de 24 anos. Ela contou que, em julho de 1986, no município de Mangaratiba, estado do Rio de Janeiro, foi detida em um restaurante, junto com mais 20 mulheres, que estavam naquela cidade por causa de um navio estrangeiro. "O delegado libertou as mulheres de três em três, até que sobraram quatro. Eu era uma delas. Fomos estupradas e roubaram os dólares que já havíamos conseguido. Gritei que ia denunciá-los, e, por isso, fui colocada no pau-de-arara, onde me queimaram com cigarro e me deram dois chutes no útero. Hoje não posso ter filhos", lamentou, dizendo que nenhuma prostituta vê solução para a violência policial, pois "sempre vai haver polícia e sempre vai existir ignorância".

Pela lei vigente, a polícia pode sempre prendê-las pelo espaço de 24 horas. Tempo suficiente para serem estupradas, roubadas e torturadas. Quando saem da prisão, não têm onde reclamar, pois será a palavra de uma prostituta contra a de uma autoridade, que estará, ainda por cima, respaldada em uma lei, cuja finalidade implícita é a de discriminar a prostituição.

Cidadania

O relatório a ser divulgado conta com inúmeros casos de assassinatos de mulheres, jovens e crianças. Embora a prostituta sofra violências de vários tipos, que vão desde a rejeição da família, a falta de assistência social, até a brutalidade de gigolôs, é da polícia que elas se queixam mais. Por isso, a formação de associações e até mesmo sindicatos, que possam garantir seus direitos de cidadãs, é tido pela categoria como um meio que poderia pôr fim ao estado de vulnerabilidade à violência em que se encontra a maioria das "mulheres da vida", nos dias de hoje.

Todas as participantes do Encontro reivindicaram o reconhecimento da profissão e consideraram que a carteira de autônoma seria um passo, rumo à legalização. Elas também chegaram à conclusão de que o atendimento médico é uma de suas principais necessidades. Por isso, uma comissão do Rio de Janeiro pretende ir a Brasília, em busca de contatos com os ministérios da Saúde e da Previdência.

A falta do ensino básico foi outra das reivindicações feitas durante o 1º Encontro.

Segundo o economista e educador Marcos Arruda, que prestou apoio ao evento, já existe na quadra de ensaios da Escola de Samba do Estácio, no Rio de Janeiro, um projeto de alfabetização para os filhos das prostitutas. Arruda, que trabalha para o Ilesa (Instituto de Estudos Avançados em Educação) da Fundação Getúlio Vargas, considerou importante que as próprias prostitutas tenham sentido a necessidade de ensino básico.

Na opinião dele, um plano de alfabetização dessas mulheres ditas "da vida" não pode terminar em si próprio, mas deve abrir opções em outros campos, que possam despertar o interesse delas. O educador considerou o Encontro humanamente rico, pois "as mulheres falaram abertamente, entre si, sobre vivências dolorosas, violências policiais, se sentiram irmanadas. A aura da reunião, a parte espiritual, teve, talvez, mais peso do que qualquer resolução concreta". Ressaltou, no entanto, a impor-

tância do espaço conquistado, das repercussões e intercâmbios benéficos que este 1º Encontro Nacional de Prostitutas obteve.

Aids

Como o encontro só reuniu mulheres do baixo meretrício, onde um "programa" oscila entre 100 e 150 cruzados, foi questionado o custo dos preservativos contra a Aids, pois uma caixa com três camisas-de-vênus, custa 50 cruzados, ou seja, muitas vezes metade do dinheiro ganho. As zonas do baixo meretrício, geralmente, são frequentadas por homens de salário mínimo, que, em cada ida a esses locais, fazem um gasto superior ao que recebem por uma dia de trabalho.

Para a coordenadora Gabriela, a Aids vem sendo usada como mais uma forma de discriminação da prostituição. Ela enfatizou que não são as prostitutas que

não levam a sério a doença, mas o governo, "porque, enquanto gastam um dinheiro imenso em propagandas pela televisão, não se aplica quase nada na pesquisa científica do vírus". Ela destacou o fato do teste para detectar a Aids ser importado, o que impede o acesso de muitas pessoas a ele.

Gabriela arrematou que num país com o sistema de saúde falido, onde as prostitutas são vítimas de doenças venéreas graves, sem contarem com qualquer tipo de assistência, e sofrendo, inclusive, as doenças características da pobreza, como a tuberculose, "é bem provável que o Estado esteja se utilizando da Aids, mais por uma questão de repressão moral do que de preocupação social".

As prostitutas, que discutiram a saúde, não gostaram de se verem incluídas pelo governo nos grupos de risco. Observaram que as estatísticas da doença no país têm crescido graças à classe média que elas não integram.

De acordo com Gabriela, existe hoje uma tendência moralista, que prega o confinamento das prostitutas nas periferias, "para que fiquem escondidas e a sociedade possa fazer de conta que não existem". Ainda criticando a hipocrisia vigente, ironizou: "Dividem as pessoas, conforme a parte do corpo que elas usam no trabalho. Quem utiliza a parte acima da cintura é trabalhador e honesto, mas quem usa a parte de baixo é vadio e sem-vergonha".

Em São Paulo

Uma prova recente desta onda moralista ocorreu na chamada "Boca do Lixo", local tradicional da prostituição no centro da capital paulista. O presidente da Associação dos Investigadores de Polícia do Estado, delegado Teles de Menezes, argumentando que atualmente na "Boca" moram famílias, cujo estilo de vida contrasta com o das prostitutas, estas teriam que ser deslocadas para um terreno do Estado, situado na periferia da cidade.

Uma coisa é certa: as prostitutas preferem permanecer nos mesmos lugares que sempre ocuparam. Por isso, em relação ao movimento liderado pelo delegado Teles, durante o Encontro, escreveram ao governador de São Paulo, Orestes Quéricia, denunciando a discriminação.

Admitir a realidade

Gabriela Leite Silva rebate sempre a análise que coloca a prostituta como vítima do sistema capitalista. Contesta, mais ainda, a postura conservadora, que enquadra a mulher como vadia. Para ela, a esquerda propagandeia uma sociedade futura, onde o trabalho da mulher será equiparado ao do homem, mas esquece das prostitutas. "A maioria, por exemplo, é analfabeta e, no máximo, está capacitada para o trabalho como doméstica", diz ela.

Gabriela acusa de "fuga" a atitude de quem fala em integração social da prostituta. Ela se incomoda com as tentativas de recuperação, porque nunca levam em conta a opção de vida feita por essas mulheres.

Segundo ela, a sociedade tem que reconhecer a existência da prostituta, como tal. "É uma categoria de trabalhador, como qualquer outra. O trabalho é real, ela existe de fato, mesmo que uma boa parcela da sociedade apenas se utilize delas, sem admitir a sua cidadania".



Quem não tem vez precisa readquirir a voz

Gabriela destaca ainda que, como todo trabalhador, a prostituta também precisa de assistência jurídica, e tem direito à organização, à assistência médica e aposentadoria, principalmente porque não recebem oportunidade alguma de trabalho e são discriminadas, tanto pelo que fazem como pela falta de preparo profissional decorrente do nível de pobreza de onde provêm.

O 1º Encontro Nacional de Prostitutas foi um marco político, porque pela primeira vez as mulheres se encontraram por iniciativa própria, sem apoio de nenhuma instituição. Mesmo sem vez na sociedade, ganharam voz durante os quatro dias de duração do Encontro.

O drama de ser pequeno

Estrangulados pelos juros, os pequenos empresários continuam a denunciar a crise no setor

Randolpho de Souza

Ao longo do primeiro semestre de 1987 cerca de 300 mil pequenas, médias e microempresas enfrentaram problemas financeiros, que as levaram a tornar o pedido de falência uma verdadeira epidemia econômica. Esse comportamento foi o saldo do Plano Cruzado que, a exemplo dos demais programas de ajuste econômico, serviu para beneficiar o sistema financeiro, em detrimento do setor produtivo.

No estado do Rio de Janeiro, o tratamento econômico unilateral sempre foi denunciado pela Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme), posição que acabou motivando os pequenos empresários a promoverem manifestações públicas de protesto por todo o território nacional.

A partir do momento em que os bancos passaram a executar espoliativas taxas de juros, que subiram de 2,9% (após a decretação do Plano Cruzado) para mais de 30% mensais ao longo do segundo semestre de 1986, e da consequente crise que atinge diretamente as micro, pequenas e médias empresas, o Núcleo de Assistência Jurídica da Flupeme desenvolveu intenso trabalho junto aos seus associados, para esclarecimentos sobre a situação. A instituição vem mostrando formas para enfrentar as taxas exorbitantes dos bancos e, conseqüentemente, evitar o aumento dos passivos e exigíveis a curto prazo das empresas credoras, ao mesmo tempo em que impetra medidas judiciais cabíveis para amenizar o que os empresários de menor porte definem como sofrimento e as perseguições econômicas.



Benito Paret, ao receber a presidência de Guarino (E), criticou ação dos bancos

O então presidente da Flupeme, Antônio Guarino, representando os interesses dos seus associados, fez uma interpelação ao Banco Central na Justiça Federal, para que passe a exigir do sistema bancário informações detalhadas da composição das taxas de juros. A interpelação judicial baseia-se nos acontecimentos a partir da edição do Plano de Estabilização Econômica (Cruzado), em fevereiro de 1986, com as notórias modificações que culminaram com o pacote de ajuste de junho, denominado Plano Bresser. Argumenta que as empresas vêm sofrendo, com pesados embargos, toda sorte de pressões pela rede bancária, culminando com um quadro que define como de uma recessão sem precedentes no país.

Para Guarino, à classe empresarial — em especial as micro, pequenas e médias empresas, duramente atingidas

pelos bancos —, não resta mais que a via judicial para alcançar seus objetivos, "num derradeiro esforço para encontrar a salda para um problema que não ajudaram a criar, mas sim por atenderem a um apelo das autoridades legitimamente constituídas, a começar pelo próprio presidente da República".

Ele argumenta que a principal ilegalidade da presente crise institucional está no comportamento do próprio Banco Central, "que não desempenha seu papel explicitamente como autoridade capaz de frear a voracidade das instituições financeiras e reprimir o abuso do poder econômico". Na sua opinião, o Banco Central, além de não fazer prevalecer a sua autoridade, não determina mecanismos capazes de disciplinar o mercado financeiro. "Essa inércia é a principal responsável pela chamada desobediência civil, e a recessão econômi-

ca, com a quebra de inúmeras empresas de todos os setores, é inevitavelmente o resultado de toda essa irresponsabilidade”.

No estado do Rio de Janeiro essa situação atingiu diretamente as empresas, pelo número de falências e concordatas requeridas, conforme pesquisa feita pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - Ceag-Rio.

Relacionamento com os bancos

Segundo a pesquisa da Flupeme, a recessão das pequenas e médias empresas gera desemprego no Rio de Janeiro da ordem de 5%.

Realizada entre os dias 12 e 20 de março de 1987 junto a 350 PMEs fluminenses, ela foi dividida em duas amostras: uma, abrangendo apenas o setor de confecções, no total de 50 empresas; e outra, junto a 300 empresas atuantes nos setores de plástico, papel, embalagens, metalurgia, mobiliário, eletromecânica, eletroeletrônica, vidros, química, material médico-hospitalar e construção civil. Foram investigados quatro tópicos: relacionamento com os bancos, fatura-

Concordatas Requeridas No Rio de Janeiro			
MÊS	1985	1986	1987
Janeiro	1	1	2
Fevereiro	2	0	3
Março	1	0	16
Abril	5	0	17
Maio	0	0	34
Junho	2	0	100
Julho	1	0	
Agosto	1	0	
Setembro	1	0	
Outubro	0	0	
Novembro	0	0	
Dezembro	0	1	
TOTAL	14	2	172

Fonte: Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Rio de Janeiro - Ceag-RIO

mento, situação de emprego e perspectivas com relação ao futuro.

Na questão sobre relacionamento com os bancos, a pesquisa apurou que, enquanto a taxa média de juros no setor bancário era de 18,3%, nas operações

creditícias para empresas da área de confecções ela se elevou para 21,8%, quando no início de janeiro se situava em 16,7%.

A grande reclamação das empresas pesquisadas se concentrou na exigência da reciprocidade, exigência descabida dos bancos para conceder crédito, que incluem a realização das mais diferentes formas de seguro, manutenção de saldo médio da conta da empresa tomadora de empréstimo, reaplicação de parte do próprio empréstimo em títulos financeiros ou ações do banco prestador etc. Essa exigência foi imposta a 62% das empresas pesquisadas, sendo que no setor de confecções ela se elevou para 83%.

Os bancos continuam progressivamente reduzindo o fornecimento de crédito, sob o argumento que passaram a ser mais seletivos diante da expectativa de agravamento da inadimplência, ou seja, de atraso nos pagamentos. A dificuldade de obtenção de recursos nos bancos, em janeiro, atingia a 56% das empresas. Agora, ela atinge a 73%, sendo que 88% das ligadas ao setor de confecções se declararam atingidas. ●

A cima da linha d'água, em todos os cantos do Brasil e em muitos pontos do mundo, a Petrobrás está presente. Isto você vê pelos grandes navios construídos no país, levando o nome e os produtos do Brasil moderno e industrializado. Você vê e sente

P ara chegar ao nível que você possa ver, a Petrobrás vai ao fundo do mar e descobre petróleo em águas de mais de 1.000 metros de profundidade. Conquista que outras partes do mundo ainda não viram. Vai a outros países e tam-

a qualidade de atendimento dos milhares de postos Petrobrás, garantindo combustível às regiões mais distantes do país. Você vê, e a

A Petrobrás que você vê.



A Petrobrás que você não vê.

bém descobre petróleo. E do petróleo faz fertilizantes para ajudar nossa agricultura. Aumenta a produção de gás natural, para substituir o óleo combustível

economia brasileira agradece, os campos de petróleo, no mar e na terra, aumentando nossa produção, de 187 mil, em 1980, para os

utilizado pela indústria. Mais do que isso: presente em vários continentes, a Petrobrás ajuda as empresas nacionais a exportar seus produtos. Foram 34

atuais 600 mil barris por dia. Refinarias e conjuntos petroquímicos garantindo produtos para o mercado interno e para exportação. O que você vê são 34 anos de trabalho da Petrobrás, o que significa autonomia energética e avanço tecnológico.

anos que passaram tão rápido que você nem viu que a sua Petrobrás é hoje uma das maiores empresas de petróleo do mundo. Com tecnologia brasileira.



PETROBRÁS

Do poço ao posto, o motivo é você.

O que diz a Bíblia

Dominada por ampla maioria conservadora, a bancada de evangélicos faz uma interpretação bíblica que seus membros progressistas contestam

Clóvis Sena

Indagações ainda cercam o desempenho do grupo que é considerado a terceira maior bancada da Constituinte: os deputados e senadores de confissão evangélica, que são 33 e têm feito opções, até agora, majoritariamente conservadoras, contrariando as expectativas dos que acreditavam que a leitura mais atual do Evangelho — como a que tem caracterizado a igreja católica — empurraria essa importante parcela parlamentar a compor a ala mais progressista dos congressistas.

Os desentendimentos não têm sido raros entre eles, quando das discussões dos temas mais polêmicos, e já uma vez o pedetista fluminense Lysâneas Maciel chegou próximo ao confronto físico com seu correligionário gaúcho João de Deus Antunes. Segundo o conservador Daso Coimbra, os evangélicos ainda mostrarão que não são tão conservadores, enquanto o progressista Lysâneas lamenta que se faça uma leitura atrasada do texto bíblico.

Na comunicação

Um detalhe importante da ação dos evangélicos é sua penetração no setor da comunicação do país, através da concessão de rádios e até estações de televisão, o que lhes permite ampla penetração nas camadas sociais mais carentes, o que lhes dá força política apreciável, em algumas regiões.

Durante o regime militar, à medida que a igreja católica optou por despertar e organizar as populações pobres para a consecução de seus direitos, entrando em não poucos conflitos com o governo, este desenvolveu a cooptação de setores protestantes. No último período militar, por exemplo, o grupo evangélico Renencontro, do pastor Nelson Fanini e de Arolde de Oliveira, recebeu a con-

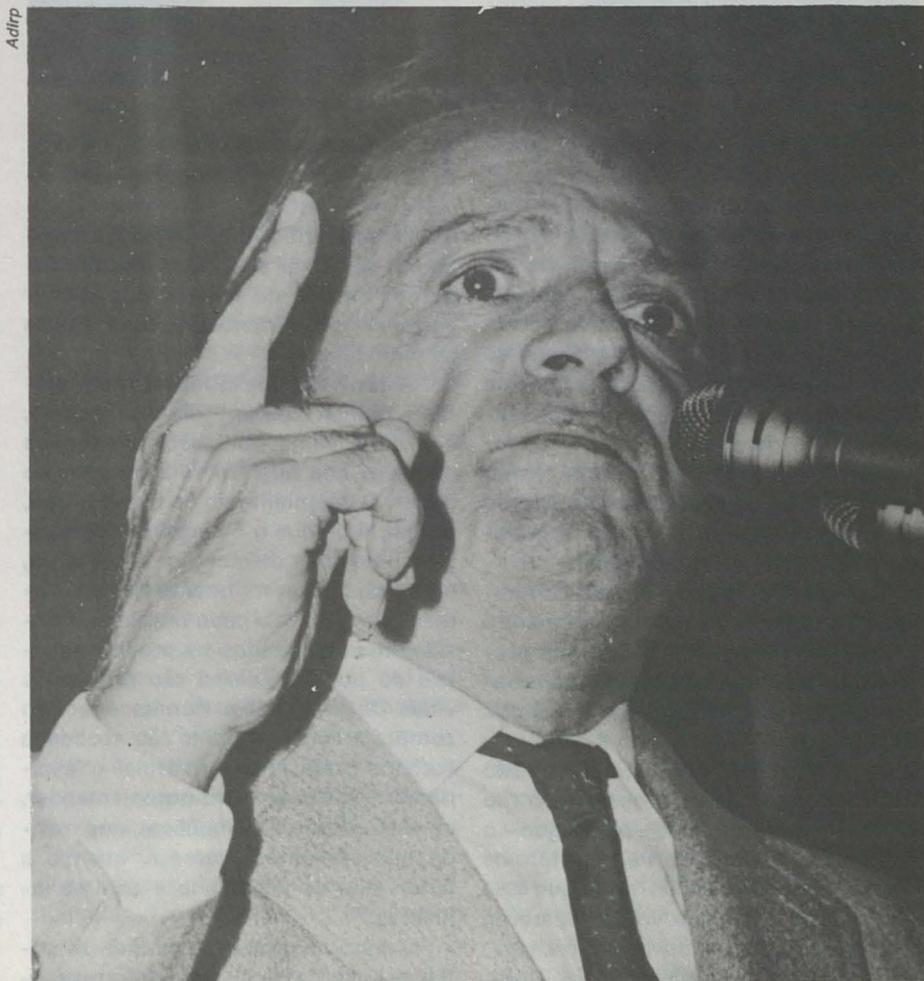
cessão do canal 13 do Rio de Janeiro, que será a TV Ebenezer, com o nome fantasia de TV Rio. O presidente João Figueiredo pôde, em contrapartida, ter uma mensagem estampada em 25 milhões de bíblias editadas pelo grupo.

Na Constituinte, o deputado Arolde de Oliveira tem-se notabilizado pela defesa dos interesses das empresas multinacionais e do sistema de comunicação Globo, de Roberto Marinho, posicionando-se, ao mesmo tempo, contra a reserva de mercado para a informática. Calcula-se que, dos 33 evangélicos, cer-

ca de 25 votarão contra o Conselho Nacional de Telecomunicações, que, entre outras atribuições, examinará as concessões de canais de rádio e televisão, dificultando privilégios e favorecimentos.

Na educação

A mesma predominância de uma visão conservadora transparece no tratamento de questões como os direitos femininos e a educação. O goiano Antônio de Jesus expressa uma opinião



Lysâneas: "Os problemas do povo são questões vitais do Evangelho"



Daso Coimbra: "O Evangelho é conservador em questões de moral e ética"

majoritária entre os evangélicos, quando presume que há "dedo do demo" nas lutas pelos direitos da mulher, enquanto o paranaense Matheus Iansen mostra-se contrário à aplicação do dinheiro público em escolas públicas. Embora minoritário, o capixaba Néelson Aguiar discorda de Matheus e alinha-se com o lado progressista, que quer na Constituição a indicação de meios efetivos para a garantia do direito fundamental à educação, ao mesmo tempo em que considera os Cieps do Rio de Janeiro um modelo de escola que deveria ser adotado em todo o país.

Conservador e famoso pela admiração que nutre pelo regime ditatorial do Chile, o fluminense Daso Coimbra procura, no entanto, explicar o comportamento da maioria evangélica até agora. Segundo ele, "o Evangelho é conservador, em questões de moral e ética, e isto explica o voto dado em questões como família e educação. Mas - prossegue - o Evangelho é progressista, em termos econômicos e sociais, de modo que essa faceta mais avançada vai transparecer, quando os debates do plenário chegarem aos temas de ordem social e econômica".

Progressista e algo cético numa virada de posição da maioria de seus irmãos de doutrina, o fluminense Lysâneas Maciel critica a tendência da maioria em se deixar anestesiado pelo fisiologismo, através do recebimento de favores, cargos e interesses, como canais de radiodifusão.

"A confusão que se faz na interpretação e prática bíblicas - diz Lysâneas - é, em geral, uma confusão interesseira daqueles que querem se aproximar do poder. O entendimento do nosso grupo, porém, é de que o Evangelho nos obriga a uma linha de atuação de presença, e não de alienação, quanto aos problemas que afligem o povo brasileiro. Consideramos que todos os problemas vitais do povo brasileiro são problemas vitais do Evangelho. Por isso, ter um comportamento distante da realidade social, a pretexto de privilegiar o 'espiritual' não é seguir, no nosso entender, os ensinamentos evangélicos, que manda que tenhamos presença, quando a autoridade se desmanda e comete injustiças."

Segundo Lysâneas, confunde-se poder e autoridade, a partir de um versículo bíblico que diz que toda a autori-

dade deve ser respeitada, por provir de Deus.

"Esquecem, no entanto, de um detalhe da frase, que diz que se trata de autoridade que veio para fazer o bem. Se esse complemento não for interpretado no conjunto - exemplifica o deputado fluminense - estariam justificados governantes como Hitler, Mussolini, Stalin, Átila, Nero e todos aqueles que, no poder, abusaram do povo e cometeram injustiças. A legítima interpretação teológica é a que reconhece a voz profética, e a voz dos profetas foi sempre de denúncia dos abusos da autoridade. Está na Bíblia: Jeremias questionava governadores, Natan denunciou o rei Davi, e todos os outros incriminaram as autoridades que cometiam injustiças e oprimiam o povo."

No sudeste

A bancada evangélica na Constituinte tem quase metade de seus integrantes oriundos da região sudeste - a mais populosa e desenvolvida, e onde detêm numerosas estações de rádio - e, em proporção semelhante, pertence ao PMDB. Por região do país, a distribuição é a seguinte: sudeste, 45,4%; nordeste, 21,2%; norte, 15,1%; sul, 9,0%; centro-oeste, 9,0%. Por partidos, os dados são estes: PMDB, 16 integrantes (48,4%); PFL, 10 integrantes (30,3%); PDT, 4 integrantes (12,1%); PDC, PTB e PT, um integrante por partido (3,0%). Os dois partidos dominantes na Constituinte, portanto, detêm igualmente a maioria no bloco protestante, com 26 membros (78,7%). Por estados, o Rio de Janeiro destaca-se, com sete, seguido por São Paulo, Minas Gerais e Bahia - três, cada um - enquanto Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Amazonas elegeram, cada qual, dois. Um único representante evangélico é o que têm Rondônia, Acre, Pará, Ceará, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Sem representação evangélica ficaram Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Mato Grosso.

Os crentes da Assembléia de Deus são 13 (39,3%), seguidos por oito batistas (24,2%), cinco presbiterianos (15,1%), dois seguidores do Evangelho Quadrangular (6,0%), um congregacional, um universalista, um cristão, um adventista e um integrante da igreja de Cristo.

O compromisso social

Bispos e leigos debatem a questão dos direitos humanos na transformação da realidade latino-americana

Alejandro Tumayán

Durante uma semana, bispos, padres, religiosos protestantes, camponeses, operários e índios, representando 23 países, realizaram o VII Encontro Internacional Cristão de Solidariedade "Dom Oscar Romero", na cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense. Os 300 participantes dedicaram-se ao debate e à troca de experiências sobre a realidade latino-americana e os compromissos dos cristãos com o estabelecimento de uma ordem social justa no continente. A denominação do Encontro recorda o arcebispo de El Salvador, assassinado pelas brigadas de direita.

O Encontro foi realizado sob a coordenação do Movimento de Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina, CDHAL, dirigido pelo bispo de Duque de Caxias, d. Mauro Morelli, e como iniciativa do Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade com a América Latina "Dom Oscar Romero", presidido por d. Sérgio Mendes Arceo, bispo emérito de Cuernavaca, México.

O evento - cujo tema principal para as discussões foi "A solidariedade nas práticas de libertação na América Latina" - teve como objetivos dinamizar a solidariedade latino-americana, aprofundar o conhecimento sobre os esforços de integração entre os povos e nações da América Latina, em favor da libertação, e lutar para que todo esse processo contenha a dimensão da solidariedade cristã, refletindo-se, deste modo, sobre as práticas de libertação. Outra meta, a nível da Igreja dos Pobres, foi a de estreitar os vínculos entre as instâncias eclesiais na América Latina e tornar conhecidas as realidades dos indígenas do continente.

O encontro teve vários painéis sobre esses objetivos, onde se evidenciou a preocupação com o destino da região latino-americana, discutindo temas como a política norte-americana na Amé-

rica Latina, o Grupo de Contadora, a dívida externa, a militarização e a democracia, Cuba e a solidariedade, a questão indígena e a realidade na América Central.

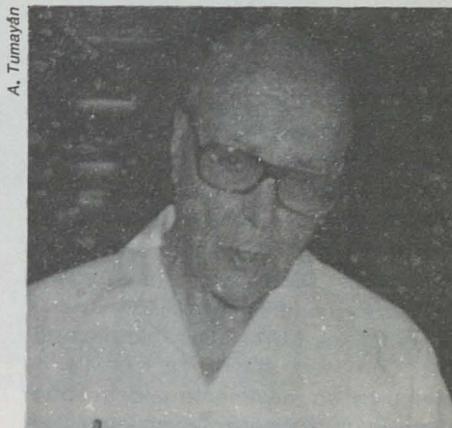
Segundo d. Sergio Mendes Arceo, a finalidade desses encontros é propiciar e estimular o relacionamento entre os diversos grupos que trabalham com a solidariedade na América Latina. D. Mauro Morelli disse que esses encontros também possibilitam um aprofundamento no conhecimento das realidades dos diversos países.

Ao abrir o encontro, d. Sergio Mendes Arceo justificou a realização do evento no Brasil, afirmando que "a América Latina necessita do Brasil e o Brasil necessita da América Latina". O bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hipólito, destacou a realização do encontro na Baixada Fluminense, que, segundo ele, tem sido caracterizada como lugar de alta criminalidade, uma maneira de desfigurar a riqueza em termos de valores humanos e cristãos da Baixada. D. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias e presidente do CDHAL, acentuou que o povo da Baixada Fluminense "é sofrido e marginalizado, mas acredita na vida, demonstra vitalidade e criatividade na crise, se organiza e se conscientiza, quando tudo conspira para que ele não seja povo".

Revisão crítica

No mesmo dia da abertura, o teólogo José Oscar Beozzo advertiu que os 500 anos da chegada da igreja à América devem servir para "recordar as lutas daqueles que buscaram a paz e a justiça antes de nós". Ao lembrar que a colonização é uma história de massacres, Beozzo perguntou: "O que vamos comemorar em 1992?"

O teólogo católico afirmou que os cinco séculos de invasão devem ser repudiados, "como pedem nossos irmãos indígenas, que já habitavam o continente antes da chegada dos colonizadores". Também disse que a igreja ca-



D. Sérgio: América Latina necessita do Brasil, que necessita da América Latina

tólica e as protestantes, que vieram depois, não souberam compreender a dimensão mitológica das raízes indígenas e impuseram a dominação religiosa, como uma "forma de segurança de Estado".

A tarefa dos cristãos, continuou Beozzo, é encarar os 500 anos da chegada da igreja à América, como "um momento de revisão crítica, que leve ao resgate das lutas passadas e nos aproxime mais do horizonte do Reino de Deus, através do rompimento com os laços de escravidão e da criação de novos espaços de liberdade".

O debate acerca da política dos Estados Unidos na América Latina esteve a cargo dos cientistas sociais Edgar Jiménez, do México, e os brasileiros Octavio Ianni e Herbet de Souza. Ianni ressaltou que, no processo imperialista, os povos latino-americanos e do Terceiro Mundo, em geral, "não são vistos como povos de cidadãos, mas de trabalhadores a serviço dos interesses capitalistas".

Para o mexicano Jiménez, compreender a política norte-americana na América Latina significa entender o contexto em que se deu a ascensão do Partido Republicano nos EUA, as alternativas da administração Reagan para a América Latina, o papel do FMI e a associação da nova direita norte-americana com a direita dos países latino-americanos.

Herbet de Souza, por sua vez, lembrou a transnacionalização da economia após a segunda guerra mundial. Com o desaparecimento das fronteiras, ele entende que os povos do Terceiro Mundo devem buscar cada vez mais a solidariedade internacional, como forma de superar a situação de explorados.

Gary McCoin foi um dos expositores mais aplaudidos, já que ele trouxe a voz solidária dos Estados Unidos. O Movimento Santuário, que ele veio representando, é responsável por uma das mais importantes ações cívicas que se desenvolvem em território norte-americano. Reunindo ecumenicamente diversas igrejas, o movimento transforma templos em santuários, para abrigar os refugiados centro-americanos, que o governo dos EUA ameaça de deportação. Com essa atitude de rebeldia, os membros do movimento podem sofrer pesadas multas e até mesmo longas penas de prisão.

"Mas nós não desistiremos - diz McCoin - até que o governo Reagan cesse sua intervenção na América Central". O Movimento Santuário é inspirado no Antigo Testamento e nas práticas das comunidades cristãs da Idade Média, que ofereciam refúgio àquelas pessoas que eram perseguidas pelas "leis dos homens".

O representante das Comunidades Eclesiais de Base da Nicarágua, Pedro

Joaquín Romero Arias, afirmou que a divergência de enfoque sobre a realidade centro-americana, entre a hierarquia católica e as comunidades da igreja, é política e não de fé. Para exemplificar essa situação, Romero Arias disse que, no final do mês de junho, a Companhia de Jesus foi dispensada das funções administrativas que exercia na diocese de Estelí, na região noroeste do país, evidenciando que o conflito ideológico passa para o plano da perseguição da hierarquia contra os setores mais comprometidos com o projeto popular.

A ausência de profetismo da maioria dos bispos centro-americanos, continuou Romero Arias, leva à existência de uma postura clerical de caráter militarista, com o exército nomeando capelães dispostos a abençoar massacres e violações dos direitos humanos. "Sabendo o papel que os militares cumpriram e ainda cumprem na América Latina, não podemos aceitar essa situação", concluiu o representante da igreja nicaraguense.

Com relação à paz na América Central, colocou-se em discussão a ação do Grupo de Contadora e seu Grupo de Apoio. Os delegados ao encontro concordaram que o governo norte-americano é o principal responsável pela atual crise militar na América Central. Com uma política de apoio e sustentação aos grupos contra-revolucionários e aos

exércitos locais, a Casa Branca tem impedido o desenvolvimento normal dos processos de libertação que os países da região levam a cabo. Essa posição choca-se frontalmente com os esforços de paz, realizados pelos países membros do Grupo de Contadora (México, Panamá, Venezuela e Colômbia) e do Grupo de Apoio (Brasil, Argentina, Uruguai e Peru).

Este VII Encontro Internacional Cristão de Solidariedade marca o trabalho de milhares de Comunidades Eclesiais de Base e de outros grupos sensíveis à questão, representando milhões de pessoas, que se esforçam por desenvolver, na América Latina, laços de fraternidade, livres e independentes, que tornem o povo o sujeito da história e façam respeitados os direitos fundamentais do ser humano à justiça, trabalho, moradia, saúde e educação.

Na visão de frei Leonardo Boff, "ser solidário significa ser perseguido, caluniado e difamado", e a solidariedade aos oprimidos implica assumir "a causa da vida, a partir de uma conversão pessoal, pois o opressor, às vezes, está introyetado no próprio oprimido". Segundo outro participante, d. Pedro Casaldáliga, "os vários nomes que o amor vem recebendo, ao longo dos séculos, hoje se resumem em uma palavra de forte conteúdo: solidariedade".

D. Mauro: O povo faz a história

Lutar pela libertação é tarefa dos cristãos e de todos os que acreditam na vida

D. Mauro, o que é o CDHAL e quais foram os objetivos deste encontro?

- O CDHAL significa Movimento de Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina. Nasceu aqui da boa vontade de um grupo de cristãos, querendo viver no Brasil a experiência que o Secretariado "D. Oscar Romero" vive e promove pelo mundo. Em primeiro lugar, ser um espaço em que nós, cristãos, possamos pensar a nossa fé diante da violação dos direitos humanos e promovê-los. Isto não significa um fechamento a quem não é cristão. A luta pertence a todos, mas sentimos a necessidade, como cristãos, de uma forma

ecumênica de termos encontros próprios para a luz da fé, refletir sobre a problemática dos direitos humanos e encontrar motivações mais profundas para o nosso próprio compromisso.

O CDHAL visa a ajudar - dentro da caminhada do nosso povo - que nós, brasileiros, descubramos a nossa própria latino-americanidade. É um serviço que o CDHAL quer prestar para colaborar na formação da consciência de que somos latino-americanos. O CDHAL gostaria também de colaborar no esforço da resistência política do povo, ajudando a criar centros ecumênicos de direitos humanos. Onde não existe

um centro, gostaríamos de criar um.

Com relação a este encontro, ele é uma caminhada, em que, de forma progressiva, grupos vão se encontrando, se articulando e partilhando o nosso compromisso, isto é, as práticas de libertação, o que elas representam, quais são os embasamentos, quais as dificuldades. São encontros onde as pessoas querem aprofundar a compreensão da realidade que oprime os nossos povos, perceber qual é o testemunho cristão e qual é o seu papel, numa luta de libertação que não pertence só a cristãos. Ela pertence a todos aqueles que acreditam no valor da vida, da dignidade da pessoa humana e que entendem que o povo é o sujeito e não objeto da História.

Como o senhor avalia o processo de libertação na América Latina?

- Eu creio que a América Latina vive uma experiência terrível, dolorosa. São cinco séculos de exploração, de dominação, de destruição da natureza. Nós, cristãos, de modo especial, devemos fazer uma autocrítica muito profunda do que representou a presença das igrejas cristãs, na suposta evangelização da América Latina, porque estivemos muito identificados com um projeto colonizador. No caso específico do Brasil, que eu chamo um projeto sócio-econômico-político, a igreja esteve muito presente, como parte inerente e até como suporte.

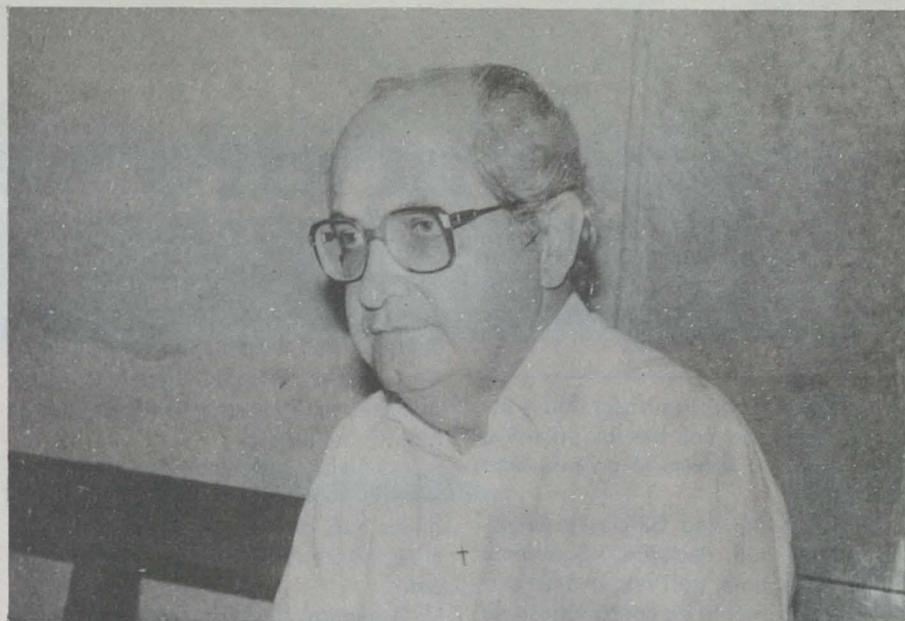
Eu creio que essa triste realidade pode ser compreendida com a experiência de outros povos, de outros países latino-americanos. O que acontece, hoje, é que parte da igreja - na medida em que escuta o clamor do povo, já que Deus não fala através das nuvens, Deus fala na vida dos pobres - apresenta a fé, anunciada, testemunhada, como um caminho de vida e libertação para todos.

O projeto de libertação da América Latina é um projeto gigantesco, que supõe grande paciência, muita resistência e organização do povo e muita coordenação de forças. Por isso, é importante a união de todos os povos oprimidos, não apenas para se animarem mutuamente, mas para se apoiarem de forma efetiva nas lutas, que avançam cada vez mais.

Por isso, a Nicarágua, para nós, é um teste muito importante, no conjunto das lutas do povo buscando a sua libertação. Nós, cristãos, temos que perceber que, na Nicarágua, se joga o futuro desse continente, em termos da possibilidade de um projeto político, que garanta aos povos a sua cidadania e a sua própria liberdade.

Como vê as transições e processos democráticos que estão ocorrendo na América Latina, depois de períodos ditatoriais em quase todos os países?

- Eu dificilmente poderia chamar esses processos de transição de democráticos. Creio que é o início da superação dos regimes ditatoriais. A América Latina é ameaçada, humilhada, destruída pelo capitalismo selvagem. Aqui no Brasil muitas pessoas dizem que, se neste momento for implantado o capitalismo liberal, e colocarmos alguns fundamentos para encaminhar uma futura democracia, já devemos ficar felizes.



D. Mauro Morelli quer difundir o movimento dos cristãos pelos direitos humanos

Mas o que nós vivemos não é uma transição democrática. A gente espera, com uma certa urgência, que todos esses poderosos acordem para a verdade; que a selvageria precisa acabar, para que o povo tenha mais possibilidade de lutar para abrir caminhos para uma democracia. A democracia nunca acontecerá na América Latina como projeto dos governantes e das lideranças políticas. Ela tem que ser um projeto elaborado, construído, lutado e buscado pelo próprio povo.

E particularmente sobre o processo que estamos vivendo no Brasil?

- Aqui no Brasil, nós vivemos um momento chamado Nova República, a qual tem duas fontes. Uma, a expressão da resistência do povo, que desde o século XVI luta, e que nos últimos anos - através da organização de mulheres e trabalhadores nas periferias - fez pressão para acabar com a tortura e conseguiu trazer os exilados de volta. Esse movimento popular explica um pouco a Nova República.

Essa Nova República provém de outra fonte: é um projeto reformista do próprio Estado. O Estado tem consciência de que, para o Brasil, que é a décima potência econômica do mundo capitalista, se transformar na sétima, na quinta, na quarta, é preciso reformas. É um projeto reformista, e eu lamento que nem esteja conseguindo atingir os seus objetivos. Visa apenas a que a máquina do Estado, reformando condições

jurídicas, sociais e econômicas, possa seguir avante, sempre privilegiando aqueles para os quais o Estado foi constituído. No Brasil, o Estado existe e funciona bem para, no máximo, 30 de cada 100 brasileiros, atinge de forma periférica mais 40, e não atinge, de forma alguma, os 30 restantes.

D. Mauro, qual é a sua opinião acerca da violência na Baixada Fluminense e do operativo policial que as polícias civil e militar realizaram na região?

- A maior causa da violência na Baixada Fluminense é a violência estrutural. É todo um regime estruturado, um projeto sócio-econômico, que eu chamo de uma guerra sócio-econômico-política. A Baixada é um grande campo de concentração dos refugiados brasileiros, sem os serviços elementares que assegurem uma condição de vida humana e social e permitam um certo grau de convivência pacífica do povo.

Então, o primeiro fator de violência é a condição em que o povo está aqui, humilhado, esmagado. O terrível é que este governo atual, dentro da perversão daquilo que é a Lei de Segurança Nacional, que considera o povo inimigo, tem uma política de segurança que pune os marginalizados, os pobres e os negros. A prática desse governo, embora de forma disfarçada, é exatamente combater a violência através da violência, eliminando os marginais e ferindo gravemente os marginalizados. ●

A.T.

Peru: Um tiro na mosca

Neiva Moreira

O governo do Peru decretou a intervenção nos bancos privados, como o México já o havia feito em 1982.

O presidente Alan García, ao anunciar sua decisão, declarou: "O sistema financeiro é, hoje, no Peru, o mais poderoso instrumento de concentração de força econômica e, conseqüentemente, de influência política e o maior obstáculo à democratização da produção e à acumulação do excedente. Por isso, neste instante, proponho ao Congresso sua nacionalização e estatização".

O que todos podiam esperar ocorreu: o ato do governo peruano provocou, nos meios empresariais e da direita conservadora, uma tempestade dentro e fora do Peru. Também não causou qualquer surpresa a liminar, sem maior eficácia, que um juiz de Lima concedeu aos bancos, tentando bloquear a aplicação do ato do presidente. Juízes ligados aos banqueiros e grandes empresas também não são uma novidade maior. O único dado surpreendente é que o juiz da liminar julgou mais ou menos em causa própria, pois é irmão de um dos banqueiros atingidos pela intervenção.

Seja qual for o volume das reações, a verdade é que o presidente Alan García acertou na mosca. Sem efetivo controle do sistema bancário, nenhum governo exerce o poder real.

Permitam-me que recorde mais uma vez, uma história – ou estória, conforme definem os filólogos – ocorrida no Maranhão. Na década de 50, houve uma dualidade de governos, um dos quais, carente de maiores bases de poder, procurou o apoio do cônsul inglês que, à época, pelos fortes laços comerciais do estado com o Reino Unido, era o mais influente. Como se fosse o norte-americano hoje.

O cônsul ouviu a comissão e per-

guntou quem controlava a polícia e o tesouro. Não houve explicações aceitáveis, de que nas horas seguintes, o novo governo se apossaria daqueles instrumentos de poder.

O cônsul comunicou que o governo de Sua Majestade reconhecia o governador que, de fato, comandasse a polícia e tivesse em seu poder as chaves do cofre.

O general Velasco Alvarado, que liderou um processo revolucionário no Peru nos anos 70, compreendeu logo cedo que transformações econômicas profundas não se fazem sem um controle real dos bancos e que este só existe efetivamente se o governo os administra.

A direita está acusando Alan García de "velasquista". Não é uma qualificação desonrosa. Ao contrário, Velasco Alvarado foi um patriota extraordinário que abriu ao seu país um caminho de grandes mudanças políticas e econômicas, com a meta de atingir a justiça social.

Aqui no Brasil, também precisamos conter o poder dos bancos privados. É comum, quando se levanta o problema, ouvir dizer que, através do Banco Central, o governo controla o sistema bancário privado. Mas a verdade é que, na prática, a teoria é outra.

Os bancos privados exercem um poder avassalador, que frequentemente, ultrapassa a autoridade do governo. Seus diretores ocupam postos importantes no poder público e, não raro, os responsáveis de repartições que, em princípio, devem controlar os bancos, quando deixam os empregos públicos, se convertem em diretores dos bancos privados, quando deles não procedem. O sr. Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda, integra hoje a direção internacional do Citycorp. O sr. Fernando Bracher trafega entre o Bradesco e o Banco Central, enquanto o ex-ministro da Fazenda do governo Figueiredo, Ernani Galvêas, assume a presidência

do conselho de um banco do Paquistão a se instalar no Brasil.

A lista é grande, e vai aqui apenas uma amostra representativa.

O Brasil está atravessando uma crise grave que tem várias origens, mas fundamentalmente é uma herança da ditadura, quando o domínio dos bancos sobre o Estado alcançou seu nível mais influente.

Crise para todos. Para os trabalhadores, para as empresas nacionais, para a classe média, menos para os bancos. Milhares de pequenas e médias empresas faliram ou estão a caminho, enquanto os balanços semestrais de 87 de gigantes como a Petrobrás, a Varig, a Vale do Rio Doce são deficitários. Só os bancos não pagam tributo à crise. No primeiro semestre, o Bradesco teve um lucro de 4,2 bilhões de cruzados (ou de quatro trilhões de cruzeiros, para os nostálgicos da velha moeda). O Itaú não ficou atrás: três bilhões de cruzados de lucros líquidos. Se mexe em tudo, menos nos juros, que alcançam cifras astronômicas, perto dos 400% ao ano.

As iniciativas oficiais para assistir as pequenas empresas com empréstimos a juros menores esbarram na sabotagem de muitos bancos privados. Os gerentes fazem exigências que invalidam a operação. E não há medidas corretivas.

A Constituinte poderia ser o instrumento adequado para se limitar o poder dos bancos privados, e definir-lhes o campo de atuação. Mas, pela correlação de forças que se vislumbra, não há esperanças de que tal ocorra, pelo menos não na medida do necessário.

Mas enquanto não se modificar o atual sistema, que torna inviolável o poder dos bancos privados, nenhum plano de desenvolvimento, público ou privado, terá êxito. Continuaremos com a inflação crescendo e o controle da balança comercial se tornará menos eficaz. Só os banqueiros engordarão.

Não seria mal, nesse quadro, refletir sobre o modelo peruano. ●

Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

SAÍDAS
LUANDA sábado: 09:00h
(hora de Angola)
RIO domingo: 17:00h
(hora do Brasil)

CHEGADAS
sábado: 13:00h
(hora do Brasil)
2ª feira: 05:00h
(hora de Angola)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Poupança Ouro. Agora, em se poupanando, tudo dá.

Dá feijão, dá milho, dá arroz, dá silo, dá trator, dá arado, dá juros de 6%, mais correção monetária.

É a Caderneta de Poupança Rural do Banco do Brasil.

O dinheiro captado será aplicado no financiamento agrícola e o investidor

conta com segurança total, a segurança do

Banco do Brasil.

Poupança Ouro.

Resposta do

Governo José Sarney

ao desafio de

aumentar a

produção de

alimentos no País.



BANCO DO BRASIL